

Vida

Contemporânea

REVISTA MENSAL

DIRECTOR: CUNHA LEAL

SUMÁRIO

31 de Janeiro de 1891.

A primeira revolução republicana J. A. Fernandes

*VIDA ECONÓMICA E FINANCEIRA: Admi-
nistração ferroviária* Jales Guimarães

*VIDA CULTURAL: O livre arbítrio e o deter-
minismo na lei penal russa* Crispiniano da Fonseca
Noção de «Capacidade Eléctrica» Carlos Ferrer Moncada

*VIDA COLONIAL: A educação dos indígenas
de Angola* Vicente Ferreira

*VIDA LITERÁRIA E ARTÍSTICA: Paris em
1934* Abel Salazar

*VIDA INTERNACIONAL: As insaciáveis am-
bições dos sérvios* Cunha Leal

Noticiário internacional

Bibliografia

Nós e a imprensa

Os nossos mortos



Pedidos ao importador **JOSÉ FERREIRA BOTELHO**
LISBOA — Rua Jardim do Tabaco, 31 — Tel. 2 0462
PORTO — Rua Mousinho da Silveira, 140, 1.º
Tel. 4160 — Ender. Telegráfico ERDGOLD

VIDA CONTEMPORÂNEA

Revista mensal de estudos económicos, financeiros, sociais e literários

DIRECTOR E PROPRIETÁRIO: CUNHA LEAL

REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PROVISÓRIAS:

R. Cidade da Horta, 49, 1.º

LISBOA — PORTUGAL

— PREÇO 5\$00 —

REDACTOR PRINCIPAL
Vasco da Gama Fernandes
CHEFE DE REDACÇÃO
Alvaro Machado
EDITOR E SECRETÁRIO DE REDACÇÃO
Victor Júdice da Costa
ADMINISTRADOR
António Casanovas Augustine

COMPOSTO E IMPRESSO

NA

Imprensa LUCAS & C.ª

R. DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 61

LISBOA

31 de Janeiro de 1891

Qual fidalgo arruinado e sem profissão matando o tempo em visitas, passeios e aventuras disparatadas, assim a monarquia constitucional portuguesa ia arrastando a sua inglória existência, sem finalidade colectiva, sabendo donde viera, mas não sabendo para onde ia.

Após um período de lutas violentas para a definitiva instalação do constitucionalismo no corpo político português, seguiu-se uma fase de anarquia com intercadências de mansidão e de braveza. Até que, aproveitando a náusea nacional provocada pela desordem política, Fontes soube criar entre nós a mística da obra de fomento como base da regeneração material e espiritual da nação. Êste derivativo teve realmente o mérito de estancar a fonte emocional dos pronunciamentos militares desviando as atenções gerais para o silvo da locomotiva e para o estrépito dos veículos no seu rolamento sobre a faixa macadamizada das estradas. Como, porém, «não há formosa sem senão», a esta e outras vantagens correlativas contrapôs-se o inconveniente da ruína financeira do Estado, por isso que o dinheiro, gastado a esmo e sem demasias de escrúpulos administrativos na execução da política de fomento, foi arrancado das garras aduncas da judiaria internacional, que só o largou em condições onerosíssimas, segundo o seu louvável costume quando adrega topar com postulantes perdulários.



MUSEU NACIONAL DA CIENCIA
E DA TECNICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL
MUSEU NACIONAL DA CIENCIA
E DA TECNICA

77

Est. 6 Tab. 6 N.º

1737

Esgotada a capacidade de crédito da nação, seguiu-se uma época lamentável em que os governantes portugueses andaram por essa Europa fora de escudela na mão solicitando empréstimos à laia daqueles mendigos medievais que pediam pelas portarias dos conventos a magra esmola dum caldo requentado. Mas, eis que, mau grado as humilhações e desventuras a que nos sujeitaram o impudor e a incapacidade dos dirigentes, começou a tomar corpo nos meios coloniais, representados pela Sociedade de Geografia, um grandioso sonho de reviviscência da nossa actividade ultramarina. Esta concepção, que recebeu o beneplácito dos meios oficiais, originou famosas expedições de estudo aos territórios intercalados entre Angola e Moçambique e veio a consubstanciar-se no chamado *mapa côr de rosa*. Tratava-se nada mais, nada menos — oh santa inocência! — do que ligar aquelas duas colónias uma à outra por forma tal que nos ficasse pertencendo tôda uma vasta zona africana estendendo-se sem interrupção da costa à contra costa.

É evidente que êste projecto constituía uma audaciosa tentativa para dinamizar uma nação abúlica, apontando-lhe como plano de vida colectiva uma obra digna da sua longínqua tradição. Não é menos evidente, porém, que o sonho traduzia os naturais desregramentos de imaginações doentias. De facto, um pequeno país, desde que fôsse equilibrado espiritualmente, desde que tivesse o comezinho sentimento das proporções, nunca aspiraria a opor uma barreira intransponível à expansão da Inglaterra no sentido do norte de África. Era ter a certeza antecipada de um choque a curto prazo de que o corpo de menor massa haveria de guardar por certo más recordações...

Poderíamos — isso sim — ampliar as proporções de Angola e Moçambique, realizando para tanto a ocupação efectiva de vastas zonas do interior africano e reforçando desta maneira o nosso direito de prioridade histórica. Esta obra de penetração deveria fazer-se lentamente e ser precedida de negociações com os chefes indígenas para que não surgíssemos com o aspecto de conquistadores. Quando na nossa marcha para o interior se nos deparassem os primeiros sintomas do mau humor britânico, dar-nos-íamos por entendidos, reconhecendo tácitamente que haveríamos chegado ao extremo limite marcado pela concorrência de um vizinho poderoso às nossas possibilidades práticas de engrandecimento colonial.

Em vez de adoptarmos procedimento assim cauteloso e discreto, começamos por irritar os dirigentes da política inglesa com o estardalhaço exhibicionista das nossas imoderadas ambições coloniais e predispuzemo-los para nos darem na primeira oportunidade uma lição memorável. É de todos sa-

bido que as nações fortes fabricam fàcilmente pretextos para humilharem as nações fracas quando estas se interpõem no seu caminho. Assim procedeu nesta emergência a Grã-Bretanha. Como não estamos aqui a fazer história, não perderemos tempo a expor a sem-razão dos argumentos de que esta potência se serviu para nos disputar em tom conflituoso a posse do país dos macololos e da Machona ao norte de Moçambique. Diremos apenas que, depois de um período relativamente curto de negociações diplomáticas, a Inglaterra, apoiando o seu pretenso direito na sua fôrça efectiva, nos intimou o cumprimento das suas determinações pelo *ultimatum de 11 de Janeiro de 1890*.

Tudo o que ainda restava entre nós de orgulho nacional estremeceu sob a acção da brutal chicotada britânica. Em vez de se refugiar com calma energia dentro da carapaça do seu direito e de forçar a Inglaterra a consumir até ao fim a violência, a monarquia bragantina meteu o rabinho entre as pernas como cachorro ameaçado pelo bico da bota do dono e apressou-se a obedecer sem mais delongas à intimação que lhe era feita. Êste procedimento actuou como corrosivo sôbre a ferida aberta pelos ingleses na dignidade portuguesa. O protesto contra a falta de virilidade do regímen atirou parte da «élite» e da massa populacional portuguesa para o campo republicano.

A monarquia — eis, por conseguinte, o alvo apontado pela inteligência nacional ao desprezo popular. Os espíritos selectos durante êsse ano tràgicamente desolado de 1890 pensavam que uma nação pode ver-se a braços com as mais negras dificuldades financeiras, pode ser vítima de qualquer espadaúdo carregão internacional, mas não tem o direito nem de sujeitar-se às impertinências de onzeneiros atrevidos, nem de abster-se de lavar o seu protesto perante o mundo civilizado em caso de agressão. Se em tais emergências os governantes adoptam procedimento diverso, é que o regímen vigente se divorciou irremediavelmente do sentimento nacional. E, se assim é, urge removê-lo como soi fazer-se às excrescências incômodas.

Um tal estado de consciência gerou em 31 de Janeiro de 1891, a cêrca de um ano de distância, uma revolução subjugada sem graves dificuldades pela monarquia. E, contudo, o país inteiro sentiu que os vencidos de então não eram um bando amotinado de aventureiros, antes constituíam o escol de uma população na qual longos anos de aviltamento sem interregnos de esperança haviam abolido, pelo menos de momento, a faculdade de reagir por forma prática e eficaz. O grito de revolta do Porto encontrou eco nos corações dos portugueses, mas os lábios não souberam corresponder-lhe e, não obstante a revolta interior das almas, os corpos inertes conservaram-se na habitual ati-

tude de passividade. O Portugal de 1891 era um país doente. A sua invalidez chumbou-o à grilheta da monarquia por mais dezanove anos e meio.

Correu o sangue pelas calçadas do Porto. Há, porém, sacrifícios requeridos imperativamente pelos deuses sequiosos a que não podem eximir-se os malaventurados mortais. Pertence a esta categoria o desastre republicano de 1891, no decurso do qual alguns, poucos homens souberam lavar com altivez o seu protesto contra a degenerescência da função governamental. Quasi todos êsses «viri boni» repousam já sob as lages tumulares dormindo o sono eterno depois de haverem vivido com a consciência tranqüila no exílio, no destêrro ou em seus lares quando, ao fim de longa odisseia, conseguiram ver-se reintegrados neles. Entre os poucos que não foram arrancados ao nosso convívio, conta-se a figura simpática do então tenente Manuel Maria Coelho, hoje reformado no pòsto de coronel. Homem inteligente, culto, honrado, conserva-se fiel ao ideal pelo qual se bateu em plena mocidade. A sua perpétua juventude espiritual, em nada afectada pela brancura dos seus cabelos, é um dos elementos constitutivos da harmonia do seu carácter. É igual a si mesmo na fortuna como na adversidade. Ao repousar à noite sôbre o travesseiro, a sua cabeça não povoa a escuridão com o fantasma sinistro do remorso, tão certo é que as suas únicas preocupações são filhas da sua pobreza sem mancha.

*

Honra, pois, aos vencidos do 31 de Janeiro. É indubitável que existe entre nós a psicose da derrota, motivo por que nos comprazemos em exaltar hiperbòlicamente os nossos desastres, nimbando-os daquela poesia com que nem sempre aureolamos as nossas vitórias. Isto, que a muitos se afigura ridículo, surpreendemo-nos às vezes a encará-lo como das mais nobres facetas do nosso carácter. E' preciso, porém, distinguir entre desastres e desastres. Há-os que enxovalham o brio nacional, mas há-os também que dando a medida dum grande esforço infeliz, se realçam pela nobreza dos intuitos que levaram os vencidos à luta. E' em obediência a um tal critério que nós, os republicanos, nos orgulhamos da derrota do 31 de Janeiro, considerando-a dos passos mais respeitáveis da nossa tradição. Em nosso entender, os soldados republicanos, ao tombar no decurso da peleja, poderiam, voltando-se para os serventuários da monarquia, dizer com mais razão que o Conde de Avranches no recontro de Alfarrobeira: «é fartar, vilanagem!» É que êste herói medieval morria pelo seu príncipe e êles sacrificavam-se pelo prestígio da nação.

Honra também ao Porto dentro de cuja cintura se gerou a efervescência do 31 de Janeiro — derradeira reacção provocada no país pela brutalidade do «ultimatum» britânico! O Porto, epicentro donde irradiou uma nacionalidade em via de formação, é, sem dúvida, o agregado populacional do país em que a vibratilidade patriótica melhor se casa com a ânsia de progresso material. As sólidas virtudes do nortenho fazem-lhe compreender a vida não como uma brincadeira mas como alguma coisa de muito sério. Por isso o gesto da Inglaterra chocou profundamente os habitantes do burgo portuense. Quando pôde, o Porto protestou.

Foi infeliz o seu protesto? Que importa isso — repetimos — se lhe não faltou nobreza de gestos e atitudes e intensidade emocional e patriótica!



A primeira revolução republicana

Por J. A. FERNANDES

Tinha atravessado o país como uma chicotada a afronta do ultimatum. Por toda a parte, dum extremo ao outro, o orgulho nacional vibrante de indignação recebera a patada tremenda que o *direito da força* nos vibrara. A dissolução monárquica que tudo permitira, que nos levara mesmo a essa desgraça, procurava ainda manter-se...

Fazia equilíbrios no meio do terreno movediço em que vivia. Os paladinos da República, representantes lídimos da vergonha nacional, gritaram através do país a revolta das suas consciências. O povo acorria aos comícios. Os jornais republicanos eram acarinhados e disputados. Pelas cadeias alguns jornalistas pagavam com a prisão o seu amor à Pátria. Guerra Junqueiro, o cabouqueiro tremendo dessa monarquia sem monárquicos, dava-nos o seu formidável: *papagaio real, quem passa?* Respirava-se uma atmosfera de revolta e vivia-se uma vida de esperanças.

A contrabalançar uma monarquia sem fé, sem ideal, aparecia dentro da alma de todos nós um vago sonho de República. Ansiava-se pelo dia seguinte sempre na esperança de que êle fôsse o dia libertador. Procurava-se o gesto heróico que nos *permitisse lavar a face*. Começavam as deserções no campo monárquico. Aqueles que por lá andavam de boa fé, crentes de que essa forma de governo podia ainda salvar o país, perdida essa ilusão, vinham engrossar as fileiras republicanas.

Até que um dia, madrugada alta, surgiu a revolta. Revolta dum povo que procurava manter a sua linha moral; revolta dum parte do seu exército que sabia viver e definir o sentimento nacional.

O que foi essa madrugada de esperança, a alegria de todos os que a ela assistiram, janelas que se abriam, lenços que acenavam, olhos que procuravam prescrutar a neblina densa, toda a cidade a pouco e pouco acorrendo a saudar os que procuravam levantar esta pátria do atoleiro para onde um regime gasto a tinha levado!

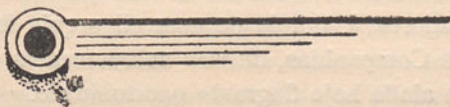
Soam os primeiros tiros; é a embuscada da traição que surge. Houve sempre traidores, houve sempre quem acima dos interesses sagrados da Pátria pusesse os interesses miseráveis do estômago. Surge a desorganização e a pouco e pouco a luta acaba.

Ficava ainda de pé essa monarquia, que, contudo, teve nessa revolta o seu começo de agonia.

Lá em baixo, em Leixões, a bordo estão a ser galgados os representantes da vergonha nacional.

Perante um dos conselhos de guerra surge um *criminoso* de 20 anos. Um soldadito boçal vindo de cavar a terra dura. Tem no olhar a meiguice de quem é moço. Não sabe ler. O promotor interroga-o: «Também te revoltáste?» «Sim, meu major.» «Querias também a República?» «Queríamos todos a República.» «Mas o que sabes tu de República?»

E o soldadito, olhando vagamente, como que procurando arrancar bem do fundo da sua alma a explicação do que era essa República por que se batera e por que sofria, respondeu: «Ai, meu major, eu não lhe sei dizer o que é a República, mas deve ser qualquer coisa de muito bom, se nós estávamos todos tão contentes...»



Administração ferroviária

POR JALES GUIMARÃES

Em 1838, quando o governo francês apresentou ao Parlamento uma proposta de lei para a construção de 4400 km. de linhas férreas e preconizou para a sua exploração a *régie* directa, idea que não obteve a sanção da maioria, Lamartine exclamou : «Nunca um governo, nunca uma Nação constituíram uma potência de dinheiro, de exploração e mesmo de política, mais ameaçadora e mais absorvente que aquela que ides formar entregando o vosso solo, a vossa administração e 5 ou 6 biliões às vossas Companhias. Ides criar assim uma fôrça nova de monopólio que não se estenderá sòmente sôbre o povo, mas que não tardará a estender-se sôbre os próprios poderes electivos do país.»

Em 1848, Duclerc, Ministro das Obras Públicas quis «subtrair o exército dos funcionários e dos trabalhadores à tirania de uma oligarquia financeira e denunciou o espirito aristocrático das Companhias, últimas sobreviventes da Monarquia.»

Estas palavras têm ainda hoje flagrante oportunidade.

A luta entre os partidários da administração pelo Estado e os defensores da administração particular dos Caminhos de Ferro data do início da construção das primeiras linhas, revestiu o mesmo aspecto em todos os países e em todos êles se produziram os mesmas argumentos a favor e contra um e outro sistema.

O Estado pode gerir caminhos de ferro tendo como única finalidade servir a colectividade ao passo que as emprêsas particulares têm como supremo e único fim a prosperidade dos administradores e accionistas quando não só a dos primeiros.

Os transportes ferroviários constituem um serviço público e não é por isso admissível a sua exploração com objectivos pessoais. Daqui resulta que as emprêsas os não podem explorar em completa liberdade ; o Estado não pode esquecer os deveres que a sua soberania lhe impõe e, por isso, condiciona a fixação das tarifas e impõe preceitos e regras para a construção e exploração das linhas. Quere dizer, as emprêsas ferroviárias não são entidades particulares como quaisquer outras ; estão sujeitas a princípios especiais inherentes à sua característica de concessionárias de serviços pú-

blicos. A consequência é que as não preocupa a economia e a eficiência da exploração pois lhes está aberto o caminho do recurso ao Estado que lhes concede subvenções, aumentos de tarifas ou ainda outras facilidades e lhes assegura assim uma irresponsabilidade quasi completa.

São maus os resultados da exploração por força das circunstâncias, por ser defeituosa a orgânica da sua administração ou por ser arcaica e desordenada a orientação técnica dos seus serviços? Não importa. O Estado acudirá e fará face às condições do momento.

As empresas ferroviárias tornaram-se, como o previa Lamartine, baluartes da plutocracia. Os seus administradores, ligados mais ou menos aos grandes bancos e à grande indústria, naqueles e nesta acumulando funções idênticas às que exercem nos Caminhos de Ferro, podem conseguir contratos que, sendo favoráveis para as empresas a que pertencem, nem sempre correspondem às necessidades ferroviárias e se traduzem, por isso, em encargos evitáveis ou ruinosos de que o público vem finalmente a ser a vítima.

Um estudo feito em 1929 em relação às Companhias francesas revelou que, considerando somente as sociedades cotadas na Bôlsa de Paris, pequena fracção do número total, 105 administradores das linhas concedidas ocupavam, fora destas, 700 lugares em conselhos de administração de outras sociedades. Dois dêles detinham mais de 20 logares cada um, sete de 15 a 19, etc.

Em outros países, com maior ou menor extensão, o mesmo fenómeno.

Uma prova bem recente de que só o interêsse privado orienta as empresas está no seguinte caso passado bem perto de nós.

As Companhias espanholas resolveram suprimir os guardas em numerosas passagens de nível. Porque isso se fêz sem atender à segurança do público, resultaram, em 8 meses, 46 mortes por choques de comboios com automóveis e camionettes. O Govêrno ordenou depois que se restabelecessem os guardas. Sem a mesma extensão embora, alguma coisa de semelhante tem sucedido entre nós, o que não deixará de ser levado em conta, certamente, num trabalho que oficialmente se está elaborando sobre o problema.

É importante notar que alguns países que preferiram a exploração por empresas tiveram de as substituir pelo Estado.

Em 1905, depois de 20 anos de vigência de um contrato de arrendamento de resultado desastroso, a Itália recorreu ao sistema da *régie*.

Em 1897 a Suíssa teve de proceder da mesma forma para se libertar da influência dos accionistas estrangeiros nos seus Caminhos de Ferro.

Em 1882 a Áustria começou a nacionalização das suas linhas, 82 0/0 das quais estavam em 1914 na posse do Estado. Em 1883 seguiu a Hungria igual caminho. O mesmo fêz a Grécia em 1912.

Em 1853/54 resolveu a Suécia nacionalizar as suas principais linhas.

Em 1909 o Govêrno francês efectuou o resgate das linhas da Companhia de Oeste que havia caído «no último extremo da anarquia e da desordem».

Difícil é encontrar exemplos no sentido oposto.

Como adiante veremos, os países que adoptaram a administração pelo Estado mantiveram — com uma excepção — esse sistema, já que não é lícito considerar como emprêsas particulares os organismos autónomos que com o nome de Sociedades Nacionais se formaram depois de 1920.

No combate contra as administrações pelo Estado empregam-se freqüentemente argumentos tendenciosos. Ainda há pouco em Espanha as Companhias, receosas de que o Govêrno resolvesse enveredar pelo caminho do resgate — cujas bases vieram afinal a ser decretadas pelo Govêrno Samper — publicaram um livro, aliaz interessante e documentado, pretendendo convencer das vantagens da administração particular e condenando a do Estado. Na sua exposição fazem um estudo comparativo dos coeficientes de exploração das diferentes linhas francesas para chegar à conclusão de que, como é maior o dos Caminhos de Ferro do Estado, a sua administração é a pior. É vulgar entre nós a citação do mesmo exemplo ou de outros semelhantes. E contudo a conclusão não é exacta. Onde o tráfego é reduzido ou pobre a gerência mais acertada não pode fazer o milagre de obter lucros. O director dos Caminhos de Ferro do Estado em tempos na *Illustration* descreveu quanto a êste ponto a situação desfavorável das suas linhas e deu assim a explicação que o livro espanhol prudentemente omitiu.

As companhias portuguezas que tomaram sôbre si a exploração das rêdes de via larga e de via reduzida do Estado puderam também experimentalmente verificar esta verdade e como foram illusórias as esperanças que depositaram na sua própria acção em relação às mesmas linhas.

Contra a administração do Estado aduzia-se a excessiva burocratização, a desorganização derivada das influências políticas, a falta de liberdade e de iniciativa dos dirigentes cujas restritas atribuições os impediam de agir com a rapidez e a decisão reclamadas muitas vezes pelas circunstâncias. E estas críticas nem sempre eram destituídas de fundamento.

Depois da Guerra fizeram-se profundas reformas nas organizações ferroviárias de quasi todos os países. Todos ou quasi todos êles mantiveram a sua orientação quanto ao problema fundamental — administração pelo Estado ou por Companhias — mas procuraram aperfeiçoamentos para o que seguiram um ou outro dêstes dois caminhos: onde predominava o primeiro sistema criaram-se organismos com grande autonomia; onde predominava o segundo alargou-se a intervenção do Estado.

Os países que hoje têm os seus caminhos de ferro administrados pelo Estado são: Itália, Grécia, Suíssa, Áustria, Alemanha, Bélgica, Tcheco-Slováquia, Hungria, Roménia, Polónia, Bulgária, Rússia, Noruéga, Finlândia, Estónia, Lituânia, Suécia, Dinamarca e Holanda.

Adoptaram o sistema da administração particular: Grã-Bretanha e Irlanda, Estados Unidos da América, Canadá (mixto), França (mixto), Espanha, Luxemburgo e Portugal.

Dentro de cada grupo há divergências importantes quanto às características gerais do sistema adoptado.

O tipo de organização escolhido por cada país foi muito influenciado, como é na-

tural, pelo do respectivo governo. Onde vigoravam instituições liberais prevaleceu o critério da administração privada ou do Estado com a mais ampla autonomia. Com governos autoritários, a do Estado com autonomia reduzida.

Também foram diversos os factores que influenciaram aquelas transformações.

A reforma alemã, motivada pela necessidade de unificação das rêsdes, determinada na Constituição de Weimar, veio a ser condicionada pelo problema das Reparações.

As negociações para um empréstimo sob os auspícios da Sociedade das Nações orientaram a reorganização austríaca. Igualmente a necessidade de contrair empréstimos externos influíu nas reorganizações da Roménia, da Bulgária e da Polónia.

A solução do problema financeiro interno determinou a criação, em 1926, da Sociedade Nacional dos Caminhos de Ferro Belgas.

O agrupamento, tornado indispensável das linhas, originou a reforma inglesa de 1921. A liberdade com que foram construídas as linhas em Inglaterra, a concorrência que entre algumas delas se estabeleceu, a falta de plano para a sua construção, o número excessivo de Companhias, a deficiência da fiscalização do Estado, tornavam precários os serviços a tal ponto que, em 1913, se proclamava que a única solução estava na nacionalização.

Durante a Guerra as linhas foram administradas em conjunto, o que fêz compreender as vantagens da unificação. Em 1921 optou-se pela fusão em 4 grandes Companhias; intensificou-se a fiscalização, criou-se um tribunal de tarifas.

E aqui temos um exemplo de como a intervenção do Estado deve ser larga e criteriosa.

A França seguiu política diversa. Estabeleceu plano para a construção das linhas, impediu concorrência entre elas, fixou o princípio da sua incorporação, uma vez construídas, no domínio público, organizou para as concessões cadernos de encargos nos quais se estabelecem princípios a observar na construção e exploração, criou o princípio da garantia de juro, reservou para o Parlamento a alteração das tarifas fixadas nos cadernos de encargos e para o Govêrno a aprovação das especiais, especificou as condições de reversão das linhas para o Estado no final dos prazos de concessão, estabeleceu as condições de resgate.

Esta política inspirou a nossa em relação às linhas concedidas. Com efeito, os respectivos contratos, de um modo geral, contêm as principais das cláusulas referidas. É de reconhecer que foi preferível para Portugal seguir o modêlo francês do que o inglês ou americano.

A reforma francesa de 1921 visou ao estabelecimento de uma política de coordenação e de solidariedade financeira das emprêsas, atribuídas ao Conselho Superior de Caminhos de Ferro e ao Comité de Direcção, e pretendeu-se assegurar a última pela criação do chamado *Fundo comum*, destinado a cobrir com os saldos de umas o *deficit* das outras rêsdes, estabelecendo-se um equilíbrio para o qual deveria concorrer o chamado automatismo das tarifas que afinal nunca veio a realizar-se.

Não parece ter resolvido inteiramente a situação a adopção destas medidas. O

deficit do Fundo Comum tem vindo em aumento, o que se procura atenuar com medidas recentemente tomadas. O automatismo das tarifas nunca pôde verificar-se. Se é certo que certas facilidades foram há pouco concedidas às Companhias, deve notar-se que elas foram acompanhadas de medidas que visam a uma maior fiscalização do Estado, o que denota que as previstas na Convenção de 1921 foram consideradas insuficientes.

Quanto aos países do primeiro grupo é interessante citar o exemplo da Itália, antes daqueles que mais nos interessam, porque seguiu caminho contrário aos destes : reduziu a autonomia quando os outros a alargavam.

Em 1907 havia sido organizada a administração com certa autonomia. Estabeleceram-se determinados princípios de ordem financeira e administrativa que a definiam. A guerra trouxe a desorganização dos serviços pelo que o fascismo em 1922 nomeou um comissário com os mais amplos poderes. Em 1924 julgou-se a sua tarefa terminada e voltou se ao régimen anterior modificado. O conselho de administração passou a ser presidido pelo ministro ou sub-secretário de Estado, ficou composto de dez membros, dois dos quais representando o pessoal. Criou-se um novo conselho consultivo de Transportes. Anulou-se o princípio da incompatibilidade das funções de administrador com a de deputado ou senador, o que se explicou pela organização do estado fascista. O conselho de administração deixou de ter funções de gerência mas apenas de consulta. Estabeleceu-se o princípio da concentração dos poderes no Ministro das Comunicações a cujo lado estão o director geral e o conselho de administração.

O princípio da autonomia é mais largamente utilizado nas organizações da Bélgica, da Alemanha, da Roménia, da Suíça, da Grécia e da Áustria.

As suas características gerais são :

Separação dos bens do Caminho de Ferro dos restantes bens do Estado ;

Separação do orçamento dos Caminhos de Ferro do orçamento geral do Estado ;

Gerência segundo processos comerciais de forma a assegurar a cobertura das despesas com o produto das receitas, criando-se fundos de reserva ;

Organização anual do Balanço e Conta de Ganhos e Perdas.

Procura-se assim reunir as vantagens dos dois sistemas de exploração sem a maior parte dos inconvenientes. Junta-se o princípio da administração subordinada ao interesse público com a liberdade de movimentos que são apanágio das empresas particulares. A gerência comercial afasta os inconvenientes da burocratização e torna os dirigentes responsáveis pela sua acção. A não intervenção directa do Ministro nos actos correntes de administração, a incompatibilidade das funções de administrador ou director com as de deputado ou de legislador garantem a libertação das influências políticas, a proibição da acumulação dos mesmos cargos com outros semelhantes em empresas com contratos com os Caminhos de Ferro torna impossível abusos inevitáveis em empresas privadas.

Há diferenças sensíveis nas autonomias que citamos.

Assim por exemplo :

Orgãos da régie — Caminhos de Ferro federais suíços — Há a considerar : o

conselho de administração ; direcção (direcção geral e 3 direcções regionais subordinadas à primeira); conselhos regionais (consultivos).

Sociedade Nacional dos Caminhos de Ferro Belgas — Assembleia geral, conselho de administração.

Alemanha, Áustria, Roménia e Grécia — Conselho de administração e direcção geral.

A organização belga tem, pois, a particularidade de existência da assembleia geral. Nela, porém, o Govêrno tem a maioria : 80 % dos votos. Cabe-lhe aprovar o balanço e conta de ganhos e perdas dos quais é em seguida dado conhecimento ao Parlamento. Parece-nos que êste órgão seria dispensável.

As atribuições dos conselhos de administração e direcção variam de uns para outros países.

Na Bélgica o conselho tem os poderes mais amplos para gerir e administrar a sociedade. O director geral é escolhido pelo conselho de administração do qual directamente depende. A direcção não constitui por isso órgão da sociedade.

O Conselho compõe-se de 21 membros dos quais 8 membros pelo Govêrno (dêstes são 3 propostos pelos organismos económicos), 10 também por êle nomeados mas propostos pelo conselho de administração e 3 escolhidos pelo pessoal.

A fiscalização das contas compete a um conselho fiscal nomeado pelo Parlamento.

Empréstimos só podem ser feitos quando autorizados por lei. O emprêgo dos saldos depende do Ministro das Finanças. As tarifas são fixadas pelo conselho de administração mas o Govêrno pode autorizar a sua elevação ou exigir a sua diminuição. O Govêrno também pode regular os dividendos das acções preferenciais. Necessitam de aprovação ministerial as alienações, compras ou trocas de bens ou direitos imobiliários se o valor ultrapassa um milhão de francos, os contratos de adjudicação por um praso superior a 10 anos e as aquisições normais de valor superior a 500 mil francos.

Na organização alemã o conselho de administração fiscaliza a direcção da empresa e só decide em casos de grande importância como aprovação de orçamentos, contas de ganhos e perdas e balanço, duma maneira geral tôdas as questões financeiras. A direcção tem, portanto, grandes atribuições e nas relações com o mundo exterior, inclusive com o Govêrno, é o Director Geral que representa a sociedade, embora na vida interna desta seja o conselho de administração a última instância.

Êste compõe-se de 18 membros, todos alemães, dos quais 14 são nomeados pelo Govêrno e 4 pelos portadores de acções preferenciais. O Director Geral é proposto pelo conselho de administração em acôrdo com o Govêrno e necessita de confirmação em decreto do Presidente do Reich. Com voto consultivo funciona junto do conselho um Comissário do Govêrno.

O Govêrno reserva-se o direito de exercer uma fiscalização que garanta a segurança e regularidade dos serviços, de aprovar a construção de novas linhas e de novas instalações e as alterações importantes nas existentes, assim como as condições de tráfego com países estrangeiros. Os empréstimos contraídos pela sociedade necessitam

da aprovação do Govêrno. Quanto ao importante problema tarifário o Govêrno tem nele interferência ampla. As tarifas só podem ser modificadas com aprovação do Govêrno que pode num dado momento reclamar o seu abaixamento.

Existe na Alemanha um organismo especial — o tribunal arbitral. — Como sua expressa função está o decidir sôbre as divergências que possam surgir entre o Govêrno e a sociedade sôbre a determinação das tarifas. Também resolve, porém, sôbre desacordos respeitantes à interpretação de disposições legais e dos estatutos e quanto a medidas tomadas com fundamento numas e noutras.

Não funcionou até hoje esta instituição talvez porque se tenha reconhecido que ela oferece certos perigos.

Esta instituição do tribunal arbitral existe também na Roménia, com atribuições diferentes. Não pode, por exemplo, pronunciar-se sôbre tarifas, pois em caso de divergências entre o Ministro e a administração decide o Conselho de Ministros. Podem ser-lhe apresentadas resoluções do conselho de administração com que o Govêrno não concorde, ao passo que o alemão só se pronuncia sôbre interpretação de textos legais.

Na Roménia há ainda um comissário do Govêrno com direito de *veto* sôbre as decisões do conselho de administração.

Na Suíssa e na Áustria a função do conselho de administração é quasi só consultiva.

Na primeira o conselho de administração compõe-se de 13 membros, além do Presidente e Vice-Presidente: cada conselho regional tem um representante na administração.

Ao conselho de administração compete a fiscalização sôbre a administração em geral assim como a organização interna dos serviços. Quanto ao mais só tem funções consultivas. A direcção geral é composta de um presidente e dois directores gerais que são nomeados pelo Bundesrat (Conselho de Ministros) sob proposta, não obrigatória, do conselho de administração. É o Director Geral que representa os Caminhos de Ferro em todos os actos e os dirige de facto. As direcções regionais estão-lhe subordinadas.

Ao Govêrno compete a fiscalização superior reservando-se o direito de aprovação para os actos de administração mais importantes.

Os conselhos regionais compõem-se de 20 a 25 membros dos quais seis escolhidos pelo Bundesrat e os restantes pelos cantões e nele devem estar representados o comércio, a indústria, a agricultura e o pessoal. Reúne uma ou duas vezes por ano e tem função consultiva.

Na Áustria o director geral é quem de facto dirige a empresa. O conselho fiscaliza a sua acção, examina e aprova as contas, estuda e propõe tarifas mas a sua aprovação é reservada para o Govêrno.

A larga competência da direcção em face da restrita do conselho de administração constitui uma particularidade desta organização. Contudo a comissão administrativa pode apresentar relatórios aos Ministros das Finanças e das Comunicações.

A organização suíssa caracteriza-se ainda por que o Parlamento tem certa inter-

ferência na vida ferroviária. A fixação das tarifas e salários é da sua competência. Não existe, ao contrário dos outros países de que nos ocupamos, incompatibilidade entre os cargos de administrador e parlamentar, o que se explica pelo criterioso uso que o Parlamento tem feito das suas prerogativas, pela serenidade que caracteriza a política na Suíça.

Vimos que diferem as atribuições destes órgãos duns países para outros. As divergências podem explicar-se como se expôs num relatório suíço :

«Se se considera o conselho de administração como uma representação dos usuários, isto é, como um elemento de ligação entre os Caminhos de Ferro e o mundo exterior, deve-se dar nele representação a todos os interesses políticos e económicos. Neste caso deve ter uma função consultiva. Se se não quer confiar a direcção da empresa a um pequeno número de directores, então deve-se constituir um conselho de administração, composto de pessoas que tenham tanta ou mais experiência nas questões ferroviárias que os directores.

«Propos-se então que não fôsse abolido o conselho de administração mas que se lhe desse uma composição que permitisse o contacto da direcção dos Caminhos de Ferro com os círculos económicos e que se lhe não dessem funções administrativas mas simplesmente consultivas.»

A constituição de Comissões paritárias para resolver as questões que interessem ao pessoal faz parte de algumas das organizações citadas.

Julgamos ter assim mostrado como é possível hoje os Estados conservarem na sua mão a alta direcção dos seus Caminhos de Ferro sem os inconvenientes que antes se atribuíam às administrações do Estado.

A fórmula encontrada da criação de organismos autónomos com largas atribuições e correspondentes responsabilidades veio, por assim dizer, pôr termo à velha e debatida questão das vantagens ou desvantagens das administrações públicas e particulares.

Dentro da fórmula geral são possíveis as modalidades que mais se coadunem com a orgânica geral do Estado, como se vê pelo que deixamos resumido.

As reformas não tiveram apenas aspectos financeiros e administrativos. A reorganização e modernização dos serviços sob o ponto de vista técnico foram indispensáveis para garantir a eficácia do sistema.

Os resultados obtidos são favoráveis. Os Caminhos de Ferro alemães, por exemplo, conseguiram atravessar a crise mantendo os seus compromissos financeiros, melhorando e aperfeiçoando extraordinariamente os serviços e obtendo sempre o equilíbrio da exploração embora por vezes à custa de medidas verdadeiramente drásticas.

Resultados semelhantes se verificaram na Bélgica.

Parece-nos, pois, que *nacionalização* e *industrialização* constituem o programa hoje a seguir em Caminhos de Ferro. Nele se inspiraram as reformas que em último lugar citamos; para êle tendem os países até agora ligados a fórmulas que já não têm oportunidade nem justificação.

O livre arbítrio e o determinismo na lei penal russa

PELO DR. CRISPINIANO DA FONSECA

SER OU NÃO SER. . .

Desde os mais remotos tempos que o homem cogita neste problema fundamental: Se é de facto senhor inteligente e consciente da sua vontade, ou apenas um autómato movido por um complicado mecanismo de alavancas de imperativos materiais e grosseiros.

O homem tem razão; não é impunemente que o classificaram de animal racional e o entronizaram como rei da criação! Convençam-no dessa realidade materialista, se é uma realidade, e o homem, depois de resolver o primeiro problema, quedar-se-á estonteado, perplexo, em face dêste outro: qual é o seu destino? que veio fazer a êste mundo? Por isso, felizes são os que vão vivendo alheados dos complexos problemas do sentido da vida e dos fins transcendentais que dizem terem-no trazido para a superfície da terra! No entanto, por muito materialista que se seja, supomos não haver ninguém que se conforme com a idea que não será molesta, mas é tristemente desoladora: andar no mundo por ver andar os outros. . .

Do português, tipo mestiço de desvairadas raças, expressão máxima do meridionalismo, impetuoso, doentio, sentimentalista, sabemos o que pensa da vida: a vida é o destino, é um fado. O português é um determinista místico por excelência. O *folklore*, fonte inesgotável de ensinamentos e preciosas observações, é imensamente significativo: «O que tem de ser tem muita fôrça; ninguém foge ao seu destino; quem torto nasce tarde ou nunca se endireita; o que o b.rço dá a tumba o leva», etc. etc. O amor é sempre uma epopeia de sofrimento e de torturas. Prevendo a sua desgraça porque ama, a mulher canta:

«Tenho o destino marcado
Desde a hora em que te vi! . . .»

Para outros a tristeza, o aniquilamento da vontade perante a fatalidade inexorável do destino, é um estado de alma permanente, dôce e confortante :

«Adoro tanto a tristeza
e dou-me tão bem assim,
que até chego a ter pena
de quem tem pena de mim...»

Mas não é só o povo, a quem a falta de cultura e as condições precárias e aflitivas da vida justificariam até certo ponto uma permanente hipocondria. Homens de ciência, romancistas, poetas revelam, na generalidade, o fundo ancestral fatalista das raças oriundas do Levante : Bernardim Ribeiro passou a vida a chorar : «Isto fazia, Senhora, quando aparecestes e o faço as mais das vezes, porque sempre ou choro ou estou para chorar».

Cristovão Falcão :

«Os tempos mudam venturas
— bem os sei pelos passar —
mas por minha grande tristeza
nenhuns puderam mudar
a minha desventura.»

Camões é ainda mais expressivo :

«Quando vim da materna sepultura
de novo ao mundo, logo me fizeram
estrêlas infelizes obrigado :
Com ter livre alvedrio, mo não deram,
que eu conheci mil vezes na ventura
o melhor, e o pior segui forçado...»

Soares de Passos :

«Ai do que Deus às gerações envia
dizendo : vai, padece, é o teu fadário !...»

António Nobre :

«Pedi-te a fé, Senhor ! pedi-te a graça,
mas não te curvas nunca, p'ra me enviar.
Tudo acaba no mundo, tudo passa,
mas só meu mal se foi e torna a vir».

«Choremos, abracemo-nos, unidos!
Que fazer? Porquê não nos suicidamos?
Jesus! Jesus! Resignação... Formamos
no Mundo o claustro pleno dos vencidos.»

João Penha :

«Que seria de mim, nesta ansiedade
sem taça que os ânimos alenta,
que nos transporta em dia de tormenta
para longe da triste realidade!»

Antero :

«Só males são reais, só dôr existe :
Prazeres só os gera a fantasia :
Em nada, um imaginar, o bem consiste
Anda o mal em cada hora e instante e dia.

.....
Que sempre o mal pior é ter nascido!»

Rastos dêste mesmo fatalismo, se não fôra fastidioso, fácil seria mostrarvo-los em Camilo, A. Herculano, Fialho, O. Martins, Raul Brandão, Marcelino Merquita e *tutti quanti*...

Escorço da evolução do problema

Para Sócrates, Platão e Aristóteles as acções voluntárias são determinadas pelo conhecimento e pelo intellecto. Para Leibnitz o intellecto é uma substância, a *monada*, representativa de todo o universo. Kant procura resolver o problema do livre-arbítrio considerando o homem sob dois aspectos: como *carácter inteligível* com a conduta moral inspirada em uma idea intemporal de finalidade, o homem é livre; porém, em relação aos seus actos puramente naturais, limitados pela causalidade, está plenamente determinado. Shopenhauer aplaudiu êste pensamento, classificando-o de *o mais formoso e profundo que aquelle génio ou qualquer homem jámais havia produzido*.

Segundo Bergson, é impossível encarar-se a noção de liberdade sob o ponto de vista da causalidade, pois que se transforma o psíquico em algo físico e se substitui a verdadeira conexão dinâmica da consciência em uma idea estática...

Como é fácil de verificar, os filósofos pouco adiantam sôbre o problema; de resto, é sina dêles sempre que abordam uma questão: torturam a intelligência humana com raciocínios complexos e argumentos difusos até nos deixarem hesitantes e estonteados no vácuo da abstracção. Piores do que os filósofos são ainda os teólogos: para S. Tomáz e S. Agostinho o homem é livre e apenas determinado pela *graça divina*. Na cola dêstes e do afamado Belarmino, teólogo de Lovaina, aparece o professor da Universidade de Évora, Luiz Molina, que conseguiu na volumosa obra sô-

bre a *Concordia libri arbitrii cum gratiae donis* o *récord* da prolixidade e do obscurantismo!

Mas, dentro do próprio grémio cristão, as opiniões não eram conformes, tendo a questão originado no reinado de Rei Sol tão aguerrida contenda que, a propósito, comentara mais tarde Voltaire, depois de acentuar o insucesso dos filósofos na solução do problema: «enquanto as discussões dêstes tiveram sempre carácter amistoso, as dos teólogos foram frequentemente sangrentas»... É que Jansenio, o célebre fundador do Jansenismo, afirmara que o homem era desde a sua concepção um predestinado. Lutero e Calvino haviam-se manifestado de uma forma radical: «O homem — dizia aquele — não tem liberdade, tal como um tronco, uma pedra, um montão de barro ou uma estátua de sal!...»

Durante os séculos XVII e XVIII o célebre pleito da *graça* agita e apaixona a Europa inteira! O mais curioso é que, volvidos longos anos de notáveis e audaciosas transformações e descobertas, aquela doutrina, que era lógico supor haver-se albergado, púdica e receosa, no estrito campo da metafísica confessional, surge-nos de novo, em pleno século XX, às claras ou hábilmente disfarçada em outras concepções filosóficas, a querer orientar em todos os campos os destinos de uma Humanidade redimida!...

São suficientemente elucidativas as doutrinas de Stammler, del Vecchio e Kelson a pretexto do Direito natural (Direcciones Contemporaneas del Pensamiento juridico — Ricasens — C.ão Labor).

O século XIX, reconhecendo que o intrincado problema não podia ser resolvido pela dialética abstrata e muito menos pelo sobrenatural ou pela mística, resolveu dissecá-lo à luz da ciência experimental. Foi assim parar às mãos dos psicólogos e dos químicos. Ora, conquanto não pertençamos ao número daqueles que consideram o assunto como inteiramente resolvido, a despeito do notabilíssimo incremento do determinismo, achamos justo confessar que a questão foi colocada no seu ambiente próprio e as especulações que sôbre ela fazem os homens da ciência e as controvérsias que suscita, dentro dêsse meio, abrem perspectivas novas para as mais fecundas e úteis descobertas.

Guilherma Wundt veio então ensinar que os fenómenos até aí eram irreflectidamente atribuídos ao livre-arbítrio tinham que referir-se a tensões de sentimentos e sensações associativas e às suas reproduções e apreciações. No seu laboratório de Leipzig, fêz o sábio uma larga série de observações e, como consequência das diferentes reacções sensoriais e musculares por êle registadas, estabeleceu a conclusão de que a vontade não dependia duma causalidade mecânica, mas sim de uma causalidade psíquica. Assim, segundo êle, toda a sensação que determina um acto de vontade é produzida por um certo número de motivos, de forma que o livre-arbítrio é limitado em termos tais que o homem fica em condições de, por meio de uma eleição prudente entre diferentes motivos, influir na sua própria conduta. A vontade resolve-se em reacções, sentimentos e reflexos e pode fortalecer-se por meio da criação de adequados motivos.

William James, fundador do pragmatismo americano, duvida que o problema

possa ser resolvido pela psicologia e seus recursos: «Se, de facto, na soma dos nossos esforços não exercem uma função única determinados dados longínquos, pode considerar-se livre a nossa vontade; mas, se, pelo contrário, a soma de actos da nossa vontade é função determinada e firme de circunstâncias exteriores, a vontade não seria livre e todos os actos estariam de antemão determinados.»

Bertran Hussel: «Aquilo a que costumamos chamar vontade, anelo e esforço, não é, no fundo, nenhum estado interno que possa descrever-se com precisão, nem apresentar-se como facto empírico. O que traduzimos pela palavra *vontade* é simplesmente uma cadeia de actos que se produzem segundo um acontecimento determinado típico. Temos uma lei causal do nosso *fazer* e do nosso *proceder*, mas nunca alguma cousa que exista como substantivo e real em nosso espírito. Naturalmente nós temos o direito de dizer que queremos isto ou aquilo e encaminhamos para aí o nosso propósito; neste sentido a vontade apresenta-se como acontecimento observável; no entanto, tôdas as opiniões de que esta vontade seja um acontecimento isolado e uma actividade psíquica não significam mais do que superstição metafísica.»

Entretanto a psico-análise de Freud obtém um sucesso retumbante! Afrânio Peixoto, professor de Medicina Legal da Faculdade de Direito, no Rio de Janeiro, na sua *Criminologia*, obra valiosíssima pela cópia de conhecimentos que nos revela, recorte de linguagem, clareza e síntese, dá-nos em palavras breves uma idea de conjunto da doutrina: «Método de análise ou de exame psíquico, explorando o inconsciente pelo consciente, segundo processos adequados, é também uma terapêutica, método de tratamento dos psico-nevrosos; é uma psicologia, profunda se quiserem, meta-psicologia, de preferência procurando a explicação dos sonhos, dos lapsos, dos erros, dos delírios, da conduta e achando-a por ficções e raciocínios originais, se não extravagantes; é mesmo uma filosofia interpretativa do espírito humano e suas obras, ciência, arte e religião... talvez da biologia, pela psicologia, revelando a natureza oculta do homem.»

Convém desde já notar que é mais fácil compreender a idea e finalidade da teoria do que aceitar sem reparo a exactidão dos seus métodos e a verdade das conclusões...

A base da doutrina é a seguinte: «há manifestações inconscientes do espírito que actuam sobre a consciência, razão por que a vida afectiva do homem não pode ser inteiramente submissa à sua vontade». A alma do homem é composta de duas partes principais: o consciente, isto é, o conhecido, e o inconsciente, ou *sub-eu*, espécie de cave sombria e profunda de onde dimanam tendências da espécie com que nascemos, larvas impuras dos instintos, originária, tradicionalmente maus, a que se junta o material recalçado da vida, representada, *in-situ*, pela censura da consciência, que monta guarda, como carcereiro, a esta prisão do inconsciente». Neste caldeirão diabólico em que o homem oculta a vasa de tôda a sua miséria moral, existem células, nas quais estão insculpidas legendas remotíssimas da vida animal e social dos seus milenários antepassados... Há nesta teoria, evidentemente, alguma cousa que se aproxima de Lombroso.

Acima do *Sub-eu* está o *Eu*, e acima dêste o *Super-Eu*. O *Eu*, humano e cons-

ciente, é como que o pêndulo da balança, da qual o Sub e o Super-Eu são os pratos. O Super-Eu, sociável, ético ou moral, adapta o Sub-Eu ignorado ou o Eu clarividente à convivência social.

Segundo esta teoria é difícil apurar se qualquer homem é honesto ou bom. Só *perfurando* o Sub-Eu de modo que do caldeirão surjam à superfície, actuando pelos meios fisiológicos (sono), terapêuticos (agentes químicos) ou psicológicos (hipnotismo, sugestão), todos os miasmas ocultos, é que se pode conhecer o seu carácter.

A impressão pessoal que temos desta aliás curiosíssima teoria é que Freud surpreendeu na razão humana o princípio universal do equilíbrio pela actuação de forças contrárias. O *Eu* será, como acima dissemos, a agulha do quadrante, oscilando pela decomposição das mesmas forças. Quanto à revelação da existência de células com insculturas ancestrais, pré-históricas mesmo, que actuariam no consciente em exteriorizações inexplicáveis à simples vista, é deveras interessante, mas insuficientemente provada... Os métodos a que os psico-analistas hoje chamam *psicológicos* — sugestão e hipnotismo — amanhã um novo Marconi chamar-lhes-á eléctricos ou magnéticos... e a doutrina de Freud será refundida.

Sem a popularidade da psico-análise, mas positivamente mais científica e convincente, é a Endocrinologia (endo — dentro, *crino* — glândula) que procura explicar os actos do homem como a sua própria vida pela acção das secreções internas das glândulas existentes em cada órgão e em cada tecido.

Para *Loeb*, «todos os actos que até agora eram designados como alma não são outra cousa senão reacções físico-químicas, estritamente determinadas. O que o filósofo chama idea não é mais do que o processo das actividades químicas que se realizam no corpo humano.»

J. P. Powlov : «muitos dos processos atribuídos à alma são meros reflexos obrigados».

Charles Child e Judson Herrick (Escola de Chicago) : a vontade pertence à jurisdição de *vetores* mecânico-físicos e de um *gradient* fisiológico da espécie.

O espírito — sentimento, conhecimento e vontade — não existe. Tôdas as actividades do homem consistem em processos corporais. As glândulas, as tiroideias, paratiroideias, supra-renais, o sistema cromafino, a hipófise, o sistema insular do pâncreas, a glândula intersticial do testículo, o parenquima ovarino, a epífise, o timo, etc., produzem sucos, incretas ou hormónios, cujas substâncias químicas actuam a distância, excitando o aparelho celular e endócrino. O pensamento é pois uma actividade da laringe; o sentimento uma função do intestino; a vontade uma manifestação dos músculos estriados; a hipófise ou glândula pituitária desenvolve a inteligência, etc. etc. Dar-se-á o caso de Asuero e seus adeptos cultivarem o método endócrino sem se aperceberem disso?

Depois destas conclusões, o livre arbítrio perde de facto muito da sua soberania de antanho. Mas deverá considerar-se como aniquilado inteiramente o livre-arbítrio? Convém notar que pela psico-análise o homem é examinado em um estado anormal ou estado de inconsciência — sono, hipnotismo, etc.; e pela endocrinologia prevê-se uma situação patológica, situação anormal também.

É de supor que um indivíduo que se não encontre afectado de qualquer doença como a tuberculose, a sífilis ou outras semelhantes, sem embargo do trabalho normal e regular dos hormónios, se comporte com certa liberdade de querer. Por esta ciência admite-se que os sucos das glândulas *actuum a distância*, o que nos faz convencer também de que o fenómeno não está ainda convenientemente estudado e assim a outra escola caberá a vez de o esclarecer dando, porventura, um novo rumo à Endocrinologia... Seja como fôr, o certo é que a humanidade vai andando alheia aos destinos que estas doutrinas lhe pretendem fixar.

Ao homem enlevam, sem dúvida, estas diversões científicas porque activam e estimulam a inteligência; abrem horizontes novos e dão-lhe armas certeiras para derrubar os ídolos; mas, no fundo, havemos de concordar que o determinismo integral fere profundamente a dignidade humana. Punhamos de parte preconceitos, inclusivamente o religioso católico, mercê do qual o livre-arbítrio absoluto é elevado à categoria de dogma e mesmo assim a nossa inteligência hesita perante a complexidade do problema e as consequências do convencimento de uma verdade que, dada a idiosincrasia do momento em que vivemos, seria estupefaciente!... De resto, verifica-se que os mais ardentes partidários do determinismo integral são, na sua vida quotidiana, a contradição flagrante do mesmo princípio, a não ser que o fenómeno se explique ainda pela acção dos hormónios... O caso é que, aceite tal princípio, — e perante a ciência não há que discutir — aquilo que nós hoje temos como virtudes, altruismo, amor da humanidade, solidariedade, civismo, honra, talento, amor paternal, bravura, etc., passaria à categoria de meros produtos necessários de reacções fisico-químicas!

Virgílio, Homero, Camões, Joana d'Arc e Lenine caíram dos seus pedestais!... Que significado teria o sofrimento heróico de tantos em prol da liberdade e do bem estar do nosso semelhante! Que significariam a Legião de Honra e as ordens bolchevistas da Bandeira Vermelha e do Trabalho?! Não há que louvar, nem que condenar! Numa futura escola primária determinista: «Como explica o aluno a tomada de Santarém por D. Afonso Henriques?»

Resposta dêste: «O primeiro rei manifestou-se desde os 14 anos, em que se rebelou contra sua mãe, um inadaptável à vida política do momento, o que se explica por uma increção irregular das glândulas tiroideas.»

«E que me diz de D. Tereza?»

O aluno: «Um caso banal de abundância de foliculina... A acção activa dêste hormónio fêz-lhe esquecer a sua dignidade de rainha e de mãe nos braços de Fernão Peres de Trava. A foliculina, continua enfático, é a mulher! Doisy, Marian e outros.»

«E o assassinato da linda Inez? — De acôrdo com Hunt trata-se de um transtôrno emocional devido a dishormónias: relações explosivas nos hipertiroideos.»

«Que me diz do admirável engenho e fecunda imaginação do grande épico português?»

O extraordinário talento de Camões explica-se pelo grande desenvolvimento do hipófise ou glândula pituitária...»

E assim por diante: não mais símbolos, não mais ilusões, não mais confiança nos homens!...

O determinismo da lei penal russa

Andava a contenda neste pé, quando M. Grodrinsky, professor da universidade de Charcov, na Ukrânia, em um estudo preliminar ao Nov. Código Penal da Rússia Soviética dos eminentes catedráticos do país vizinho, Asua e Rodrigues Muños, nos trouxe a notícia surpreendente de que o Direito dos Soviets havia abandonado definitivamente a idea da culpabilidade, na elaboração da sua lei penal, substituindo-a por um determinismo integral. Assim, depois de tantas e tão emaranhadas controvérsias, aos Soviets teria cabido a glória e peregrina felicidade de haver terminado com uma das mais intrincadas questões, cuja solução as clássicas lanternas de teólogos, filósofos e cientistas nunca puderam claramente divisar. Mais do que a implantação do próprio regime comunista, essa realização importaria uma conquista sensacional para o mundo civilizado. Uma vez introduzido o determinismo integral em uma lei daquela natureza, é evidente que o domínio nas restantes instituições seria um facto. O velho livre-arbítrio, que tantas paixões havia suscitado, tanto em leigos como em religiosos, exalava o seu último alento amortalhado em uma lei penal, para castigo dos seus desvarios. Convém notar, entanto, que não são apenas os códigos do antiquado tipo clássico, que, clara ou disfarçadamente, conservam o princípio do livre-arbítrio. O nosso é expresso: «Sòmente podem ser criminosos os indivíduos que têm a necessária inteligência e liberdade» (art. 26). Porém, todos os códigos modernos e alguns projectos, elaborados sob o salutar influxo dos dados criminológicos mais recentes, não regeitam formalmente aquele princípio (Cod. Polaco, Argentino, Mexicano, Espanhol, etc.). Quanto a projectos do nosso conhecimento, o de Ferri (1921), verdadeiramente modelar, é certo que substitui a palavra *imputabilidade* pela de *responsabilidade*, mas da análise do art. 18 e segg. vê-se que procura tam sòmente ladear o problema. Conclusão idêntica se tira do estudo dos arts. 4, 49, 53 e seg. do interessantíssimo projecto cubano de Ortiz (1925). Sá Pereira, autor do projecto de um Cod. penal brasileiro, aceita o princípio da responsabilidade por uma manifestação da vontade, intencional ou culposa (art. 41). O Código Penal Italiano (1930) é muito claro: «ninguém pode ser punido por uma acção ou omissão, prevista pela lei como crime, se a não tiver cometido com consciência e vontade (art. 42). Puro classissismo: corresponde inteiramente à doutrina do Código português.

Foi pois com o mais vivo interêsse e curiosidade que folheámos o novo código penal russo, para vermos como era praticamente traduzido em artigos de lei a nova doutrina. Esperava-nos, afinal, uma grande decepção; e, se confundidos já andávamos, mais ficámos! É que, em o nosso espírito, não há possibilidade de harmonizar a maior parte das suas disposições com a mesma doutrina.

Outros possivelmente o farão com mais engenho. Entretanto, seguindo o bom princípio de que devemos desprezar o culto dos ídolos para que o entendimento ande sempre liberto e puro, tanto mais que o reino da terra como o dos céus não está aberto senão às crianças, em razão da nossa tese, vejamos como o código em questão se comportou em face do complexo problema:

No art. 9.º estabelece o seguinte: «As medidas de defesa social aplicar-se-ão par-

a obtenção dos seguintes fins : a) Prevenir novos delitos por parte dos que o houverem praticado ; b) influir sôbre outros membros duvidosos da sociedade ; c) adaptar as pessoas que delinquirem às condições da vida social do estado dos trabalhadores.

Ora, quanto aos fins das alíneas a) e c) podem, sem dúvida alguma, explicar-se e compreender-se sôb o domínio de um determinismo integral ; todavia a respeito da doutrina da alínea média, é evidente que a lei russa aceita e adopta o princípio clássico da *intimidação*. Mas em que condições é que a intimidação pode operar os seus efeitos benéficos — se é que de facto produz tais efeitos — ? Sem dúvida, quando o indivíduo, pesando no seu espírito com inteligência e liberdade os prós e os contras do acto delituoso a praticar, delibera abster-se da sua prática. Positivamente que um indivíduo alheado das suas faculdades mentais não deixará de matar se houver de o fazer, apenas porque viu enforcar ou fusilar um homem condenado pela Justiça ! Os resultados podem mesmo ser contraproducentes . . . A intimidação, em determinadas circunstâncias, pode considerar-se uma concepção aceitável, mas não como princípio genérico. De resto, é com a intimidação com que os estados burgueses e de legislação clássica, a Espanha, a Itália, a França, a própria América, etc. procuram com os instrumentos da força, da guilhotina e da cadeira eléctrica manter os criminosos em respeito e obstar ao incremento de novos feitos. Como exemplo da intimidação espectacular lembraremos a execução dos parricidas em França, os quais são conduzidos para o cadafalso em camisa, descalços e a cabeça coberta com um véu negro. Antes do suplício um official de justiça faz públicamente a leitura da sentença (art. 13.º do Cód. Penal). A Rússia, é certo, não usa dessas exibições teatrais, mas acredita que do conhecimento pelo público duma sentença condenatória e do sofrimento físico e constrangimento moral, suportado pelo condenado em virtude da aplicação da medida de defesa social (doutrina aliás flagrantemente contraditória com a disposição do art. 9.º alínea c) do mesmo código que não admite medidas que importem sofrimento físico, lesão da dignidade humana ou tenham um fim retributivo ou penal — Calon El Cod.º P. de R.^a Soviética, pag. 62) algum benefício se poderá alcançar na prevenção de futuros delitos, partindo do princípio, como não pode deixar de ser, de que a *ameaça* influi na *inteligência e na vontade* dos homens.

Prosseguindo : no art. 10.º impõem-se medidas de defesa social (penas, segundo a nomenclatura clássica) de carácter judicial-correccional às pessoas que hajam executado actos perigosos : «a) quando tenham procedido com *intenção*, quere dizer *conhecendo* o carácter perigoso da sua acção, querendo as suas conseqüências ou permitindo com *conhecimento de causa* a sua produção ; b) quando as mesmas pessoas hajam procedido com *negligência*, quere dizer, quando não tenham *previsto* as conseqüências do seu acto, *devendo prevêê-las*, ou houverem esperado *imprudentemente*, evitar tais conseqüências.»

Quere dizer . . ., afirmamos nós também, o código penal russo prevê que o delinquente possa proceder com *intenção*, medindo e pesando o carácter perigoso das suas acções ; que possa *querer* ou não *querer* tais conseqüências e ainda que venha a agir com negligência, isto é, por preguiça da vontade ! Como é que um indivíduo dominado inteiramente por causas determinantes pode compreender o carácter perigoso

dos seus actos e sôbre eles cogitar, querer ou deixar de querer seja o que fôr?! Por exemplo : a um louco, tipo flagrante do *determinado*, poderíamos fazer tais exigências ?

No art. 12.º estabelece-se a distinção entre delinquentes maiores ou menores de 16 anos para efeito de se aplicar a estas medidas de carácter médico-pedagógico. À margem da crítica que estamos fazendo, poderíamos objectar a êste respeito que a fixação da idade para o efeito de tratamento diverso dos delinquentes é um critério pouco científico, porquanto há indivíduos maiores de 16 anos que são como êstes ou pior do que êstes inteiramente infantis. No art. 151.º do mesmo código fixa-se melhor doutrina a respeito das mulheres que atingem o estado fisiológico para a prática de actos sexuais. Em todo o caso afigura-se-nos que o tratamento diverso dos menores não está inteiramente de acôrdo com as mais radicais doutrinas da criminologia moderna. De facto, haverá diferença de tratamento clínico entre o tuberculoso ou sifilítico de 15 anos e o de 21 ? É verdade que um aforismo moderno diz-nos que «não há doença mas doentes» mas tal aforismo não respeita a idades mas sim à diferente natureza dos indivíduos.

O código penal russo admite também a prescrição do procedimento criminal e da pena. Estará esta disposição também de harmonia com a do determinismo ? No artigo 29 preceitua, como os códigos burgueses, que a prisão preventiva seja levada em conta na execução da pena de privação de liberdade. A privação de liberdade prescreve-se para o efeito de eliminar ou neutralizar no delinvente as causas determinantes do delito. Suponhamos que um indivíduo prevaricou em determinada altura sob a acção de uma doença, da qual conseguiu curar-se. É razoável que, ao atingir 10 anos, (prazo máximo da suspensão da pena) se vá aplicar a êsse indivíduo um remédio de que êle já não carece, ainda que a pretexto de haver praticado um novo delito ? Ao presidente do comité executivo pan-russo concede o código a faculdade de perdoar total ou parcialmente a execução das medidas de defesa social applicadas. Em regime de livre-arbítrio e em um código ultra-clássico, uma tal disposição é inteiramente compreensível e poderia haver-se, se não houvesse que tomar em linha de conta os saltares ensinamentos que a prática e a ciência nos veem dando, como de excelentes resultados. Dentro de uma orientação puramente determinista é que semelhante disposição nos parece descabida. Os peritos médico-legistas e só êstes podem julgar da oportunidade de fazer cessar a execução de qualquer medida de defesa social. A intervenção de estranhos é tão importuna como perigosa. Êste problema oferece aspectos interessantes que não abordamos para não alongar êste trabalho.

Não terminaremos, porém, a nossa crítica sem fazermos referência uma dos princípios firmados pelo código em questão e que maiores aplausos suscitou nos admiradores inconsiderados das cousas novas e ousadas — por vezes mais novas na aparência do que na realidade — : é o que preceitua que a privação de liberdade dos delinquentes não pode ir além de 10 anos. Como conquista de um regime liberal, docemente ideológico, sentimentalista e irreflectido, estava certo ; em um regime positivo e determinista é simplesmente inconsequente. Quere dizer, se o doente, ao fim de dez anos, não estiver curado, o Estado não está para o suportar mais e põe-no na rua.

Gesto bem pouco simpático e agradável, convimos, mas ousado e inteiramente harmónico com os dados da ciência moderna, seria o tornar o indivíduo pertença do Estado, digamos assim, enquanto não fôsse julgado *apto* a voltar à vida social.

O caso, de resto, não seria inteiramente novo: é o que actualmente sucede com os loucos incuráveis. É de notar que há criminosos, considerados pelos peritos psiquiatras como responsáveis, que deixam os juizes atónitos perante o seu variado estendal de crimes e de condenações e da sua teimosa e incansável persistência na prática do delito!

Concluindo: O código penal russo não é aquela obra perfeita que muitos apregoam, o que, aliás, só é para lamentar, pois que nenhum outro país como a Rússia se encontra tão desembaraçada de peias e preconceitos para nos poder dar uma lei penal que servisse de modelo. Contém êle, todavia, um preceito notável que está fazendo carreira. Coerente com o princípio determinista e harmónico com o positivismo criminal, não podia deixar de merecer o *agrément* daqueles que pretendem uma lei penal, que, sem ter o carácter perseguidor, vingativo e individualista, preveja com inteligência e energia tôdas as possíveis perturbações da vida social. Referimo-nos à faculdade concedida aos tribunais russos de punir quaisquer actos que, embora não estejam previstos na lei penal como delitos, sejam de facto perigosos.

Convém acentuar, entretanto, que o nosso intuito não foi revelar o mérito ou demérito daquela lei, mas apenas expor a opinião de que o livre-arbítrio não se extinguiu com o código penal russo. Sem as prosápias da sua pomposa realza doutras eras, tímido e disfarçado como um foragido, lá o encontramos, no entanto, em que-rela com o seu adversário.

CONCLUSÃO

Teoria dos Círculos Concêntricos

Do que acabamos de expor concluímos que o livre-arbítrio puro só como dogma pode ser sustentado e à face do supremo argumento de S. Agostinho: *Credo quia absurdum...* Para ser aceitável, na generalidade, era condição necessária que o indivíduo agisse inteiramente à margem de qualquer estado físico; e hoje, depois das conclusões da ciência é inegável que não só todo o facto patológico determina modificações mais ou menos sensíveis em todo o *processus* dos factos psíquicos, mas que as mesmas volições são substancialmente diversas segundo o estado do nosso organismo (Dr. Caeiro da Mata, *Direito Criminal Português*, pg. 296-V II)

A constatação desta verdade não pode todavia levar-nos ao exagêro de garantir que o homem, agindo em condições normais, não tenha a possibilidade de *escolher os motivos* e de *querer*. E assim, para a elaboração de uma lei penal, lei tão importante para a manutenção da ordem jurídica estabelecida, como para a moralização de costumes e progresso de um povo, no momento histórico que atravessamos e com

dados em parte ainda insuficientemente aclarados, reputamos precipitada uma iniciativa puramente determinista. Enquanto não surja uma orientação indiscutível nesse sentido, é de aconselhar o aproveitamento de todos os elementos fornecidos pela criminologia, cujo incremento e fecundidade tem sido nos últimos tempos notabilísimos e adaptemo-los a uma forma racional. Convém notar que a moderna doutrina da *perigosidade*, mediante a qual se legitima ao Estado o direito de punir, independentemente do *processus* volitivo do agente, não resolve satisfatoriamente o problema. Levantam-se desde logo sérias dificuldades a respeito do critério a adoptar na classificação dos *perigosos*; e à margem ficarão sempre indivíduos que não cabem ali. Aquele que acidentalmente se embriaga e pratica um delito não pode razoavelmente ser havido como tal.

Percorrendo todos os factores que influem na criminalidade, dos quais figuram nos tratadistas como principais os endócrinos, os patológicos, o factor económico, a raça, a hereditariedade, o sexo, o estado, a idade, a profissão, o alcoolismo, os estupefacientes, a sugestão, a imitação, os factores termo-eléctricos; a pressão atmosférica, a prostituição, a política e a religião. . . , nós podemos fazer uma idea interessante do conjunto, figurando na nossa mente um esquema de círculos concêntricos, dos quais o do centro é representado pelo estado de inconsciência, o seguinte pelo da liberdade volitiva e os restantes pela série dos factores acima referidos.

Parece-nos ser êste o verdadeiro estado do problema.



Noção de «Capacidade Eléctrica»

Por CARLOS FERRER MONCADA

A noção de capacidade eléctrica encontra-se em muitos manuais dada de uma maneira imprecisa que facilmente pode levar a conclusões erradas. Devido a êste facto e à importância desta noção pareceu-nos ser de algum interêsse recordar que ela se pode deduzir de uma maneira precisa das duas leis fundamentais da electrostática. Como exemplo de aplicação do resultado geral obtido estudaremos o caso particular do condensador esférico.

As leis fundamentais da Electrostática no vazio

No vazio, as duas leis fundamentais da electrostática exprimem-se, sob a forma integral, pelas relações :

$$(1) \iint_F E_n df = 4\pi \Sigma q \qquad (2) \oint (\mathbf{E} ds) = 0$$

As mesmas leis sobre a forma diferencial são as equações locais :

$$(1_a) \operatorname{div.} \mathbf{E} = 4\pi\rho \qquad (2_a) \mathbf{E} = - \operatorname{grad.} V$$

em que V é a conhecida função potencial e ρ representa a densidade cúbica eléctrica.

No elemento diferencial $E_n df$ da relação (1) designa-se por E_n o valor da componente do vector campo eléctrico \mathbf{E} segundo a normal positiva n ao elemento de superfície df . Êste produto representa o fluxo elementar do vector \mathbf{E} através da superfície fechada F ; o sentido positivo da normal será o do interior para o exterior da mesma superfície.

A primeira lei fundamental (1) exprime assim que o fluxo do vector campo elé-

ctrico \mathbf{E} através duma superfície fechada é igual ao produto de 4π pela soma algébrica Σq das cargas eléctricas situadas no seu interior.

Na relação (2) o elemento diferencial ($\mathbf{E} ds$) representa o produto escalar entre o vector campo eléctrico \mathbf{E} e o vector ds elemento da curva descrita.

A segunda lei fundamental exprime, pois, que a circulação do vector campo eléctrico ao longo de qualquer caminho fechado é sempre nula.

A interpretação física destas duas leis fornece-nos indicações sôbre as linhas de fôrça do campo electrostático: Da segunda lei, equação (2), conclui-se que as linhas de fôrça do campo electrostático não podem ser fechadas. A primeira lei, equação (1), indica-nos que onde nascem ou morrem as linhas de fôrça existem necessariamente cargas eléctricas. As cargas positivas são «fontes» e as negativas «pontos de extinção» das linhas de fôrça. Quanto à sua forma, a segunda lei (2_a) indica-nos que elas são em cada ponto do campo normais às superfícies equipotenciais ($V(x, y, z) = \text{const.}$) e dirigidas no sentido das potenciais decrescentes. A função potencial $V(x, y, z)$ tem por sua vez de satisfazer, no vazio livre de cargas eléctricas, à equação de Laplace

$$\text{div. grad. } V = 0$$

ou seja

$$\Delta V = \frac{\partial^2 V}{\partial x^2} + \frac{\partial^2 V}{\partial y^2} + \frac{\partial^2 V}{\partial z^2} = 0,$$

que resulta de (1_a) e (2_a) para $\rho = 0$, e tomar sobre a superfície F_1 de cada condutor, cujas cargas eléctricas dão origem ao campo electrostático considerado, um valor constante $V = V_1$.

A resolução analítica do problema electrostático depende assim da determinação da função potencial V satisfazendo às relações acima indicadas. A solução é conhecida sômente em alguns casos particulares.

Noção de capacidade electrostática

Sejam F_1 e F_2 duas porções de superfícies equipotenciais do campo electrostático considerado, tais que tôdas as linhas de fôrça que têm a sua origem em F_1 e sômente essas vão extinguir-se em F_2 . Estas porções de superfície chamam-se correspondentes. Atendendo à primeira lei fundamental da electrostática (1) conclui-se que as suas cargas eléctricas q_1 e q_2 são iguais em valor absoluto e de sinais contrários.

Consideremos (Fig. 1) um tubo de fôrça k cuja fonte é a carga Δq_k sôbre F_1 e designemos por Δf_s a porção de superfície equipotencial que passa pelo ponto P à distância $(s-s_1)$ de P_1 sôbre F_1 , e é limitada pelo mesmo tubo de fôrça. A distância $(s-s_1)$ entre os pontos P_1 e P é medida sôbre a linha de fôrça que passa por êles.

Seja ainda E_s a intensidade do vector campo eléctrico no ponto P da superfície Δf_s e esta suficientemente pequena para que sobre ela E_s tenha um valor constante.

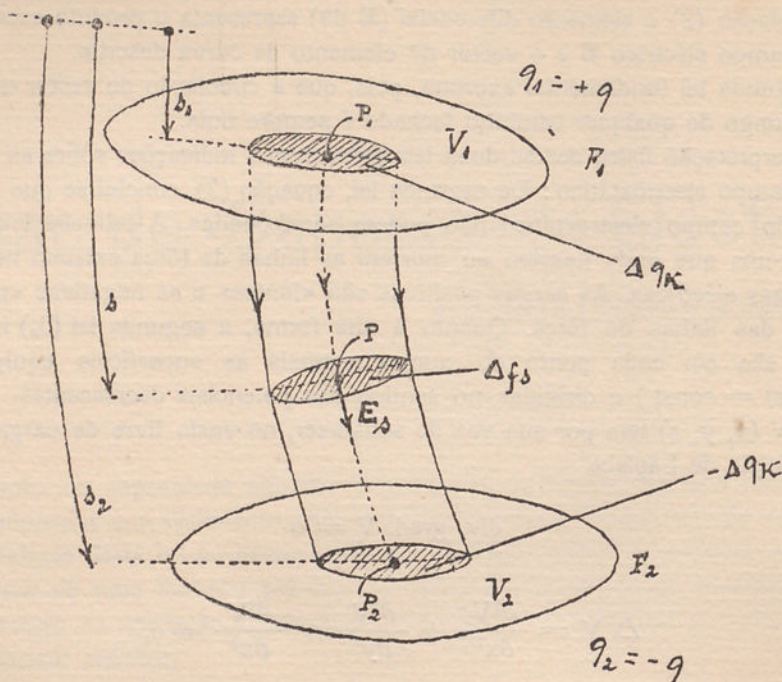


Fig. 1

Da primeira lei fundamental (1) resulta :

$$E_s = 4\pi \frac{\Delta q_k}{\Delta f_s} \quad (3)$$

e no limite quando Δf_s tende para o

$$E_s = 4\pi \frac{dq_k}{df_s} \quad (4)$$

Da segunda lei (2) obtem-se :

$$E_s = - \frac{dV}{ds} \quad (5)$$

Das relações (4) e (5) resulta :

$$- dV = 4\pi dq_k \frac{ds}{df_s} \quad (6)$$

e integrando entre os limites s_1 e s_2 obtem-se :

$$V_1 - V_2 = dq_k \int_{s_1}^{s_2} 4\pi \frac{ds}{df_s} \quad (7)$$

d'onde resulta finalmente :

$$dq_k = (V_1 - V_2) dC_k \quad (8)$$

em que

$$dC_k = \frac{1}{4\pi \int_{S_1}^{S_2} \frac{ds}{df_s}} \quad (9)$$

A equação (8) mostra que para elementos correspondentes existe proporcionalidade entre a sua diferença de potencial ($V_1 - V_2$) e a sua carga dq_k . O factor de proporcionalidade dC_k representado pela equação (9) depende somente da configuração geométrica do tubo de força considerado, que por sua vez é determinada pela disposição e forma dos condutores cujas cargas eléctricas dão origem ao campo. A este factor chama-se «capacidade electrostática» ou simplesmente «capacidade eléctrica» do tubo de força.

Para os outros tubos de força entre F_1 e F_2 resultam equações análogas à equação (8). Notando que a diferença de potencial ($V_1 - V_2$) é igual para todos os tubos de força entre F_1 e F_2 , obtém-se por integração da equação (8) a relação

$$q = (V_1 - V_2) C_{12} \quad (10)$$

em que q representa a carga total da superfície F_1 e C_{12} o integral de dC_k estendido a todo o campo electrostático considerado entre F_1 e F_2 .

A constante de proporcionalidade C_{12} da equação (10) representa a capacidade electrostática do campo eléctrico estabelecido entre as duas superfícies equipotenciais F_1 e F_2 .

Das equações (9) e (10) conclui-se, de uma maneira geral, que quanto mais curtos e largos forem os tubos de força maior será a sua capacidade. Num dispositivo formado por dois condutores, dos quais um dêles envolve completamente o outro, a capacidade do campo electrostático estabelecido entre êles será tanto maior quanto menor for a sua distância e quanto maiores forem as suas superfícies correspondentes.

A equação (10) mostra que, para uma diferença de potencial fixa, a carga eléctrica que toma cada uma das superfícies deste dispositivo será, em valor absoluto, tanto maior quanto maior for a sua capacidade. À medida que fizermos aumentar esta, modificando as superfícies correspondentes ou a sua posição relativa, a carga aumentará «condensando-se» sobre as superfícies correspondentes. Daí o nome de «condensadores» dado a estes dispositivos.

Do que fica dito conclui-se que, para se poder falar de capacidade electrostática, é preciso considerar sempre duas superfícies correspondentes entre as quais se estabelece o campo electrostático. Expressões como «capacidade de um condutor» não têm pois significado preciso.

As leis bem conhecidas sobre a associação de condensadores em paralelo e em série deduzem-se com facilidade das definições dadas.

Campo electrostático nos dieléctricos

No caso de o espaço compreendido entre as superfícies equipotenciais correspondentes ser preenchido por um dieléctrico, o campo electrostático que se estabelece obedece às leis :

$$\iint_F D_n df = 4\pi \Sigma q \quad \oint (\mathbf{E} ds) = 0$$

ou sob a forma diferencial :

$$\text{div. } \mathbf{D} = 4\pi \rho \quad \mathbf{E} = - \text{grad } V$$

Num dieléctrico homogéneo tem lugar a relação :

$$\mathbf{D} = \epsilon \mathbf{E}$$

em que ϵ representa a constante dieléctrica do isolador em questão e \mathbf{D} o vector «deslocamento» de Maxwell. As outras notações são idênticas às das equações (1) (1_a) e (2) e (2_a).

Por considerações análogas às já feitas no caso do campo electrostático no vazio, obtem-se das equações fundamentais as relações :

$$\left\{ \begin{array}{l} E_s = 4\pi \frac{dq_k}{\epsilon df_s} \\ E_s = - \frac{dV}{ds} \end{array} \right.$$

donde se conclui que

$$dq_k = (V_1 - V_2) dC'_k$$

sendo

$$dC'_k = \epsilon dC_k = \frac{\epsilon}{4\pi \int_{S_1}^{S_2} \frac{ds}{df_s}}$$

O factor dC'_k representa a nova capacidade do tubo de fôrça no dieléctrico de constante dieléctrica ϵ .

Igualmente se obtém a expressão

$$C'_{12} = \epsilon C_{12}$$

para a capacidade do campo electrostático estabelecido no dieléctrico entre as duas superfícies equipotenciais F_1 F_2 .

A experiência mostra que para todos os materiais conhecidos a capacidade se torna maior do que a correspondente ao campo electrostático no vazio. A constante dieléctrica ϵ é pois sempre maior do que a unidade.

Aplicação²: Capacidade electrostática do condensador esférico

O condensador esférico é formado por duas superfícies esféricas concêntricas. Designemos por R_1 e R_2 ($R_2 > R_1$) os seus raios (Fig. 2), por F_1 e F_2 as suas superfícies correspondentes e por V_1 e V_2 ($V_1 > V_2$) os seus potenciais.

As linhas de fôrça do campo electrostático estabelecido entre F_1 e F_2 terão, por razão de simetria, uma distribuição radial. As superfícies equipotenciais serão portanto esferas concêntricas às esferas condutoras.

Tôdas as linhas de fôrça que têm a sua origem sôbre a superfície F_1 vão extin-

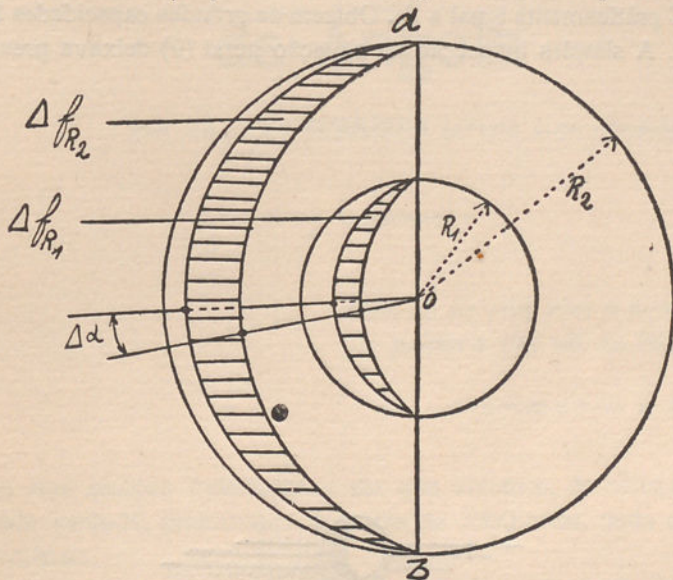


Fig. 2

guir-se sôbre F_2 . A secção Δf_R de um tubo de fôrça por uma superfície equipotencial à distancia R do centro será um fuso esférico (Fig. 2). A área dêste é dada pela relação

$$\Delta f_R = 2 R^2 \Delta \alpha$$

em que $\Delta \alpha$ representa o ângulo do fuso.

Sob a forma diferencial teremos :

$$df_R = 2R^2 d\alpha$$

Aplicando a fórmula (9), teremos para a capacidade de um tubo de fôrça de ângulo $d\alpha$ a expressão :

$$dC = \frac{1}{R_2} \frac{dR}{2R^2 d\alpha} = \frac{d\alpha}{2\pi \left(\frac{R_2 - R_1}{R_1 R_2} \right)}$$

Para a capacidade C resultante da associação em paralelo de todos os tubos de fôrça existentes entre F_1 e F_2 obtém-se finalmente :

$$C = \frac{1}{2\pi} \left(\frac{R_1 R_2}{R_2 - R_1} \right) \int_0^{2\pi} dz = \frac{R_1 R_2}{R_2 - R_1} = \frac{R_1}{1 - \frac{R_1}{R_2}}$$

E' a expressão bem conhecida da capacidade electrostática do condensador esférico. Depende sòmente dos raios R_1 e R_2 das esferas condutoras. Para $R_2 \gg R_1$ vem a capacidade C praticamente igual a R_1 . Obteem-se grandes capacidades fazendo $R_2 - R_1$ muito pequeno. A simples inspecção da equação geral (9) deixava prever êste resultado.



A educação dos indígenas de Angola

POR VICENTE FERREIRA (ANTIGO ALTO COMISSÁRIO DE ANGOLA)

*«Nem só de pão vive o homem, mas de toda
a palavra que sai da bôca de Deus.»*

EVANGELHO DE S. MATEUS, IV-4.

Mesmo nos tempos materialistas em que vivemos, de sôfrega avidez de bem-estar, aquela verdade, proclamada há cêrca de 2000 anos, nada perdeu da sua impressiva evidência.

E talvez por isso mesmo. Na conquista do bem-estar material, as armas espirituais, quer lhe chamemos ciência, moral ou religião, são tam necessárias e eficazes e, por vezes, tam funestas como o aço e o fogo. O próprio gôzo do bem-estar material seria incompleto sem o prazer espiritual da compreensão pela inteligência; e a própria exploração do homem pelo homem, ou a utilização dêste, como agente da actividade económica, exigem a sua preparação moral e intelectual, pela educação e pelo ensino, para o aperfeiçoar e adaptar à sua função de máquina-humana, que o mesmo é dizer — para o tornar útil.

Por isso, também, em política colonial as questões de educação e ensino dos indígenas e colonos entram, cada vez mais, nas preocupações dos sociólogos e dos administradores.

Paraphraseando a sentença evangélica, que nos serve de epígrafe, podemos dizer que «nem só do café, do milho e das oleaginosas vivem as colónias, mas de todos os bens morais e intellectuais que proporcionarmos aos seus habitantes». E, todavia, tantas contas ansiosas deitamos aos bens materiais, — às exportações e importações, às receitas e despesas, às obras de fomento e à fôrça pública —, que fâcilmente es-

quecemos, que também sôbre nós pesam «encargos de almas», como tutores e administradores, que somos, dos povos sujeitos.

Neste pequeno trabalho abordam-se apenas alguns dos aspectos dêste complexo problema, no caso restrito de Angola.

*

Grave e complexa é a questão do ensino e da educação moral das raças primitivas. À solução do problema se abalançaram, desde há séculos, os missionários católicos, seguidos muito mais tarde pelos protestantes. Os estados colonizadores só modernamente, — quási nos nossos dias —, compreenderam o interêsse social do problema e procuraram secundar a acção missionária, instituindo ou subsidiando estabelecimentos de ensino para os indígenas.

Só, em época recente, também, se compreendeu que, — haja ou não identidade intrínseca de todos os homens ¹ —, os métodos de educação, para serem eficazes, têm de se adaptar à mentalidade de cada raça e à fase de evolução social em que ela se encontra. Daí as diferentes fórmulas educativas.

A fórmula em moda é a da «educação pelo trabalho»; o seu instrumento de realização é a escola-oficina. O Estado criou e mantém algumas destas escolas; as missões religiosas, por iniciativa própria, ou por imposição da autoridade civil, mantêm outras.

As escolas-oficinas ministram aos educandos alguma instrução literária elementar e a prática dos ofícios mecânicos mais simples. Consoante a tendência do mestre-regente e os recursos ao seu dispor, — em geral escassos —, assim predomina o ensino literário ou o trabalho manual.

Alguns dêstes estabelecimentos de «escola» só têm o título, porque são verdadeiras emprêsas industriais de fins lucrativos, exploradas pela administração local. Os educandos ou aprendizes são rapazes e raparigas das aldeias vizinhas; alguns são filhos dos régulos, atraídos por pequenas vantagens materiais: peças de vestuário e pequenas refeições.

Infelizmente, os educadores, ou sejam missionários religiosos ou mestres laicos, são limitados na sua actuação pelas circunstâncias do duplo meio social em que operam e pelas exigências dos métodos tradicionais que utilizam, porque outros não conhecem ou não lhes é dado aplicar. A acção educativa exerce-se sôbre os indivíduos, tomados um a um; é individualista ou directa. E, porque a acção educativa

¹ Que as diferentes raças possuem mentalidades diferentes, por vezes antagónicas, é facto incontroverso. Não obstante, sociólogos e psicólogos discutem o problema da identidade ou diferenciação intrínseca entre elas. Não resistimos, a-propósito, ao desejo de transcrever a opinião de um grande defensor da identidade: «Ont-ils eu tort, les philosophes et les psychologues qui ont soutenu l'identité foncière de tous les hommes? Nous avons essayé de répondre à cette question et nous aboutissons à cette conclusion, que cette identité foncière est bien réelle, mais qu'elle n'apparaît pas dans les faits, que deux humanités semblent bien être en face l'une de l'autre, aussi différentes que possible: si différentes que les efforts pour transformer la seconde à l'image de la première semblent utopiques et vains.» Raoul Allier — *Le non civilisé et nous*. — Paris, 1927. Pag. 289.

ex-escolar é, praticamente, nula, — pelo menos em Angola —, os educadores são levados a procurar atingir o grupo social por meio dos indivíduos, partindo do princípio tradicional, mas profundamente erróneo, de que a sociedade é um simples somatório de unidades humanas.

Se êste conceito é erróneo, quando aplicado às sociedades do tipo europeu, onde o espírito individualista tem a máxima expansão, êle não tem significado, — é absurdo por essência —, quando se considera a sua aplicação às sociedades primitivas, onde a noção de «indivíduo» é inseparável da noção do grupo social, — *clan* ou tribo —, ao qual o indivíduo pertence, tam intimamente como a fôlha à árvore.

Tôda a evolução do indivíduo que não seja conforme à do grupo, que não tenda a desenvolver nele «qualidades paralelas às dos outros indivíduos do mesmo grupo», torna aquele um sêr estranho ao meio social de que provém, e, nesta qualidade, destinado a desaparecer ou a expatriar-se. ¹

Daqui resulta esta consequência paradoxal do método directo, que toma por agente passivo da educação o indivíduo: — quanto mais eficaz é o ensino ministrado na escola, mais se desmoraliza e desagrega o grupo social que se pretende civilizar.

E' o que se observa em Angola.

Os educandos das escolas-oficinas, uma vez relançados no meio social donde proveem, ou são reabsorvidos e regressam às práticas sociais e à mentalidade primitiva da tribo, ou são repelidos, como estranhos, da convivência do seu grupo social e, perdendo pouco a pouco a mentalidade dêste, sem adquirirem inteiramente a da raça branca, lançam-se no nomadismo, próximo vizinho do bandoleirismo, ou fixam-se, como trabalhadores livres, nas cidades euro-africanas, onde já formam um proletariado indígena, que fâcilmente acamarada com o baixo proletariado europeu, repellido para as colónias pela miséria e degradação moral.

Mas, indivíduos erráticos, ou proletários famintos e revoltados, os pseudo-civilizados das escolas-oficinas e similares constituem um perigoso fermento de desagregação moral e depauperamento físico das sociedades gentílicas, que ameaça contaminar os próprios núcleos de colonização europeia, em terras de África.

Em conclusão, o resultado mais claro e positivo da famosa «educação pelo trabalho», tal como é praticada nas actuais escolas-oficinas, é a formação de um proletariado indígena, mais fâcilmente explorável pelas emprêsas capitalistas que o proletariado europeu seu concorrente, com a agravante de que os sentimentos de revolta são agravados pelos inevitáveis ódios de raça. O alto fim social da escola não é atingido; esta só é eficaz, — até certo ponto —, como meio de adextramento de homens, máquinas de trabalho.

*

A observação repetida e geral dêstes fenómenos levou alguns sociólogos colonialistas a proporem uma nova fórmula: *promover a civilização das sociedades in-*

¹ Cf. Levy Bruhl — *L'âme primitive* — Paris, 1927. Pag. 71 e seg.

dígenas dentro dos quadros tradicionais da sua organização e segundo as linhas da sua evolução natural.

A fórmula contém talvez uma parcela de verdade, mas é demasiado vaga para compendiar um conjunto de regras positivas de acção civilizante. Praticamente consistiu, até hoje, na aplicação de *constraints*, isto é, de pressões autoritárias destinadas a suprimir certas práticas gentílicas, consideradas nocivas ou imorais, segundo a mentalidade europeia, e a impor a execução de outras, consideradas morais e convenientes, segundo o mesmo sistema de relações psíquicas.

A parcela de verdade reside no facto de, na fórmula, se considerar a educação do grupo gentílico, como um «fenómeno eminente social», segundo a justa expressão de Paul Giran,¹ exigindo que a acção educativa se exerça sobre a entidade «grupo», tomada no conjunto dos indivíduos, instituições, tradições, tendências e mentalidade peculiares que o caracterizam, e ainda do meio físico, geográfico, e político em que a sua evolução terá de efectuar-se.

Quere dizer que, se nos fôsse dado conhecer a mentalidade das chamadas raças inferiores, isto é, a «mentalidade primitiva», e conseguíssemos prescrutar as tendências da sua evolução e as possibilidades psíquicas e fisiológicas de as realizar integralmente, ou de as modificar, poderíamos aplicar meios educativos apropriados para acelerar ou dirigir essa evolução. Poderíamos auxiliar a raça educanda a realizar o seu tipo especial de civilização.

Infelizmente, é quasi impossível definir o que é evolução progressiva, ou *civilização*, segundo a mentalidade primitiva, de modo que a fórmula da «evolução dentro dos quadros tradicionais» enferma pela imprecisão do conceito de base. O educador de mentalidade europeia só conhece, — e mal —, os objectivos da sua civilização, e só dispõe de meios de acção adequados à realização destes objectivos. Basta examinar os programas do ensino dos indígenas, ministrado nas escolas organizadas pelos europeus, nas diferentes colónias de África, e as teses e estudos dos educadores oficiais,² para se verificar que o seu *objectivo* não é desenvolver a *civilização indígena*, mas impor aos indígenas a *civilização europeia*, que é precisamente a que, por natureza, está excluída dos «quadros tradicionais da organização social indígena» e, portanto, fora da linha de evolução natural da mentalidade dos educandos.³

Mesmo, quando os agentes passivos da educação colonial são povos de outra raça, mas de civilização adiantada, (indianos, chineses, anamitas, árabes, berberes), nunca se viu que a tradicional acção educadora dos europeus conseguisse tornar êsses povos mais perfeitamente indianos, ou chineses, ou anamitas, ou árabes, ou berberes. Ela consegue, quando muito, europeizá-los superficialmente e, em regra, no pior sentido.

¹ Paul Giran — *De l'éducation des races* — Paris, 1913.

² Ver, em especial, o volume publicado pelo Instituto Colonial Internacional, em que se reúnem as teses sobre Ensino dos Indígenas, apresentadas na Sessão de Paris, em 1931.

³ Cf. a opinião de Raoul Allier, atrás citada.

Na África tropical e do Sul, os resultados apresentam-se ainda mais ao revés dos objectivos visados, porque nem mesmo essa europeização aparente dos graus sociais se alcança; quando muito ela consegue modificar a indumentária, a linguagem e os gestos de alguns indivíduos, transformação aliás pouco profunda e não raras vezes lamentavelmente grotesca.

É um fenómeno conhecido. Aquelas formas directas, brutais, da intervenção dos educadores europeus, — única que êles podem usar —, provocam ou a desagregação social ou a destruição das populações.

A «civilização» pelos latinos acarreta, em regra, a primeira consequência: desagregação social e por fim a anarquia. A «civilização» pelos anglo-saxões determina, com frequência, o segundo resultado: depauperação lenta e desaparecimento da raça inferior submetida a violentas sujeições. «Raça exterminadora» se tem chamado à dèstes colonizadores, e com certa razão, não obstante o seu alto espírito de filantropia, e a generosidade com que ela aplica os seus poderosos recursos materiais ao bem-estar dos indígenas.

Um dos primeiros e mais graves obstáculos, que entram a acção educativa de uma raça por outra de mentalidade diferente, é a da língua em que a raça educadora deve transmitir à outra o conjunto de noções e conceitos que formam a base do ensino e da educação; numa palavra, a *língua veicular*.

Entendamo-nos. Para a expressão de ideas correntes e simples, como as requeridas pelas formas rudimentares do comércio, ou pelas necessidades da administração e polícia do território, qualquer das duas línguas, a vernácula ou a europeia, pode servir. Às vezes bastam os gestos; nem sempre, porém, porquanto o mesmo gesto pode ser diversamente interpretado pelos dois interlocutores e ter graves consequências.¹

Todavia, desde que se passa da designação verbal de objectos visíveis ou de actos exteriores susceptíveis de representação visual para a expressão de sentimentos, de ideas subjectivas ou de conceitos abstractos, as dificuldades de entendimento entre educadores e educandos crescem ao ponto de se tornarem insuperáveis, seja qual for a língua veicular escolhida.

A mentalidade de um povo tem a sua expressão na língua vernácula, por êle criada ou adaptada à sua psicologia própria; pelo que é lícito dizer, — e a observação diária o confirma —, que a duas línguas diferentes correspondem duas mentalidades também diferentes, e recíprocamente.

Todos conhecem, por exemplo, a dificuldade de inculcar a um primitivo as nossas ideas abstractas de indivíduo, de espécie, de vida e morte, de alma, de espaço, de justiça, e semelhantes. Recíprocamente, um homem de raça e mentalidade europeia tem a maior dificuldade de compreender as ideas, — aliás simples e correntes

¹ Cuspir para cima de outra pessoa é uma grave ofensa em terra de brancos; todavia em certas tribus africanas é uma grande honra concedida pelo chefe indígena ao seu visitante. Consideram êsses primitivos a saliva como uma pertença mística da personalidade do chefe, e o gesto representa não só um simbolo de adopção fraternal, como uma ligação *real* entre o cuspidor e o cuspidor.

para um primitivo —, da estreita solidariedade, da verdadeira identidade que êste admite entre dois sêres distintos (o homem e o leopardo, por exemplo), ou entre dois lugares distantes, ou entre o homem (corpo), a sua vida (energia animal e psíquica), a sua alma, os espíritos dos antepassados, o seu *tótem*, a própria sombra, os objectos do seu uso, as secreções do seu corpo, tudo enfim, que constitue as *pertenças*¹ da sua personalidade, aliás integrada na personalidade do grupo (*clan*). As línguas europeias só possuem uma palavra, *alma*, e, em certos casos, *espírito*, para traduzir, — aliás impròpriamente —, aquela série de conceitos, e ligações místicas, para nós inteiramente obscuras e indefiníveis, que os primitivos designam por certas palavras da sua língua.

A incomunicabilidade das duas raças é, neste caso, absoluta. Para um espírito europeu, a bi-presença, isto é, a presença do mesmo indivíduo *simultâneamente* em dois lugares distantes é uma impossibilidade absoluta; para um primitivo é uma realidade perfeita, um facto natural e incontestável, e não há raciocínio lógico, nem demonstração experimental que o convençam do seu êrro (?). A experiência, para êle, não demonstra nada, porque lhe recusa qualquer valor provativo.² A incompreensão é absoluta seja qual fôr a língua veicular.

Estão os pedagogistas de acôrdo em que a língua veicular para os primeiros graus do ensino seja a língua materna do educando. Em Angola, raras são as escolas-oficinas do Estado, — e muitas visitámos —, cujos mestres sejam capazes de ensinar em vernáculo. Deficiência do recrutamento e, sobretudo, deficiência da organização do ensino.³ Melhor preparados, sob êste aspecto e muitos outros, estão os missionários católicos e protestantes, mas êles visam outros fins, sem dúvida mais elevados, mas diferentes dos que devem nortear a acção do Estado.

A regra dos pedagogistas está bem, em princípio, contanto que o ensino não ultrapasse, — e já é muito —, a fase elementar das *lições de coisas*, como a prática da agricultura regional, a criação dos gados, a higiene do corpo e da habitação, a prá-

¹ São as *appartenances*, segundo a expressão empregada por Levy Bruhl: — *L'âme primitive*, passim.

² Não é preciso ir buscar às chamadas raças inferiores os exemplos desta conformação psicológica. As superstições do número treze, das sextas-feiras, do gato preto ou do cavalo branco, do tocar pau, e de tôdas as práticas de adivinha e de bruxedo, tam vulgares nas sociedades europeias, mesmo nas classes cultas, são demonstrações da persistência da mentalidade primitiva, que nega valor probativo à experiência, e funda a sua lógica em conceitos místicos, que têm para essa mentalidade a força dos nossos axiomas e postulados.

Ainda, recentemente, vimos a polícia (!) intervir num caso de bruxedo, prendendo a bruxa em *flagrante delicto* de espalhar terra de cemitérios e ramos de cipreste à porta de outra mulher. A queixosa, a bruxa e as autoridades policiais, todos aceitaram, inconscientemente sem dúvida, a realidade irrefragável das ligações místicas entre a vontade da bruxa, os materiais de bruxedo e a personalidade física e moral da «vítima».

³ Não nos referimos à organização *no papel*, mas à que realmente se aplica. Não faltam boas vontades, em Angola, mas escasseiam os recursos. Talvez, também, incompreensão do problema na Metrópole.

tica das artes e ofícios mecânicos, e pouco mais. A leitura e a escrita da língua vernácula e os rudimentos de aritmética cabem, também, nesta fase. Todos êstes conhecimentos podem ser utilizados pelo indivíduo dentro do seu grupo social, sem lhe perturbar, profundamente, a orgânica, sem o desagregar nem destruir. ¹ Está dentro dos «quadros tradicionais da organização social e na linha de evolução do *clan* ou da tribo».

Mas, o educador de mentalidade europeia é impellido pelas tendências irresistíveis do seu espírito e pelas tradições da sua raça a ministrar aos seus educandos os conhecimentos mais elevados, quer de ordem científica quer de ordem moral, que formam a educação pròpriamente dita do sêr humano, racional, segundo o conceito europeu.

Tais conhecimentos exigem o emprêgo duma língua adequada à do educador. Ora, a partir dêste momento, a dissociação entre as duas mentalidades é completa. Poderá o mestre, pela paciência ou pela coacção, obter a adesão verbal e formal do pupilo às disciplinas que lhe impõe; êle repetirá de-cor o que lhe tiver sido ensinado. Pode o educador incutir-lhe novos hábitos, mantidos pelo exemplo e pela vigilância aturadas; mas a beleza do resultado será, em regra, só aparente e desaparecerá com a *constraint* que o manteve. Se a penetração foi mais profunda e atingiu o *substratum* psíquico, que fazia do indivíduo uma parcela integrante da sua comunidade, é quási certo que, tendo destruído êsse *substratum* e sendo impotente para lhe inocular outra mentalidade, terá desarraigado o indivíduo do seu meio, e convertido-o num *inadaptado*. O grupo social perdeu e o indivíduo pouco lucrou. E' o caso mais geral. Os fenómenos de pseudo-conversão religiosa, tam freqüentes e tam conhecidos dos missionários, são apenas casos particulares desta lei geral.

*

Das observações precedentes depreende-se quanto é delicado e complexo o problema da educação dos indígenas das colónias africanas. Por muitos aspectos o problema pode ser considerado, porém muito intencionalmente só pusemos em relêvo o seu aspecto social. Êste é, porventura, o mais interessante, sendo também, com certeza, o mais grave e difícil para os homens de Estado responsáveis pelo futuro da colonização portuguesa.

As sociedades indígenas que povoam Angola são de carácter comunitário, como aliás é de regra nas sociedades primitivas. Não foi o arbítrio dos legisladores que lhes deu essa estrutura, mas a evolução natural da raça. Todo o sistema educativo que

¹ Não é em absoluto verdade que mesmo êste ensino elementar seja inteiramente inofensivo no sentido indicado. Êle proporciona aos indivíduos que o recebem uma certa superioridade sôbre os restantes membros do seu grupo social, e destroi aquele «paralelismo de aptidões», que parece indispensável para manter a estrutura comunitária do *clan* (Cf. Levy Bruhl, *L'âme primitive*, pag. 72). É, porém, um mal necessário, que temos de aceitar, se não quisermos desistir do *ensino* individual, para nos limitarmos à *educação* colectiva do grupo.

tiver por consequência abalar essa estrutura, só poderá, portanto, conduzir à desagregação total e à anarquia. A experiência própria (portuguesa) e alheia o demonstram. O fenómeno manifesta-se já em Angola com inteira evidência e intensifica-se à medida que se desenvolvem os chamados instrumentos de «civilização», as estradas, as emprêsas industriais e agrícolas de carácter capitalista e as escolas para indígenas. Não é só uma consequência das escolas-oficinas que, aliás, são poucas e mal apetrechadas; mas também um resultado da acção de outras formas de educação colectiva produzida, espontaneamente, pelo contacto das raças, incluindo a «educação pelo trabalho» nas emprêsas europeias, nos trabalhos públicos e nas roças de S. Tomé.

Já apontámos, de passagem, o perigo da criação dum proletariado indígena, que é uma das consequências dessa educação; mas outros perigos de ordem social e política, que interessam à soberania portuguesa, podem advir: por exemplo o *nativismo*, que já fez a sua aparição em Angola.

Que devemos concluir destas considerações? Devemos considerar a educação da raça negra como um mal e desistir de toda a acção premeditada que tenda a facilitá-la?

Não devemos, nem podemos desistir. Por óbvias razões — já apontadas no começo deste artigo e por mais esta: — que só poderíamos suprimir toda a acção educativa, suprimindo o contacto das raças, isto é, desistindo da colonização.

Mas convém distinguir a acção espontânea, consequência natural do contacto, da acção premeditada e dirigida. Em ambas o legislador pode intervir; na segunda com mais eficácia que na primeira. Todavia, convém declarar desde já que julgamos impossível evitar totalmente os efeitos da desagregação tribal, atrás apontados; é um mal necessário. Às autoridades responsáveis compete, por um lado, reduzir a sua extensão e atenuar-lhe os efeitos; por outro lado, aproveitar os produtos da desagregação, reagrupando-os em novas comunidades da organização mais perfeita e mais próxima da nossa e educando-os em harmonia com as necessidades do novo tipo social assim criado.

Se a educação directa, de carácter individual, é impotente, como já vimos, para educar os grupos comunitários, sem os dissociar; e, se quisermos, — como nos parece mister, no estado actual da ocupação e exploração da colónia —, não só manter esses grupos, mas fortalecer-lhes a coesão, devemos recorrer à educação colectiva ou indirecta.

Os objectivos desta educação são muito simples no enunciado, mas difíceis e lentos na aplicação. O método proposto exige a preparação prévia e cuidada dos educadores, mestres de escola e agentes da autoridade.¹

Aqueles objectivos foram, há poucos anos, lúcidamente expostos pelo eminente

¹ Em Angola, há poucos anos, a *improvisação* e, portanto, a impreparação predominavam na escolha do pessoal docente, tanto das escolas-oficinas, como das escolas primárias. A educação indígena tem sido considerada um luxo, a que os administradores parcimoniosos só atri-

sociólogo e pedagogo americano, Dr. Thomas Jesse Jones,¹ que os denominou os quatro «simples»² da educação das sociedades primitivas, a saber: 1) saúde e higiene pública; 2) conhecimento e aproveitamento do meio físico; 3) a casa e o meio doméstico; 4) recreios.³

O mestre-escola, o médico, os auxiliares de ensino técnico (agricultura e trabalhos manuais com matérias primas da região) e as próprias autoridades administrativas são os agentes activos desta educação. A «escola» não é o edifício isolado, onde se reúnem algumas crianças para aprender; mas a própria aldeia e o território circunvizinho.

Nenhum ensino literário; nenhuma prelecção moral, nenhuma imposição aparente (*constraint*); mas o exemplo, a paciência, a bondade e o respeito próprio dos educadores e dos educandos.

Não podemos, pelas regras da conveniência, pejar as páginas da *Vida Contemporânea*, com a organização, os programas e os métodos de ensino da Escola, tal como a julgamos adequada à mentalidade das sociedades indígenas de Angola. Aos especialistas e aos dirigentes da administração colonial incumbe essa tarefa.

O nosso intuito, neste pequeno ensaio, é apenas enunciar certos princípios de sociologia colonial a que devem submeter-se os métodos educativos. Limitar-nos-emos, por isso, a acrescentar que a aplicação dos métodos de educação colectiva às tribus de África exige o conhecimento prévio do seu estado social presente e dos usos e costumes de cada uma delas, isto é, da sua etnografia. Semelhantes estudos não estão feitos, ou só imperfeitamente se fizeram, para algumas das numerosas tribus que povoam o vasto território de Angola.

A educação colectiva é forçosamente lenta, não só pelo trabalho de preparação paciente que exige, mas também pelo processo empregado. É fácil ensinar, rapidamente, algumas dezenas de crianças bantus, a lerem a língua vernácula e até a portuguesa; mas é difícil, sem uma actuação persistente, modificar os usos e hábitos de vida tradicionais de uma comunidade.

Todavia, alguns resultados manifestos, embora superficiais, se podem obter em

buem magras verbas, com marcada relutância. Há, felizmente, em Angola, entre os directores das escolas-oficinas, quem tenha ideas claras e justas sobre o problema (Cf. *A Provincia de Angola*, de 9 de Novembro de 1934, artigo do Sr. Joaquim António de Oliveira).

¹ Cf. *Four essentials of education* by Thomas Jesse Jones, Educational Director, Phelps-Stokes Fund, New York (1926).

² A palavra «simples» é empregada aqui no sentido de elemento basilar de um producto complexo, como no titulo da obra de Garcia da Orta. É o próprio Dr. Jones quem propõe o termo, com o mesmo significado e a mesma grafia do português: «simples». (Cf. Op. cit., pag. 19).

³ T. J. Jones — Op. cit., pag. 19: «These four are; (1) health and sanitation; (2) appreciation and use environment; (3) the household and the home; (4) and recreation».

O Dr. Jesse Jones foi convidado pelo governo inglês a visitar as colónias de África e a colaborar com as autoridades britânicas na organização do ensino dos indígenas, nas mesmas colónias.

pouco tempo; por exemplo, nos métodos de cultura, na indumentária, nas ferramentas e utensílios de trabalho e, até certo ponto, na alimentação.

Na forma de habitação, na higiene individual e pública e, sobretudo, nas práticas de medicina feiticista, as mudanças são forçosamente mais lentas, e, tanto mais que a êstes objectos e práticas se ligam, em regra, certos conceitos místicos e religiosos, tenazmente arreigados.⁵

Mas os povos colonizadores modernos, em especial os latinos, dificilmente se resignam a aguardar os efeitos seguros mas tardios da educação colectiva. A sua mentalidade também não aceita, de bom grado, que a educação por êles dirigida não seja, simultâneamente, intelectual e moral; os religiosos, sobretudo, cuja missão é, por essência, propagar a fé e a moral cristãs não podem aceitar tal privação. A educação directa ou individual é, por tais motivos, não só inevitável como, até certo ponto, necessária, na África portuguesa. Inevitável é, portanto, como já acentuámos, a sua imediata consequência, — a desagregação das sociedades comunitárias indígenas. O mesmo efeito resulta, aliás, das diferentes formas de actividade económica dos brancos: a agricultura, a indústria e o comércio.

E aqui surge o grave problema da captação e arrumação social dos desarraigados erráticos, puros *bantus* e mestiços, que oscilam entre duas sociedades, bastante instruídos e individualistas para se não sujeitarem à disciplina tribal comunitária, e sem mentalidade nem auto-disciplina suficientes para romperem com os hábitos tradicionais da sua raça e agregarem-se aos grupos sociais da raça branca.

Êrro grave, a nosso ver, tem sido *assimilá-los* aos europeus. Repetimos: a «civilização» que ostentam é apenas superficial; não passa de uma cópia grotesca da indumentária, do fraseado, dos gestos, e também dos vícios da raça invasora. Na realidade encontram-se numa fase de civilização intermédia, a que ainda não corresponde, na orgânica colonial, nenhum agrupamento social adequado. Estão, de certo modo, naquela posição em que se encontravam os antigos escravos africanos das roças americanas, quando foram libertados em massa e constrangidos a permanecerem moral e socialmente isolados no meio da raça branca. Tendo regeitado os privilégios, — e as sujeições —, da raça primitiva, não se encontram aptos para participarem dos privilégios e deveres da raça colonizadora. Lògicamente, portanto, devem ser *forçados* a reunir-se em comunidades especiais, regidas por leis peculiares adaptadas à sua mentalidade; leis superiores, se tal gradação é permitida, às leis tradicionais que regem a comunidade primitiva; porém, menos exigentes e complexas que as das sociedades civilizadas do tipo europeu. Uma espécie de semi-tutela parece ser a forma mais conveniente da situação jurídica dêsses elementos desagrega-

⁵ Se, mesmo na velha Europa, cristianizada há tantos séculos, ainda persistem na mentalidade popular, numerosos preconceitos desta natureza, que podem ser pesquisados até às épocas nebulosas da paleo-sociologia, não podemos estranhar que êles subsistam na mentalidade dos primitivos, recentemente chamados ao convívio dos europeus.

dos. O sistema educativo dêesses grupos intermédios deve possuir as características, convenientemente doseadas, dos sistemas de educação dos indígenas dos *clans* (educação colectiva) e da educação europeia (educação individualista).

Como algures dissémos, êstes agrupamentos de semi-civilizados de raça bantu pura ou mestiçada poderão constituir preciosos viveiros humanos, seleccionados, para o repovoamento de Angola e substractum demográfico da futura nação luso-angolana.

Dezembro de 1934.



PARIS EM 1934

Por ABEL SALAZAR.

A arquitectura moderna no «Salon» de 1934

Quilómetros de pintura, de gravuras, de aguarelas, e tóda uma população de estátuas, de estatuetas, pandemónium tétrico de banalidades, de reminiscências, de pastiches onde sobrenadam algumas obras de valor, amortecidas e falidas nesta grande feira da mediocridade, do snobismo e da fatalidade.

Uma exposição destas é como um desfile de mulheres; cem caras bonitas passam sob os olhos, graciosas, provocantes, tristes, melancólicas ou alegres, românticas ou frias, marmóreas ou esmaltadas, planturosas ou elegantes, loiras, morenas, de tôdas as nuances, de todos os tipos: — no fim, resta apenas uma impressão confusa, onde tudo se baralha e se sobrepõe, onde há olhos isolados passeando noutras faces, perfis incompletos, modelações que se dissolvem, gestos, tics, silhuetas perdidas em fragmentos, no grande caos de impressões que se desvanece. Entre tôdas, há uma ou duas cujo físico e cuja expressão se gravam na memória, cuja silhueta nos atrai, cujos movimentos, na magia do seu arabesco, impressionam: e esta impressão, não sabemos defini-la. Não são por vezes, ou quási sempre, nem as mais belas, nem as mais brilhantes, nem as mais teatrais e, por vezes mesmo, são mediócras em beleza!

No desfile quilométrico de telas no Salon, há da mesma maneira coisas bem feitas, espectaculosas, teatrais, brilhantes; tours de force de virtuosismo, acrobacias e malabarismos de pincel, sapientes cozinhados em que todo o receituário dos trucs é empregado, obras meditadas, conscienciosamente pensadas, grandes «machines», pequeninas coisas, delicadas, elegantes; — mas tudo aquilo se dilui na banalidade geral das coisas brilhantes e mediócras, que se repetem, numa fadiga, como os tipos «maquillés» de mulheres, de beldades, que passam em teoria nos boulevards.

Há muita mulher bonita, poucas mulheres que sejam almas; no Salon, da mesma maneira, há muita pintura bonita, pouca coisa com alma. Em tudo paira o grande

cansaço dos tempos modernos, esta fadiga de alma, êste nevoento tédio que tudo embruma. Uma descrença íntima, um cepticismo geral, uma desilusão manifesta ou latente, impede a energia da criação e faz estiolar a imaginação, deprimir a emoção: tudo cai, ao iniciar um vôo, porque já em nada existe fé. O Salon é hoje um dos lugares comuns da Europa, tudo aí está dito ou repetido até à saciedade, até à fadiga, até à irritação; uma alma velha e gasta, desiludida, um espírito cansado e decadente, morre ali em agonia triste, fingindo entusiasmos, canduras, ingenuidades que já não existem. O cepticismo da alma moderna está cansado de viver; está cansado de civilização que se torna monótona e céptica; tôda ela é um imenso lugar comum, que se reflecte na arte, na literatura e na filosofia.

Todos os esforços, tôdas as ingenuidades, tôdas as crenças e todos os entusiasmos se chocam contra êste grande bocejo geral, contra esta fadiga de alma que voga derivando no fluxo do tempo. Tudo está falido, deuses, crenças, ideas, sistemas, a moral, a sociedade e a vida: — e a esta falência não se vê solução. Talvez a morte, a derrocada de tôda esta complexa engrenagem, a dissolução geral dêste velho mundo envelhecido. Do caos talvez saia um mundo novo, com outra alma e com outra fé, com outro renôvo de ilusão.

Atingimos talvez um dêsses limites de evolução em que tudo esbarra com um muro que não é possível transpor; daí a perplexidade geral, que gera a inquietação, o mal estar, o cepticismo, o tédio, o ódio e a morte.

Porventura a morte social, isto é, a sua derrocada seguida de reconstrução integral, será a única solução para as sociedades exaustas que atingiram o máximo da diferenciação e o limite vital?...

É êste um dos problemas mais inquietantes da história das civilizações.

A biologia diz-nos que todo o organismo, atingindo o limite do crescimento, decai, e morre, e apenas dêle se perpetua o gérmen. Uma colônia de indivíduos, uma cultura celular, atinge um limite de crescimento determinado, que não pode ultrapassar e que é regido por leis especiais. Se um lapso de substância existe, se uma ferida é feita na cultura, esta restabelece o volume primitivo mas não vai jãmais além dêste volume primitivo.

A história dos povos diz-nos, em geral, a mesma coisa. Tôda a sociedade que evolui multiplica-se, cresce e ao mesmo tempo diferencia-se. Uma evolução intelectual e moral acompanha esta progressão e esta diferenciação. Quando esta atinge o auge, o limite de crescimento, que é o período de esplendor das civilizações, a sociedade decái, enerva-se, entra em crise e, mais ou menos rapidamente, entra em dissolução. Tudo se desagrega então e a sociedade morre. Esta morte é representada ou pelo findar duma civilização, como na Grécia e em Roma, ou por uma Revolução radical, como no velho Egito, antes do período tebano.

Em certos casos, essa morte reveste o aspecto duma manifestação, como na China, e só uma influência estranha, como a da civilização ocidental, dissolvendo o velho edificio social, faz despertar o complexo social para uma nova vida. Mas é então uma outra civilização que sucede à anterior, não o despertar, o renascer da antiga que findou: é uma nova época que começa, construindo de novo sôbre os es-

combros da antiga. O exemplo da China, como da Índia, como, noutro sentido, do Japão, é a demonstração histórica e experimental do limite do crescimento e da incapacidade de viver além desse limite, se uma fecundação renovadora se não dá. É possível que as revoluções, como tentei já mostrá-lo ¹, tenham um carácter sexual, de fecundação interna, como as influências das civilizações representam uma fecundação externa, de elementos diferenciados.

Seja como fôr, o facto é que uma sociedade, atingindo um determinado limite de crescimento e de diferenciação, suspende a sua evolução. Começa então a sua decadência.

É êsse o momento actual?

Se se comparar em bloco a sociedade actual com a de outros períodos históricos, dir-se-ia que sim. É singular a semelhança da literatura actual com a que precedeu outrora no velho Egipto o Osirismo: — ela revela o mesmo estado de espírito, inquieto, céptico, desorientado e em revolta. Mas, por outro lado, certos elementos revelam que a civilização moderna está antes em via de entrar no seu apogeu. Já me referi à simplificação que a êsse respeito apresenta a evolução da moderna arquitectura.

No «Salon» temos precisamente essa prova. Os trabalhos dos architectos urbanistas são característicos. Pela novidade e pela grandeza da concepção, pela originalidade das suas criações, êles mostram-nos um verdadeiro mundo novo que está nascendo, a materialização duma idea social que ainda não atingiu o seu auge. A cidade moderna vai suceder uma cidade arqui-moderna, uma nova forma de concepção e realização, melhor adaptada e melhor exprimindo uma forma da vida material e moral. Uma nova estética está nascendo, em fórmulas precisas e acentuadas, que evolui com clareza, com decisão e com audácia. Não é uma crise da moda, uma tentativa isolada, mas um movimento geral, universal. Estende-se da cidade à casa, da casa ao palácio, à construção pública; modifica o mobiliário, a côr e as linhas da sala, dos objectos, dos acessórios. Desde as portas de ferro trabalhado aos móveis e às tapeçarias, desde as linhas das fachadas às linhas dos salões, a mesma concepção harmónica se estende, no domínio duma idea generalizadora que se vai sistematizando num grande, lento, mas seguro movimento de realização. Há já fachadas de edifícios que são obras primas, e há interiores que lhe correspondem, numa feliz coordenação de resultados.

Ora um movimento architectónico desta ordem, desta amplitude e desta originalidade, com êste carácter de progressão, é historicamente incompatível com um período de decadência: êste é sempre caracterizado pela degenerescência duma fórmula architectónica.

O estudo da evolução architectónica parece-nos assim o mais sólido ponto de apoio para ajuizar do estado do mundo presente. A agitação polémica de ideas, o entrecocar de ideas e paixões, a ninguém deixa a visão perfeitamente lúcida e im-

¹ Abel Salazar — *Osirismo*.

parcial para ver com serenidade; depois, quem participa na vida que em turbilhão está gerando o momento que vai seguir, jãmais poderá ver com clareza o que se passa, a sua significação e as suas consequências. Só o recuo no tempo, permite, por comparação, ajuizar o presente; e, quanto aos dados actuais, a evolução architectónica, pela sua clareza e pela sua capital importância como exponencial histórico, constitui, a meu ver, o mais importante elemento de análise e o mais importante dos guias.

Ora a evolução architectónica da Europa é caracterizada fundamentalmente pelo movimento da Renascença. Êste nome refere-se habitualmente a um estilo, mas por «movimento da Renascença» deve entender-se qualquer coisa de mais amplo e profundo. O movimento da Renascença é a reacção do espírito europeu contra a influência oriental, que o submergiu com o Cristianismo. É um movimento histórico geral, espiritual, científico, filosófico, literário e artístico. Mas êste movimento não está completo; êle continua, a meu ver, nos tempos de hoje. As artes antigas serviram de apoio, durante a Renascença, a êste movimento, e esta influência gerou o classicismo e os diferentes movimentos oscilatórios de estilo neo-greco. Contra êstes movimentos reagiu a vida com as suas necessidades, e, assim, três fôrças se encontravam em jôgo: o medieval, o clássico e os novos impulsos da vida. Ora tôdas as fórmulas geradas por êste movimento são bastardas; tôdas são uma adaptação e modificação dos elementos clássicos: nenhuma é original, como concepção architectónica fundamental. Pode seguir-se esta evolução em qualquer parte; pela fôrça expressiva da arte, ela torna-se manifesta, mesmo aos olhos dum leigo.

Não é preciso fazer aqui um longo e pesado desenvolvimento de história architectónica, nem o leitor bocejar sôbre pesados volumes: bastará seriar alguns documentos relativos a esta evolução, na ordem cronológica dos estilos, para imediatamente se compreender a lei geral que exprimem. E, como os monumentos de Paris são os mais vulgarmente conhecidos, vão êles servir-nos de exemplificação. Eis a Notre-Dame, que representa o gótico, e que é o seu mais perfeito exemplar. Em seguida, a Renascença começa a penetrar em França, após a invasão da Itália por Carlos VII. A visão de Itália, para os senhores franceses semi-bárbaros, foi um deslumbramento: e êste deslumbramento marca o início do movimento da Renascença em França. Êle acha-se representado pelo pórtico do Castelo de Guillon, que o leitor pode hoje ver no pátio da Escola das Belas Artes, em Paris. Na sua mescla de colunas, cariatides, frisos e festões o portico é uma construção híbrida, meio gótica, meio renascença.

Quási contemporânea, a parte oriental do Castelo de Blois, tão vulgarizado pela gravura, oferece um exemplo análogo.

Vem depois a série dos conhecidos castelos de Chambord, Éconen, Chenonceaux, Azay-le-Rideau, d'Anet, de Fontainebleau, e o Louvre. Nesta série o estilo renascença vai pouco a pouco invadindo os edifícios, e do período medieval restam apenas, reduzidos a poucos elementos decorativos, os torreões nos quatro angulos da construção. Êstes mesmos enriquecem-se de janelas ornadas de cornijas, pilastras, lanternas, esculpidas e buriladas. Por vezes, aparecem detalhes originaes, como a lanterna de Chambord, ou a escadaria de Blois.

O velho castelo feudal perde o seu aspecto severo e agressivo, torna-se risonho, florido e alegre. Notemos que o clima obriga a elevar os telhados, de negra ardósia, que sobrepujam as construções com as suas altas vertentes, os seus cones, os seus domos.

Se do século XVI, a que pertencem todos êstes edifícios, passarmos ao século XVII, vemos aparecer a fachada sul do Louvre, o Palácio do Luxemburgo, o Portal da Igreja Saint-Germain de Paris, a fachada da Cúpula da Capela da Sorbonne, o Palais Royal, o Pavilhão do Relógio (Louvre), o Portal da Igreja do Val-de-Grâce e o Domo dos Inválidos. Um estilo se forma e evolui, desde Henrique IV até Luís XIV, que pode chamar-se monárquico. Êste novo estilo é puramente neo-clássico, uma adaptação das concepções romano-grecas às necessidades políticas e sociais da época. É fácil de seguir, examinando os monumentos acima citados, as oscilações entre o espírito clássico, sóbrio e severo, e o espírito francês, com tendência para a elegância, para o espírito, para o colorido e para a riqueza decorativa. Após Luís XIV a tendência clássica domina, como reacção contra os excessos da elegância rocóco; aparecem então edifícios como S. Sulpício em Paris, o conhecido Pantheon, o Pátio da Escola Militar, a Praça da Concórdia, o Palácio da Moéda. No século XIX êste movimento neo-clássico acentua-se com a Madalena, a Bôlsa, o Palácio Bourbon, os Arcos do Triunfo, do Carrossel e da Estrêla, a Coluna de Trajano, que não são mais do que as cópias dos antigos monumentos conhecidos.

O génio francês reage contra esta severidade clássica, e êste movimento produz a Ópera, que volta ao tipo Renascença Francesa, na procura da elegância e da riqueza, da sumptuosidade. Êste estilo-Ópera, que alguém chamou com espírito *estilo banqueiro*, não é mais do que uma variação francesa sôbre temas clássicos. A fachada deriva dos monumentos do Palladio, em Vicenza.

É, em suma, a repetição do impulso que gerou os estilos Luís XIV, Luís XVI e o Império.

Ao mesmo tempo surge um movimento arquitectónico neo-gótico, sob o impulso de Canumont, de Viollet-le-Duc e outros. Mas êste movimento é puramente erudito e não consegue impor-se à evolução arquitectónica, que só vive de impulsos inconscientes e colectivos, não podendo ser dirigida por doutrinações.

Assim, êsse movimento limita a sua acção a conservar e restaurar os monumentos do passado, sem exercer influência sôbre o desenvolvimento arquitectónico.

Com êstes elementos, se se não perder entre os detalhes, o leitor pode facilmente pôr em destaque a lei geral do movimento que êles exprimem.

Decaído o movimento gótico que degenerou no flamboyant, e que assim não pode evoluir mais, a architectura francesa revivificada pela influência italiana, isto é, pelo movimento da Renascença, procurou renovar-se apoiando-se nos movimentos e nas concepções clássicas. Partindo dêstes elementos, procura uma forma própria, nacional, e ao mesmo tempo adaptá-los às necessidades materiais, políticas e sociais de cada época. Sofre porém a influência e a pressão da grande sugestão clássica, cada vez mais poderosa a par e passo que se acentua o movimento da Renascença. Assim êste movimento arquitectónico oscila entre duas tendências: a nacional e a imi-

tação pura e simples do clássico. Como a tendência nacional, pelas ambições sociais e históricas, degenera rapidamente no pomposo e no artificial, no gracioso, no elegante, no rocóco ou na sumptuosidade, na sobrecarga de ornatos, a reacção clássica, no sentido da severidade e da pureza das concepções antigas faz-lhe constantemente balanço por um movimento em sentido contrário. Desenvolvendo-se, esta reacção termina num limite, a imitação completa dum tipo clássico, e não evolui mais. Volta atrás, no sentido duma adaptação nacional, e assim, numa oscilação constante, vem até aos tempos actuais.

O esquema seguinte acentua claramente esta evolução :

	CLÁSSICO	(CONCÓRDIA) CLASSICO	(MADALENA) CLÁSSICO	
	GÓTICO	LUÍS XIV	LUÍS XV	ESTILO ÓPERA
(NOTRE-DAME, AMIENS, REIMS)				

O impulso criador, partindo dos elementos clássicos e da influência do antigo, tende a definir-se numa fórmula própria, que se adapta à vida social do momento e a exprime. Esta fórmula porém não chega a cristalizar em tipo definido : degenera, e, sob a influência constante do espírito greco-romano, recua e volta à forma típica da arte clássica. Atingindo o limite, as forças propulsoras da vida, o carácter específico da nação, as necessidades duma nova época, todos os factores históricos e sociais de momento, obrigam-nos a procurar de novo uma fórmula própria. Desta maneira encontramos dum lado uma série de momentos clássicos-limites, do outro uma série correspondente de fórmulas que exprimem o movimento no sentido nacional e criador. O que habitualmente se chama estilo Luís XIII, Luís XIV, Luís XV, Luís XVI, Império, não são mais do que os expoentes dêste movimento. Sob êste ponto de vista têm, pois, todos êles, a mesma significação geral. A êles opõem-se tôdas as construções do tipo clássico típico, como a Madalena, a Bôlsa, etc., que são o expoente do movimento contrário. É uma acção e reacção constante e rítmica, como todo o movimento histórico. Dir-se-ia que desta forma nenhuma evolução definitiva é possível e que tudo persistirá no tempo nesta evolução rítmica. Mas, como tenho tentado demonstrar, tôda a curva histórica é uma sinusoide em translação, isto é, um movimento oscilatório e rítmico que se vai deslocando no espaço e no tempo. Tôda a curva elementar e específica obedece, segundo creio, a esta lei. É o que se verifica, com efeito, neste caso particular, e o facto é devido aqui como sempre, à totalização de experiência, que define, a meu ver, o progresso histórico.

Com efeito, a arquitectura francesa, atingido um determinado momento, define-se no tipo Ópera e no tipo-Haussman. Mas, a partir dêste momento, a civilização europeia universaliza-se, a América desenvolve e modifica esta influência e fá-la repercutir sôbre a própria Europa. Em todo o mundo actual a civilização europeio-americana corre sôbre os nacionalismos com uma camada de ideas e de fórmulas invaso-

ras, e em tôda a parte um sincretismo começa a formar-se entre a fórmula geral e as fórmulas particulares.

É então que nasce o actual estilo architectónico. Êste facto, pelas circunstâncias características que o rodeiam, parece-me capital.

Com efeito, partindo do princípio de que a vida social e histórica tem o mais alto expoente na architectura, a criação dum tipo architectónico original e universal é um facto histórico do mais complexo significado.

Se tal facto é verdadeiro, e tudo leva a crer na sua realidade, isto é, que uma nova concepção architectónica surgiu na história, isso exprime que a civilização moderna, longe de ter entrado na decadência, como pensam certos autores, vai entrar no seu período áureo. No fluxo e refluxo de factos, ideas, doutrinas e fenómenos da vida de hoje, uma síntese se está preparando, sob o ponto de vista intelectual e social.

É possível pôr a hipótese de que êste auge é devido ao complexo Europa-América, isto é, à civilização europeia desenvolvida pela América. Sendo assim, como todo o movimento architectónico arrasta consigo um movimento geral das artes e corresponde a um movimento intelectual e social integral, pode admitir-se que a expressão intelectual, artística e social da civilização moderna ainda não foi atingida e que caminhamos para um período áureo da história.

Êste período corresponderia então, no desenvolvimento da história, aos períodos análogos das civilizações extintas.

Impelidos pelas necessidades da vida moderna, pela hygiene, pela complicação da técnica, os architectos viram-se forçados, impelidos, a procurar novas fórmulas, novos equilíbrios de massas e volumes, novos ritmos. Temos neste caso um exemplo típico daquilo que chamo a influência da totalização da experiência sôbre o conjunto da civilização. Aos fenómenos que já tenho apontado de influência intelectual e moral, devemos acrescentar êste, que é de ordem estética e extremamente característico. A progressão da experiência, conduzindo à forma da vida moderna, determinou automaticamente, pela fôrça própria das coisas, a criação dum novo estilo architectónico, destinado por seu turno a exercer uma acção sugestiva muito complexa sôbre o conjunto das artes plásticas. A interferência e acção recíproca dêstes diferentes movimentos, acções e reacções é aqui em extremo clara.

A nova evolução architectónica vai porventura criar uma pintura e escultura decorativas e assim restituir às artes plásticas uma finalidade e uma unidade que elas tinham perdido, dissolvida no individualismo extremo da pintura de cavalete e na escultura sem destino. Faltava o elemento sintetizador, que, sem exercer uma pressão tirânica, didáctica ou dogmática, académica, pedante e artificial, realize no entanto a conjugação dos esforços e a síntese colectiva dos resultados. Porque é essa a grande doença, ou pelo menos, uma das causas da doença da arte moderna, a falta de unidade e a ausência no convergir de esforços; o seu individualismo extremo, a sua auto-finalidade obriga o artista a um esforço isolado, e o conjunto é assim uma soma de esforços individuais, mas não um complexo que integre êstes esforços num resultado comum. Tudo se dissolve e desagrega, multiplicam-se os estilos, as tendências,

as fórmulas ; pululam as maneiras, e é o caos que finda na impotência. Um só artista, como é manifesto, não pode gerar uma nova época de arte ; nos períodos históricos da arte cada artista contribui para o progresso ou para a decadência da arte ; e nos momentos áureos os grandes artistas sintetizam, fazem cristalizar o conjunto acumulado dos esforços. Assim sucedeu na Itália, na Flandres e na Holanda. Na França, a evolução oscilante das artes plásticas finda na dissolução individual — dissolução que atingiu nos tempos modernos o máximo da sua pulverização.

O *Salon* actual exemplifica claramente esta energia. Tôdas as escolas, tôdas as fórmulas, todos os estilos se confundem, se baralham, nesta grande feira da arte moderna. Clássicos e modernos, românticos e primitivos, impressionistas e ingristas, davidianos e venezianos, prè-rafaelistas e manipancistas, tudo, numa desordem que entontece, dança, se sucede, se sobrepõe, se choca, em paradoxais vizinhanças, em singular convívio. Cada artista ou procura uma fórmula absolutamente original, por vezes escandalosamente original, de réclame, ou imita esta ou aquela escola do passado ; desta maneira, somos projectados violentamente da ausência completa da personalidade à exibição delirante e espasmódica da personalidade. Por outro lado, o quadro, a estátua, tendo a finalidade em si próprios, caem no diletantismo da emoção limitada, do *efeito* ; e o *efeito* esvasia a arte moderna de tôda a substância, de tôda a vitalidade ; o efeito e o malabarismo do *rendu* têm rebaixado a arte à acrobacia que se exhibe, fazendo-a girar, sem progresso, em volta do sempre mesmo ponto. Ora esta unidade que hoje falta às artes plásticas é devida a condições sociais, entre as quais predomina a falta de ligação das artes plásticas e da arquitectura. Por essa razão é lícito admitir que a nova evolução architectónica regenere as artes plásticas, coordenando os seus esforços e orientando-os num sentido geral, conjugando-os num esforço comum.

É manifesto que a chamada grande pintura morreu sob a avalanche dos quadros de género e do efeito. Mas o êrro foi considerar sòmente como grande pintura a arte clássica, como cânon único e definitivo. Outra grande pintura pode vir a suceder à antiga, completamente diferente dela, obedecendo a outros cânones ; simplesmente para isso é necessario que se repitam as condições históricas e sociais que outrora geraram a pintura clássica. Entre essas condições domina claramente a existência duma evolução architectónica clara, original e definida. Michel Angelo, Ticiano e Rubens não pintaram para gabinetes de burgueses, nem para galerias de amadores, mas para decorar grandes edificios, palácios, capelas, igrejas. Tôda a pintura da Renascença é constantemente estimulada, conduzida, coordenada, pelo movimento architectónico ; só êste permite às artes plásticas o amplo desenvolvimento que estimula, desenvolve e exercita a imaginação decorativa ; e só as necessidades da decoração conduzem as artes plásticas a uma finalidade comum e à unidade da escola.

Nesta unidade integra-se, sem se perder, a originalidade do artista, cuja personalidade não sai fora do conceito geral.

É fácil verificar todos êstes factos comparando em França a evolução das artes plásticas e da arquitectura. Uma e outra oscilam igualmente entre o clássico e o nacional, entre o passado e o futuro. Tendo o leitor presente a evolução architectónica

acima referida, ser-lhe-á fácil encontrar imediatamente este paralelismo. Poussin e tãda a escola que dêle deriva, David e os seus sequazes, Ingres e os seus partidários, são outros tantos movimentos no sentido clãssico, que hoje existe ainda ; no polo oposto encontramos Boucher, Fragonard, Watteau, Delacroix, Géricault, o impressionismo. Esta evolução oscilante é outro expoente das condições históricas e sociais que determinaram os constantes zig-zags da evolução architectónica. E o conjunto desta evolução architectónica e plástica faz contraste com o período da Renascença Italiana. Êste ascende progressivamente, atinge o auge, e depois decai ; architecturas e artes plásticas seguem o mesmo movimento. Tãda a história comparada das artes plásticas verifica e documenta esta lei geral da correlação da architectura com a pintura e escultura.

Sendo isto assim, a crise moderna não é um sintoma de decadência, mas sim de progressão ; é uma crise de crescimento, como tantas outras assinala a história. Bastará recordar a que outrora atravessou o catolicismo quando nos séculos V e VI se viu dilacerado pelos mais terríveis conflitos doutrinários.

Os adversários, como diz Guignebert, perderam tãda a medida nas palavras e nos gestos, e foi um espectáculo verdadeiramente extraordinário o que nos ofereceram as diferentes peripécias da questão aryana ou da questão monophysita. Homens como Eusébio de Nicomédia, o muito cristão imperador Constãcio, ou os três terríveis patriarchas da Alexandria, Theophilo, Cyrillo e Dioscoso, não nos dão a impressão de se cingirem estreitamente ao grande princípio do Evangelho, que Jesus disse centro de tãda a Lei e por consequência, creio eu, de tãda a teologia : amar o próximo e Deus acima de tudo. E a Igreja dilacerava-se, numa fúria estranha, roída de discórdias íntimas que envenenavam tudo ; formavam-se partidos, chocavam-se fanatismos e tudo parecia indicar uma derrocada, quando não foi mais do que a crise de crescimento precedendo a vitória ortodoxa e a sua tirania e unidade. Assim, no meio do fluxo e refluxo de sentimentos e doutrinas, no entrechocar fragoroso de paixões e ideas, no redemoínho de movimentos que atravessou, depois da guerra, o mundo actual, nada é possível ver com clareza, sem um fio condutor, que esteja acima dessa agitação. E, pelo momento, nada me parece mais seguro do que a análise da evolução architectónica.

Desta análise resulta, em suma, que a crise actual, como acabamos de dizer, é uma *crise de crescimento*. Todo o longo período histórico que vem do Renascimento até nossos dias não é mais do que um prefácio, o comêço duma evolução, em constantes crises de crescimento. Quere isto dizer que, como várias vezes tenho afirmado, o Renascimento ainda não terminou : — o que se chama a Renascença é apenas o prelúdio.

O mundo actual, sob o ponto de vista material, intelectual, artístico, filosófico, moral e social, continua pois destacando-se, desenvolvendo-se, definindo-se, no meio duma nebulosa histórica de que vai lentamente saindo. Neste fenómeno histórico entra em jôgo uma série imensa de fôrças, elementos e factores, que é em extremo difícil de descrever no seu conjunto. Porque a análise, separando êstes elementos, não define claramente o conjunto onde a interferência e a intervenção dêstes factores históricos é constante e só artificialmente podem ser isolados.

Para bem definir este grande movimento, duma maneira científica, seria necessário fazer o seu desenvolvimento tomando como base as forças do inconsciente, a sua forma de acção, as suas características étnicas, etc.. Simplesmente a ciência não está ainda hoje em estado que permita utilizarmo-nos de tal base. Do Inconsciente apenas se conclui hoje, pode dizer-se, a simples existência e o grande peso, a hegemonia que elle possui na directriz da vida humana, individual ou colectiva. Limitemo-nos, pois, ao que é possível por agora.

A Europa saiu da barbárie com todo o potencial dos seus povos fecundado pelos cruzamentos, pelas invasões dos bárbaros. É uma nebulosa histórica de difícil análise; no entanto, como sempre, é uma fase juvenil e embrionária, rica de possibilidades, de energia e de vida que vai entrar em acção. Nessa acção a Europa entra já com um esboço de civilização; a Gália, a Germânia, a Ibéria, como é sabido, eram habitadas por povos com uma civilização própria em germen. Este embrião europeu tinha já pois um carácter, uma individualidade em esboço. Este germen começou a desenvolver-se sob a influência da cultura romano-grega e caíu depois, com o cristianismo, sob a influência oriental. Esta, como é sabido, travou uma luta histórica com a civilização grega, sua antagonica, e, em fluxos e refluxos contínuos, ora dominou o Ocidente, ora foi por elle dominada.

O Cristianismo, com efeito, é uma religião oriental, que veio impor à Europa, embora à periferia, todo o carácter do espirito asiático: além disso arrastou consigo toda uma aluvião de elementos da mesma origem. As circunstâncias históricas em que se deu a invasão do cristianismo foram particularmente favoráveis a uma extensão da influência asiática à Europa.

Nestas circunstâncias o fundo pagão do Ocidente ficou durante longos séculos frenado pelo asiatismo cristão; mas este, como acabamos de ver, nunca penetrou a fundo a alma da Europa. Deste conflito resulta a Renascença. Esta é o desenvolvimento do verdadeiro espirito e das tendências do Ocidente; é sob este movimento que o primitivo embrião europeu continua a desenvolver-se e a formar-se. Mas a influência greco-românica, ao mesmo tempo que liberta, oprime pela força da sugestão exercida sobre o espirito indeciso e juvenil da Europa, que se desenvolve sob ella com as hesitações duma mentalidade e dum carácter ainda não formado. E estas hesitações têm vindo até aos tempos de hoje.

E' isso que exprimem as sinuosidades e os zig-zags que acima vimos caracterizando a evolução da architectura e das artes plásticas. Nenhum expoente mais definido do que este para caracterizar esta longa libertação, esta longa formação do espirito europeu. Pouco a pouco, sob a intoxicação asiática, elle vai caminhando, sob a égide da Grécia, não em direcção a esta, mas para a sua forma histórica definitiva; simplesmente esta evolução faz-se por avanços e recuos; e, nos seus recuos, vai buscar à civilização helénica a substância e os elementos da sua formação própria. A Europa despe a pouco e pouco a pesada vestimenta asiática; põe de lado lentamente o espirito mítico, ascético, fanático, o sensualismo sórdido da Ásia: e vai acelerando a vida no sentido dos seus próprios instintos. Esta libertação é lenta e difficil, como uma desintoxicação; ella é difficilada pela pressão de todos os resíduos históricos,

de forte e poderosa acção como o catolicismo, o principal inimigo histórico do helemismo, depois da Ásia.

Todo o movimento intelectual, moral, estético e social da história da Europa se faz dentro d'êste quadro: e êste, na sua fórmula mais sintética, representa o desenvolvimento da Europa bárbara, primeiro sob a influência asiática, depois sob a égide helénica.

A crise actual é uma crise de crescimento dentro desta curva; impulsos de crescimento sucedem-se em sístoles alternadas com diástoles. Ao renascimento estético e intelectual, succede-se a tentativa de renascimento eugénico, sportivo e social. A humanidade procura cada vez mais o sol, a luz, o ar e a vida. A Ciência ajuda-a neste sentido, e de novo o mundo procura o equilíbrio do físico e do moral. O Cristianismo, com a sua doutrina de abdição, fêz regressar tudo ao marasmo e deixar o problema social para após a morte, com a solução no além-mundo; o renascimento repos as coisas no seu lugar, concentrando de novo o esforço humano na vida terrestre. Ora a substituição duma finalidade divina por uma finalidade humana não se faz sem dificuldade, pois a última é bem mais complexa do que a solução simplista do paraíso. Assim se foi preparando o terreno em que germinaram e depois se chocaram tôdas as doutrinas sociais, todos os impulsos e todos os movimentos políticos; assim se foi preparando o terreno para a explosão de tôdas as impaciências humanas, para tôdas as angústias, para todos os ódios, injustiças e reclamações. Sôbre esta acção converge a rápida totalização de experiência que caracteriza a evolução histórica a partir da Renasçença: esta conduziu a novos problemas económicos, determinou tôda a infinda e complexa série de circunstâncias materiais que não existiam no passado. A velocidade cresceu, em progressão constante e rápida, e a vida material entrou num ritmo acelerado, que da Europa e da América se propagou a todo o mundo. O espírito e a mentalidade das massas e o seu temperamento sofrem a pressão enervante desta aceleração. Tudo isto levou o homem a uma série de conflitos. O conflito dêle próprio com o seu destino histórico, do Ideal com o Real, do Consciente com o Inconsciente, do Espiritual com o Material, da Metafísica com a Ciência, da Religião com a Ciência: — o homem ergue-se contra a sua própria história.

Quanto mais a evolução mecânica da história o sujeita às suas fôrças, mais êle se revolta contra elas, porque a forma do seu destino histórico é precisamente a negação dos seus ideais e das suas ambições. Assim, ora se deixa vencer pelas fôrças esmagadoras da vida histórica, do seu destino, ora reage contra êle: obrigado a abdicar, revolta-se e volta à sua ambição; obrigado a ceder, a humilhar-se, ergue-se de novo, em espasmos de orgulho; obrigado a viver na terra, quere viver nos astros; prêso à matéria, quere ser espírito: — e quanto mais conhece mais se revolta, quanto mais abdica mais ambiciona, quanto mais o destino o verga mais êle, tenaz, heróica e cegamente tenaz, se ergue no seu velho Sonho, na sua eterna e obstinada utopia, na sua jâmais perdida Ilusão.

Estranho e singular espectáculo, êste do homem extenuando-se em conhecer, em procurar, em saber, e chegando sempre, pela fôrça da evolução histórica e pelas am-

bições da sua própria estrutura mental, à conclusão contrária aos seus desejos: os seus esforços têm tido sempre, através da história, êsse resultado que o desconcerta, a abdicação sucessiva, a constante limitação. Tôda a história do pensamento é uma translação da *ambição* para a abdicação: tôda a progressão científica, é, filosoficamente, uma limitação contínua, uma desistência progressiva no seu constante progresso: desistência perante o absoluto, num progresso contínuo do relativo. O destino histórico conduziu o homem a um círculo cada vez mais estreito; e êste destino, pesando sôbre o Homem, gera crises espasmódicas de revolta. O Consciente caminha para um cepticismo estoico, e o Inconsciente reage; a Razão e a Ciência chocam-se contra o temperamento, contra a própria natureza do sêr humano; é o conflito do Consciente e do Inconsciente. A vida histórica desenvolve-se não só ao contrário, mas para além da lógica humana; esta, que se lhe tentou impor, foi obrigada a recuar e a abdicar; e a experiência, a história, a vida e a natureza, isto é, um desconhecido, um mistério que aumenta e se consolida, conduzem o Homem, cego no meio de cegas forças, alucinado no meio do Universo mecânico.

Mas êste conflito não é só dos tempos de hoje; êle é manifesto em tôda a história. Simplesmente a progressão da experiência em constante totalização o vai renovando, lhe vai imprimindo novas modalidades. Êle não foi entre os egípcios o que foi na Grécia, o que foi na Idade-Média, o que é nos tempos de hoje. Mas êste conflito eterno tem períodos de latência e períodos espasmódicos, de enervamento, de explosão: — são êsses os que pròpriamente merecem o nome de *críticos*. O actual momento parece ser um dêles. Nos últimos tempos a hegemonia da Ciência sôbre a filosofia e as religiões forçou o homem a uma conclusão céptica e estoica sôbre a finalidade da vida que é contrária ao temperamento humano; conduziu-o à realidade possível das coisas quando êle deseja o ideal; dirigiu-se para a verdade prática, quando êle, no fundo, eternamente, procura o Sonho; fêz dêle um homem de ciência, quando êle é, essencialmente, poeta, artista e criança. Daí um mal estar, um enervamento, uma reacção contra o real, contra o positivo, contra a Verdade. A Verdade que o esforço histórico mostra ao Homem não lhe agrada, repugna-lhe; e êle tenta fugir-lhe, tenta, como sempre, nestas crises, fugir à realidade, fugir à vida, refugiar se no sonho. Tenta, como sempre, combater a própria vida, a própria verdade, a própria realidade; como outrora o cristianismo primitivo, tenta, desvairado, suprimir a carne, combater a carne, calcar aos pés a despresada matéria. O homem quer ser espírito, consciência universal, elemento dum todo infinito, infinitamente espírito, alma universal, de que a matéria é aparência, fantasmagoria vã que passa, e não representa a Verdade. . .

É a reacção de hoje; e é a reacção eterna. É a eterna oscilação entre os limites do que é possível, neste campo, realizar, o eterno zig-zag do Real para o Ideal, da Matéria para o Espírito, do positivo para o Sonho, da Verdade para o espectro fantasmagórico do abstracto. O Homem move-se entre Nadas; num dos extremos está a matéria, no outro a abstracção suprema: — e, quando examina êstes limites êles pulverizam-se, reduzem-se a zero, e êle nada mais encontra que não seja o seu próprio pensar: cogito ergo sum. E então, estupefacto, só na solidão imensa de si

próprio, espectro de si próprio, o homem suspende-se : e a reacção condu-lo de novo, após a fadiga metafísica, à positividade fria e cruel das coisas.

Momentos há em que esta oscilação produz vertigem ; então assiste-se ao delírio espasmódico da razão voando, livre, nas regiões nebulosas da metafísica, do dogma, da revelação, da transcendência, do exotérico ; o homem, embriagado, refugia-se no Mistério, e povoa-se de fantasmas, de entidades, de deuses, de anjos, de demónios, de iluminados ; depois, cansado e desiludido, cai de novo sôbre a Terra, que sempre o recebe com a mesma cruel indiferença.

Tal é a crise mística e espiritual que agita hoje a humanidade ; tal é o renôvo metafísico da mentalidade moderna.

Mas o pêso da experiência totalizada é de tal ordem que os impulsos instintivos do homem não conseguem deslocar esta massa fria e inerte, êste bloco aglomerado pela história ; o esforço metafísico e religioso vai sendo tanto mais difícil quanto mais vai caminhando no tempo a experiência, e as desilusões do passado pesando sôbre o presente. E' esta crosta espessa que a reacção moderna tem de vencer ; e ela cairá, de novo, céptica e desiludida, em nova fase positiva. Não podendo destruir a Ciência, uma nova metafísica, uma nova mística tem de se adaptar à Ciência, de lhe absorver a substância ; e com essa absorpção vai o veneno que a mata.

O homem continuando a ser poeta, quere viver no Sonho, mas a realidade impõe-se-lhe, historicamente, pesa demasiado sôbre êle : poderá êle ainda consegui-lo ? Ou será preciso esperar que alua o moderno mundo, estrondosamente, ou insensivelmente, para que um renôvo integral da humanidade, um novo Sonho, uma nova Ilusão, possam florir ? Ou irá a humanidade, renovando a loucura do Cristianismo, tentar de novo o suicídio, fazendo frente à vida, combatendo-a e caíndo no marasmo pantanoso da renúncia ?

Eis o que é difícil prever, e eis a razão por que a crise moderna tem diante de si uma curiosa pergunta.

Ora, nesta perplexidade, a evolução da arte é sempre um guia precioso.

É o mais palpável, o mais visível, o mais facilmente analisável dos sintomas da evolução histórica ; é êle que nos pode conduzir a compreender os outros, mais fugidios, menos concretos.

Por isso insisto na importância da evolução architectónica, no estudo do momento actual. E, se é exacto o que acima foi afirmado, se estamos entrando em novo período architectónico, é que um novo estilo vai definir e exprimir, em síntese, a actual civilização ; se vamos, assim, aproximando-nos do fim do movimento do renascimento, então a crise actual, como temos dito, não é mais do que uma crise de crescimento. Tôda a agitação actual é então a série de movimentos, de fecundações, de oscilações, que precedem um novo equilíbrio e uma cristalização. Poderá então prever-se, para o futuro, um período áureo de arte e de pensamento, uma nova época social e histórica, que será o auge da actual civilização. O materialismo, a super-técnica do mundo de hoje, será então a base natural duma fase intelectual da humanidade, o equivalente moderno da civilização da velha Grécia, o expoente definitivo de

todo o desenvolvimento que começou com o movimento dos bárbaros, na velha Europa. Depois será fatalmente a decadência ; e então, já talvez o Ocidente tenha renovado o Oriente, e neste se produza uma outra Renascença : e o mundo sairá da fusão do Ocidente com o Oriente.

Não é pura rêverie o que estou escrevendo ; — é a extensão hipotética ao futuro da curva histórica do passado. Sem dúvida esta curva poderá estar mal observada ; então a hipótese está errada ; se porém tal curva é exacta, o quadro traçado deve aproximar-se da realidade ; é, pelo menos uma realidade possível. Como tôda a conclusão científica, esta visão tem um carácter desolador de fatalismo cego e mecânico.

Mas confesso que não sei sair deste campo e compreender por exemplo a transformação futura do homem em espírito ; sentir-me-ia então arrastado para o domínio dum Wells, ou dum conto de Hofmann. . .

Isto conduz-nos ao ponto capital, àquilo que serve de base a êste desenvolvimento : pode realmente o movimento architectónico ser equiparado aos do passado ? Tem êle as características de originalidade, de fôrça, de universalidade exigidas ?

A minha impressão é que sim.

O leitor não se deve deixar suggestionar pelas banalidades vulgarmente ditas e ouvidas a propósito da architectura moderna : *barbárie, architectura de caixotes, cubista, etc.* Se as pessoas que dizem e escrevem tais coisas, e tenho-as ouvido a artistas, e tenho-as lido em escritores, quisessem recordar-se do que foi o período embrionário da escultura grega e da sua architectura ; se se recordassem um momento das primeiras fases do gótico e da sua monstruosa escultura, seriam mais reservados e prudentes nessas críticas. Elas são sobretudo devidas à nudeza fria da nova fórmula, o que, para olhos habituados à ornamentação prolixa, dá a impressão duma barbárie agressiva e fanática. Ora é precisamente pelo ornato sem medida, pela proliferação tropical do detalhe que degenera e morre a architectura. A concepção fundamental, o equilíbrio de linhas e massas, o conceito enfim, abastarda-se, dilui-se entre a vegetação luxuriante dos detalhes, e a arte desaparece sob o prolixo, a riqueza. É o que já se esboça, por exemplo, na Ópera de Paris, que alguém chamou *de estilo banqueiro*, frase pitoresca mas no fundo expressiva e justa ; é o que atingiu paroxismos êbrios em muitas cidades modernas, como por exemplo no Rio de Janeiro. O ornato é o complemento dum conceito architectónico ; êste deve ser sempre bem visível, claro e hegemónico ; se desaparece sob a vegetação de ornatos, se não é legível, ou se degenera e se torna indeciso, a architectura pode ser rica, sumptuosa, mas esta riqueza cobre então a pobreza. Desta maneira a reacção contra o ornato, contra a exuberância do detalhe é natural, e é o que se nota hoje na architectura.

Depois é preciso notar que sempre uma nova fórmula architectónica nasce nua, como o homem : só mais tarde a decoração aparece. Facto que se compreende perfeitamente, pois o estilo nasce pelo conceito e não pelo ornato, pelo fundamental e não pelo acessório e pelo complementar. Que o conceito fundamental é o núcleo e o embrião de tôda a evolução ulterior, a base de tôdas as adaptações e variantes : não existe pois uma nova fórmula architectónica sem a criação dum conceito architectónico novo. *E o número dêstes, na história, conta-se pelo número de civilizações.*

A própria chamada Renascença não é um tipo architectónico, uma criação, mas um derivado, uma adaptação clássica, como de resto os estilos franceses chamados Luís XIV, Luís XV, Luís XVI, Império, como ainda o nosso estilo manuelino, simples derivação gótica. Tipos architectónicos fundamentais há dois apenas na história da Europa : o grego e o gótico ; com o egípcio e os tipos architectónicos orientais são, no total, em todo o decurso da história, quatro ou cinco. Êste simples factó basta só por si para mostrar que soma de esforço colectivo e histórico é necessário para que um estilo fundamental chegue a realizar-se ; é preciso que uma civilização original se forme e que êle seja profundamente original : é o símbolo palpável duma civilização completamente original, o seu expoente e a sua expressão sintética. Mas sob êste ponto de vista o que tem importância é o *conceito*, não o acessório, o ornamento ou o detalhe. Do templo grego ou egípcio basta-nos o conceito essencial, nu e sem detalhes, para tirarmos dêle tôdas as conclusões possíveis e para os definir na sua originalidade ; a ornamentação, pelo contrário, obscurece-o, quando ela se torna excessiva e marca a decadência. Ora, nestas circunstâncias, a evolução moderna da architectura mostra-nos precisamente o esqueleto fundamental dum conceito architectónico : é êsse mesmo o interêsse do caso. Qualquer que seja a ornamentação futura com que ela venha a ser enriquecida, essa ornamentação não poderá jâmais destruir o conceito desta ordem : originalidade, expressão colectiva, universalidade, flexibilidade, simplicidade. Êle nasceu, êsse conceito, como os seus homólogos do passado, não duma doutrinação especulativa e dogmática à priori, nem duma inspiração pessoal, mas sim dum longo esforço colectivo, lento em desenvolver-se e alimentado pelas exigências mesmas da vida de cujo espírito é expressão. Ê a vida que gera a criação architectónica ; a architectura apenas lhe completa a *forma*, sobretudo a necessidade e a utilidade da arte, por tendência inata do espírito humano, que tende sempre a envolver em ritmos e cadências, em sugestões estéticas, a necessidade nua de viver. Mas as necessidades materiais da vida são o principal impulso que estimula a imaginação criadora ; e por outro lado nenhuma obra de arte architectónica pode existir sem esta relação lógica com a vida. Um monumento absurdo, que contraria o seu destino, não pode jâmais ter beleza. Nada pode desarticular-se do complexo harmónico da vida, e a architectura só nessa correlação pode encontrar possibilidades ; desarticulada, perde-se, não consegue senão criar curiosidades ou caprichos pessoais. Ê por esta razão que tôda e qualquer adopção dum princípio, em architectura, conduz a um artificio. Em França foi tentado um movimento no sentido de restaurar a arte ogival, considerada como arte nacional ; alguns architectos fizeram-se propagandistas desta idea. que o sentimento patriótico apoiava. Assim foi construída Notre-Dame-de-Lorette e Hitorf, por Sepère e Lebas. Os escritores românticos, como Chateaubriand, com o *Gênio do Cristianismo*, e V. Hugo com a sua *Notre-Dame*, as lições e livros de Cammont, a acção das sociedades arquiológicas nacionais, representam um esforço considerável no sentido de reabilitar a architectura aos séculos XII e XIII. Viollet-le-Duc é um dos mais célebres defensores dêste movimento.

Algumas grandes construções foram erguidas, como o Sacré-Coeur de Moulins, a igreja de S. Jean Baptiste, de Belleville, etc. : — e no entanto o movimento não vingou.

As insaciáveis ambições dos sérvios

POR CUNHA LEAL

1. A tragédia de Serajevo

A terra dos Bálcans vem sendo regada, há dois milénios, por sangue humano. Invasões, domínio dos turcos mantido durante séculos pela violência e pelo terror, revoltas periódicas dos povos escravizados, intervenções sucessivas da Europa civilizada para pôr termo a chacinas inhumanas, constituição, no decurso do século XIX, de uma série de Estados ainda hoje em demanda da sua forma definitiva de equilíbrio geográfico e político — tal é o longo rosário de sucessos de cujos flancos tem jorrado o sangue em catadupas. Os Bálcans constituem para a paz de Velho Continente uma ameaça tanto mais perigosa quanto é certo que os interesses adstritos a essa região não permitem, por via de regra, a localização das contendidas nascidas dentro dela. A guerra de 1914-18 teve como pretexto um incidente ocorrido ali — o duplo assassinato de Serajevo. É muito possível que a guerra futura venha a originar-se nos atritos existentes entre as instáveis unidades políticas que em 1919 resultaram da nova partilha do território balcânico, feita em obediência ao mesmo critério da *justiça bélica* que levou o gaulês Breno a gritar — *vae victis!* — enquanto lançava a sua espada na balança onde se pesava o tributo imposto aos romanos.

A tragédia de Serajevo vai saindo pouco a pouco da penumbra que a envolvia de início. Merece a pena dizer alguma coisa a tal respeito.

Desde o começo do século XX que os elementos preponderantes da velha Sérvia deram em acalantar um sonho de grandeza dentro do qual esta nação assumiria nos Bálcans o papel hegemónico da Prússia na Confederação germânica. Para dar realidade a êstes propósitos imperialistas foi criada em 1908 uma associação secreta — a *Narodna Odbrana* — que em 1910 contava já 233 «comités» locais. Um dos seus primeiros actos retumbantes consistiu em ordenar o assassinato do rei Alexandre Obrenovitch e da rainha Draga, substituindo o primeiro por Pedro Karageorgevitch então exilado. Por tal sinal que Givcovitch, o *executor* da pobre rainha, foi

feito presidente de ministério pelo rei Alexandre Karageorgevitch, a seu turno assassinado há pouco tempo em Marselha, e desempenha os cargos de ministro da guerra e da marinha no ministério Ouzounovitch constituído recentemente.

Em 1911, o chefe do serviço de informações do grande estado-maior sérvio, o coronel Dragoutine Dimitrievich-Apis fundou outra associação secreta — a *União ou a Morte* — que chegou a subalternizar a *Narodna Odbrana*. Como, porém, a *União ou a Morte*, também conhecida pela designação de *Mão negra*, entrasse em conflito com o então chefe do govêrno, o poderoso Pachitch, a quem acusava de frouxo, êste acabou por colocá-la fora da lei em 1917. Sob a acusação de revolucionarismo e de entendimentos com os inimigos, os seus chefes foram condenados à morte e fusilados em Salónica, dizendo-se que para a severidade desta pena correu a pressão do então príncipe-regente Alexandre. A *Mão Negra* desapareceu, mas sucedeu-lhe outra sociedade da mesma natureza — a *Mão Branca* — inspirada pelos dirigentes da *Narodna Odbrana* e caracterizada, como aquela, por um panservismo exaltado. É ela que hoje domina discrecionariamente em tôda a Yugoslávia.

Ora sucede que o coronel Dimitrievich-Apis, poucas horas antes da sua execução, confessou em documento escrito ter sido o instigador da tragédia de Serajevo. Parece que teria sido do arsenal Kragoujevats que haveriam saído os revólvers e bombas utilizados pelos assassinos Cabrinovitch e Princip. Êstes teriam sido escoltados até à fronteira da Bósnia pelos capitães Rada Popovitch, Chabatz, Prvanovitch, Loznica e outros. Teriam sido agentes da espionagem sérvia que haveriam escolhido o local para o atentado e que o haveriam indicado aos assassinos. Tudo isto foi publicado em 1930 em Paris por um antigo director da *Avala*, agência oficial yugoslava.

A Sérvia obteve em 1919 o primeiro dos grandes triunfos que ambicionava. Serajevo foi incorporado na Yugoslávia. No local do atentado ergue-se agora um monumento de homenagem aos assassinos, custeado por subscrição nacional...

2. A Sérvia engrandecida pela guerra

À Sérvia foi dos grandes beneficiários da guerra de 1914-18. O imperialismo dos seus dirigentes jogou a cartada do assassinato de Serajevo e ganhou-a à custa do sangue de milhões de franceses, russos, ingleses, americanos, belgas, portugueses e outros. Destruída a arquitectura austro-húngara, um pouco artificial — valha a verdade —, a Sérvia reclamou a junção ao seu território da Croácia e da Slovénia, anexadas pelo Estado Húngaro há mais de mil anos, da Dalmácia e de parte do Banat. A Hungria viu os seus 282.870 quilómetros quadrados de superfície reduzidos a 91.114, baixando a cifra da sua população de 19 milhões para menos de 8 — tudo isto devido à avidez insaciável da Roménia, da Tchecoslováquia e da Sérvia. Por outro lado, a Macedónia, com cêrca de 65.000 quilómetros quadrados de superfície e com 2,5 milhões de habitantes, dos quais 70 por cento de origem búlgara, depois de ter sido em 1913 objecto duma primeira partilha em prejuízo da Bulgária e

em proveito da Sérvia e da Grécia, foi assambarcada por estas duas últimas em 1919, cabendo à Sérvia a parte de leão, para o quê nos conciliábulos da paz se conjugou o maquiavelismo de uns com a cegueira e a despreocupação de outros.

Foi destes acrescentamentos ao corpo da Sérvia que resultou o reino dos sérvios, croatas e eslovenos, crismado dez anos mais tarde com o nome de Yugoslávia. Dos seus 14 milhões de habitantes 7 são sérvios, de raça eslava e de religião ortodoxa, 4 são croatas e eslovenos, igualmente de raça eslava mas de religião católica, e os 3 restantes são constituídos por povos de raças dispares e de religião católica ou ortodoxa — dalmatas, alemães ou húngaros, macedónios ou montenegrinos. Há incontestavelmente neste conglomerado humano um fundo predominante de eslavismo. Observaremos, porém, que entre sérvios por um lado e croatas e eslovenos por outro existem, além do sentimento diferencial da religião, outras razões profundas de afastamento: os primeiros conservam ainda instintos barbarescos de violência e características de orientalismo ao passo que os segundos se puliram e se afinaram ao contacto com a civilização ocidental, adoptando-lhe as predilecções espirituais, sem contar que os primeiros têm potencial económico muito inferior aos segundos.

Para não sermos injustos, importa assinalar que êste engrandecimento da velha Sérvia se não fêz sem os mais pesados sacrifícios por banda dos seus naturais. A guerra devastou o solo da sua pátria, acumulando por tôda a parte ruínas materiais, para não falarmos nos holocaustos humanos oferecidos aos deuses impiedosos. É, contudo, de notar igualmente que a psicologia dos povos balcânicos lhes torna menos dolorosas estas situações catastróficas do que aos povos verdadeiramente civilizados. Como quer que seja, as compensações da vitória não foram de modo algum inferiores aos trabalhos suportados durante a guerra. Tira de aqui, rouba de acolá, a Sérvia antiga deu lugar a uma potência balcânica de primeira ordem, que pode servir de base para manobras futuras de maior envergadura.

Assinados os tratados da paz,urgia, antes de mais nada, grudar os fragmentos que aqueles pactos se haviam limitado a juxtapor, por forma a fazer dessa manta de retalhos de povos uma verdadeira unidade nacional com um plano de vida colectiva aceite por todos êles. É inegável que a tarefa era assaz ingrata por isso que se havia ido longe de mais na ânsia de amplificar as proporções do Estado sérvio. Em todo o caso, se a digestão de certas minorias étnicas teria de ser extremamente laboriosa, os homens públicos do reino dos sérvios, croatas e eslovenos, se tivessem maleabilidade espiritual, poderiam facilitá-la.

Vejamos como se saíram da experiência.

3. O centralismo político na Yugoslávia

A solução do problema segundo o critério das populações anexadas pela Sérvia foi definido de modo conciso e claro ao jornalista francês Henri Pozzi pelo dr. Trumbitch, antigo ministro dos negócios estrangeiros do reino dos sérvios, croatas e eslovenos. No seu livro — *La guerre revient...* — aquele põe na boca dêste as palavras que se seguem:

«Pretender fazer um Estado centralizado à viva força, unificado na sua língua, nos seus costumes, na sua legislação civil e fiscal — como são, por exemplo, a Inglaterra e o vosso país — duma nação composta de peças e de bocados apressadamente ligados, como é a nossa monarquia, que tolice!... que vaidade imbecil de primários!

«Era preciso, ao contrário, descentralizar, consagrar oficialmente o estado de coisas existente pela criação de quatro ou cinco grandes centros administrativos — Belgrado para os sérvios, Llubjana para os eslovenos e dalmatas, Zagreb para os croatas, Seravejo para os bosnianos, Skoplje para os macedónios... Um govêrno central, composto de representantes de cada região, de cada nacionalidade e que teria naturalmente a sua sede em Belgrado, cidade real, presidiria aos destinos comuns. A unificação ir-se-ia fazendo assim por si só, insensivelmente, pelo hábito tomado por todos da vida em comum na mesma casa, sob o mesmo tecto, não abandonando cada um de sua liberdade ou dos seus costumes senão a parcela exigida pelo bem geral.»

Um exemplo sugestivo de suma prudência na formação de um Estado unitário à custa da reunião de vários Estados, aliás habitados todos êles por povos da mesma raça, é-nos fornecido pela Alemanha. O grande chanceler Bismarck foi predispondo os espíritos para isso durante longos anos até que, após a vitória de 1870, colheu em Versailles o fruto de tão laboriosa preparação. A federação surgiu não como imposta pela Prússia, mas sim como solicitada pelos Estados que se juntaram a ela. E o rei Guilherme II da Prússia, ao aceder ao convite dos restantes monarcas, seus colegas, para assumir a chefia do Império, fê-lo com evidente relutância. Cada um dos Estados federados conservou os seus usos e costumes, a sua religião, certas instituições políticas e sociais e certas leis, criando-se para os negócios comuns do Império uma direcção superior de que todos participavam. Esta situação manteve-se durante cêrca de 50 anos até que, com a proclamação da República e sobretudo com o advento de Hitler ao poder, quando, portanto, havia já um longo período de vida em comum, começaram a ser postas em vigor medidas tendentes a promover a gradual e progressiva unificação da Alemanha, traduzida no decréscimo das autonomias regionais.

O exemplo não foi imitado pelos sérvios dentro dos territórios que lhes foram confiados pela generosidade de «mãos rotas» dos compadres que negociaram os tratados da paz. Sem tomarem em linha de conta as profundas diferenças de raça, de língua, de religião, de hábitos, de tendências espirituais e de situação económica dos povos forçados pelas circunstâncias ao convívio político, os dirigentes da Sérvia triunfante resolveram criar desde logo um Estado ferozmente centralista, para o quê fizeram votar em 1921 uma Constituição unitária. Não contentes, porém, com isso, trataram de promover a rápida e forçada *serviização* dos habitantes do reino dos sérvios, croatas e eslovenos — designação que, sendo modesta transigência inicial com parte das populações anexadas, estava destinada a desaparecer e, efectivamente, consoante vimos, teve curta duração. Esta obra foi inspirada ao princípio pelo estadista sérvio Pachitch, cuja experiência da vida política o inclinava em todo o caso à adopção de

métodos relativamente moderados. Quando, porém, a idade quebrou as suas energias, o «processus» da *serviização* acelerou-se notòriamente e, depois da sua morte, assumiu aspectos que repugnam sem dúbida à consciência dos povos civilizados.

Os governantes de origem sérvia capricham em ignorar a existência de um problema racial dentro das fronteiras do Estado que dirigem. O que são para êles os croatas e os eslovenos? Eslavos como os sérvios. O resto — e êste resto quer dizer mil anos de incorporação na Hungria, com as diferenciações correlativas dêste facto — é coisa de somenos importância. O que são para êles os macedónios? Sérvios bulgarizados por um domínio de muitos séculos, que só podem ter encontrado motivos de alegria neste retôrno à pátria antiga. Os três quartos de búlgaros da população da Macedónia são assim promovidos a sérvios por uma autêntica escamoteação de pelotiqueiros políticos, sucedendo o mesmo aos 1.200.000 germano-húngaros do Banat e aos povos de origem italiana da Dalmácia. Clemenceau fizera notar aos governantes dos Estados formados ou ressuscitados em 1919 e dos que nessa data ampliaram extraordinariamente a sua superfície que lhes assistia o dever de respeitar os direitos naturais das minorias étnicas encravadas no seu território, incumbindo à Sociedade das Nações a fiscalização no tocante ao cumprimento dêste dever internacional. Segundo o critério dos homens de Belgrado, no reino dos sérvios, croatas e eslovenos ou, o que é o mesmo, na Yugoslávia não há que ter preocupações dêste jaez, pela simplicíssima razão de que êles decretaram a inexistência de minorias étnicas. . .

A-pesar-de tudo, os estadistas sérvios não poderiam levar o seu desplante até ao ponto de fingirem ignorar as reacções de natureza política que se esboçam no seio das regiões anexadas e cujas manifestações externas são impedidas pela feroz pressão do Poder Central. Essa cólera represada não significa, porém, segundo a versão oficial, outra coisa senão o descontentamento dos magnates locais, desalojados das suas posições em nome dos interêsses superiores da sua nova pátria. Tratar-se-ia, pois, de uma agitação meramente superficial, alimentada em grande parte pelo ouro da Itália e pelas manobras dos agentes da Bulgária e da Hungria, seus aliados. Assim, pois, os seus processos de manutenção da unidade pátria seriam idênticos àquelles de que qualquer govêrno em qualquer país civilizado lança mão quando se encontra em face da desordem social e da traição interessada. A dureza dêles seria meramente proporcional à gravidade dos crimes cometidos.

Vejamos, porém, o que, de facto, se encontra atrás desta verdade oficial, architectada para iludir o mundo civilizado e, muito em especial, a democracia francesa.

4. Os métodos dos homens de Belgrado

De tôdas as regiões da Yugoslávia aquela que tem sido a mais martirizada pela tirania de Belgrado é incontestavelmente a Macedónia. Os seus popes foram expulsos sem cerimonia e substituídos por criaturas de origem sérvia. O mesmo aconteceu com os mestres-escola, recebendo os seus substitutos o encargo de abolir à viva fôrça, de um dia para o outro, uma língua com raízes nas profundidades da história,

como se se tratara de extirpar um quisto incômodo e malfazejo ; as próprias terminações búlgaras dos nomes das famílias macedónicas tiveram de *serviçar-se* cominatóriamente, passando de *eff* para *itch*. A sobrecarga tributária na Macedónia, como em tôdas as zonas territoriais que foram entregues à cruel prepotência dêstes herdeiros espirituais dos antigos opressores turcos, é dez vezes mais pesada do que nas regiões sérvias, seguindo-se ao menor atraso de pagamento dos impostos o confisco puro e simples.

Êste despotismo sem entranhas originou, como não podia deixar de ser, a revolta latente dos macedónios. Existe entre êles desde 1893 uma sociedade secreta, a *O. R. I. M.* ou seja a «*Organização Revolucionária Interior da Macedónia,*» que se constituiu para sacudir o jugo do Sultão. De então até hoje nunca mais cessou a sua intervenção violenta na vida pública do seu país. Os seus membros têm vertido o seu sangue abundantemente — umas vezes alçando-se até à categoria de heróis, roçando outras vezes pela categoria de bandidos.

As exacções e perseguições dos sérvios depois de 1919 determinaram o recrudescimento da actividade da *O. R. I. M.*. As represálias daqueles contra os atentados terroristas desta têm excedido tudo quanto as imaginações mais exaltadas possam fantasiar. De parte a parte, a violência atingiu o paroxismo. Os incêndios, os atentados ferroviários, as mortes isoladas, os recontros com a força pública sucederam-se, a bem dizer, diáriamente. Aterrados, cêrca de 500.000 macedónios abandonaram a terra-mãe, as casas onde êles e os seus haviam nascido, os campos que haviam regado com o clássico suor do seu rosto, e foram pedir hospitalidade à terra fronteiriça da Bulgária que lha concedeu generosamente.

Vendo que o prolongamento do êxodo ameaçava despovoar a região macedónica, os sérvios tomaram uma resolução extrema que obedeceu ao mesmo tempo a intuítos de natureza militar : implantaram ininterruptamente, ao longo da fronteira, durante centenas e centenas de quilómetros, uma espécie de muralha da China feita de arame farpado, com 1^m,75 de altura e 2^m de espessura, de malhas tão apertadas que nem um coelho poderá escapulir-se através delas. Para trás segue-se uma facha de covas de lobo, com estacas aguçadas de aço cravadas no fundo, e uma outra zona de cavalos de frisa. De 200 em 200 metros instalaram postos de vigilância, sendo as sentinelas auxiliadas no seu serviço por cães-polícias. De 1.000 em 1.000 metros construíram fortins de *béton* armado, com 4 metralhadoras e 10 homens de guarnição. Distanciadas entre si de alguns quilómetros para a retaguarda, estabeleceram três outras linhas de fortins, cada vez mais afastados entre si, cada vez mais resistentes, cada vez mais potentemente armados e guardados.

A Macedónia yugoslava foi assim convertida na mais colossal prisão que em tempo algum existiu sôbre a terra. As suas comunicações com o exterior só podem fazer-se pelo sistema de conta-gotas. «Tôdas as estradas, todos os caminhos, tôdas as verêdas — descreve Henri Pozzi no livro já citado —, que outrora transpunham a montanha e pelas quais se escoavam num vai-vem incessante as mercadorias trocadas entre a Macedónia e o Oriente, foram cortadas». E acrescenta que o mesmo succedeu a «tôdas as linhas de caminho de ferro, salvo em três pontos : em Tzaribrod,

em Topalnica e em Gueoguéli, porque de facto era impossível fazer parar a circulação dos comboios internacionais com destino a Constantinopla e à Grécia». Em dois ou três pontos, junto de fortins, abriram-se passagens para permitirem a circulação dos automóveis dos turistas estrangeiros. Garante Henri Pozzi que «se não abrem 10 vezes por ano». As conseqüências de tais medidas foram absolutamente desastrosas para o pôrto de Salónica.

Conseguiram os sérvios — é certo — domar por esta forma aqueles macedónios que não puderam fugir a tempo de tal inferno. O ódio recalcado dêstes excede, porém, em intensidade tudo quanto possa imaginar-se. Os sérvios respondem a esta surda hostilidade com requintes de truculência, torturando e massacrando os mais recalcitrantes ou os simples suspeitos. Por outro lado encetaram uma tarefa de colonização interior apoiada nos *Tchnetniki*. Êste organismo está adstrito ao exército regular, é constituído por antigos soldados que se distinguem pela sua robustez e pela firmeza das suas convicções sérvias. Estão sujeitos a uma instrução militar normal, sendo convocados, além disso, duas vezes por ano para exercícios de conjunto que duram três semanas. São colocados como colonos não só na Macedónia mas também na Croácia, na Slovénia, na Dalmácia e no Banat, incumbindo-lhes a propaganda *chawinista* do pan-servismo segundo as instruções da *Narodna Odbrana* e o auxílio às fôrças da polícia e do exército para a manutenção da ordem pública.

Êstes soldados disfarçados em cidadãos civis procuram cruzar-se com as populações locais. Como são repelidos por via de regra, recorrem, para conseguirem os seus fins, a todos os meios de coacção material e moral sem exclusão dos maus tratos. Na Macedónia êste *processus* de unificação racial chegou a atingir os limites da crueldade mais inhumana. Sucede mesmo que, existindo muitas mulheres casadas que não puderam acompanhar os seus maridos na emigração para a Bulgária e agora se encontram detidas no vasto campo entrincheirado da Macedónia, os popes sérvios declaram nulos os seus casamentos sempre que os *Tchnetniki* apeteçam a prêsa.

No entretanto do lado de lá da fronteira os pobres emigrados passam os seus tristes dias na esperança de que surja uma aurora redentora que teima em não aparecer. Organizam-se para a desforra com a laboriosa paciência das formigas. Constituíram um *Comité Nacional Macedónico* para trabalhar à luz do dia pela libertação da sua terra oprimida. Na sombra a *O. R. I. M.* cura de não perder em absoluto o contacto com os seus desgraçados irmãos enjaulados pela implacável tenacidade dos sérvios. A legação yugoslava em Sofia baldadamente tenta aterrar os macedónios refugiados na Bulgária mandando abater por sicários assoldados alguns dos seus chefes mais eminentes, alguns dos seus terroristas mais activos. O ódio a tudo resiste.

O que se passa com os macedónios repete-se, embora por forma mais atenuada, com os outros povos anexados pela Sérvia após a guerra. A sua maior proximidade dos povos civilizados do ocidente europeu, a sombra protectora de alguns dêstes, como a dos italianos a respeito dos dalmatas, não consentem a brutalidade de certos procedimentos usados na Macedónia — como o de queimar com a chama duma vela os órgãos genitais das mulheres e o de azer incisões com lâminas de *gilette* nos tes-

tículos dos homens. A-pesar-disso, a situação dessas populações é simplesmente lamentável. As associações secretas pululam por isso na terra yugoslava como cogumelos. É formada por croatas a dos *Ustachis* que ainda recentemente deu que falar de si promovendo um massacre indesculpável. Povos que não se viam com bons olhos, como os croatas e os macedónios, acabaram por entender-se na sombra para sacudirem o jugo que os oprime. Atenua-se sensivelmente a própria rivalidade histórica dos croatas e dos italianos.

Cremos bem que a violência no fim de contas não serviu o pensamento da unidade yugoslava.

5. Os propósitos dos povos escravizados pelos sérvios e as ambições imperialistas destes últimos

Na já referida entrevista do dr. Trumbitch apontam-se como objectivos essenciais da oposição croata os que se deduzem das palavras que vamos transcrever. Fala o dr. Trumbitch :

«Somos nós — julga o Sr. — um povo demasiado pequeno para que, sòzinhos, pretendamos formar um Estado ? E o que nos diz então o Sr. da Letónia e da Lituânia ? A nossa intenção nunca consistiu, porém, em participar, no dia em que nos fôr restituída a liberdade, desta poeira de Estados nados-mortos que saíram dos sonhos e da ignorância dos políticos que tão lamentavelmente comprometeram em 1919 e 1920 a vitória dos vossos soldados. . .

«O futuro, tal como o encaramos, reside noutra coisa. Pretendemos constituir um grande Estado católico indo do Adriático à Polónia, uma grande República Federal que englobe a Hungria, a Croácia, a Dalmácia, a Slovénia, o Tirol e que se apoie na Polónia. Politicamente, êste Estado barraria o caminho do oriente ao germanismo. Oporia ao pan-eslavismo, que representa um perigo de morte para a civilização ocidental, sem que vós, os franceses, vos tenhais apercebido disso, uma barreira intransponível. Econòmicamente enfim, a criação de tal Estado restabeleceria na Europa Central esta harmonia entre a produção e o consumo, entre a agricultura e a indústria, que, há 14 anos, foi loucamente destruída pelos homens que pretenderam criar a paz fraccionando arbitrariamente as entidades económicas e políticas nascidas dos esforços e da experiência de séculos.»

Falando com Henri Pozzi, o dr. Stanicheff, presidente do *Comité Nacional Macedónico*, mostrou-se bem mais modesto no enunciado das suas aspirações. Segundo êle, os seus compatriotas pretendem apenas que a Macedónia faça parte duma «Federação yugoslava em que todos os membros tenham direitos iguais — com um exército, uma diplomacia, finanças e um parlamento comuns».

Eis, portanto, expostos os objectivos oficiais das oposições políticas criadas no seio da Yugoslávia. É evidente que o projecto dos croatas deve ser extremamente agradável tanto à Roma do Quirinal, como à Roma do Vaticano. Por outro lado, a primeira favorece claramente as reivindicações búlgaras no tocante à Macedónia tanto

mais que, conhecidos por Mussolini os projectos do pan-servismo, de que nos vamos ocupar seguidamente, o Duce não pode deixar de considerar a Yugoslávia como um dos mais irreductíveis inimigos da sua pátria, um daqueles cujo crescimento mais lhe importa entrar.

Temos por várias vezes aludido às ambições imperialistas do pan-servismo. É oportuno desfibrá-las nesta altura para melhor compreensão dos perigos que ameaçam a paz europeia. Da instrução ministrada às tropas da Yugoslávia faz parte a leitura insistente do seguinte trecho do *Manual do Soldado*, da autoria do coronel do estado-maior Kostich :

«Nem tôdas as nossas províncias se encontram já incorporadas no nosso reino. Os italianos conservam ainda em seu poder tôda a Istria com Goritza, Gradisca e Trieste até ao Isonzo, a cidade de Zara e seus arredores, as ilhas Cherso, Lussin e Pelagosa, bem como a parte sul da Slovénia. A Áustria detém ainda a parte setentrional da Carinthia e do Steiermark. Os húngaros têm ainda a parte setentrional da Baranya e do Prekomurje. Os romenos guardam ainda a parte oriental do Banat. Os búlgaros ocupam as regiões de Vidine e de Sofia. Enfim os albaneses possuem Scutari e parte da Albânia do norte...»

O *Manual do Soldado* é secreto, e a primeira indiscreção pública a tal respeito, que nós saibamos, consta do aludido livro de Henri Pozzi. Como se vê, contém-se no trecho transcrito todo um programa de acção futura. E que programa ! A gente de Belgrado, depois de haver feito da pequena Sérvia a grande Sérvia, pretende transformar esta na muito grande Sérvia — uma Sérvia englobando todos os eslavos dos Bálcans e ao mesmo tempo povos que não têm pisca de parentesco com êles. É uma política de desinvoltura própria de homens que nunca conceberam a vida senão como uma grande aventura — hoje oprimidos, amanhã opressores segundo os azares da fortuna e achando tão natural uma situação como a outra.

Não se imagine que êste programa vise uma finalidade que os estadistas sérvios coloquem no tempo a distância muito grande. Se apenas escutassem o seu desejo, os sérvios já se teriam arriscado a jogar a cartada definitiva. Pretextos não faltariam. Aquele que êles têm em mente é a acusação feita à Bulgária de tolerar as actividades da *O. I. R. M.* e do *Comité Nacional Macedónico* dentro do seu território. Para pôr têrmo a uma situação considerada pelos sérvios como intolerável, um belo dia o exército yugoslavo entraria pela Bulgária dentro afim de exterminar os ninhos do terrorismo macedónico. A Itália, aliada da Bulgária, interviria fatalmente para lhe dar assistência. A Yugoslávia requereria o auxílio da França de acôrdo com as disposições do tratado que as une, dando-se para tanto como vítima duma agressão injustificada. E, de novo, os dissídios balcânicos ateariam no Velho Continente um incêndio devorador.

O que falta, pois, à Yugoslávia para se decidir a dar o golpe? A convicção de que a França a apoiaria em tal emergência. O sentido esquerdista das últimas eleições francesas atrasou a evolução do problema.

Interrompamos, porém, as considerações que êste aspecto do problema nos sugere para abordarmos outro assunto — o valor da organização militar yugoslava.

6. A potência militar da Jugoslávia

De todos os trunfos de que a Jugoslávia dispõe para a consecução dos seus objectivos políticos o seu exército é inegavelmente o mais importante, já pelo seu valor intrínseco, já pelos auxiliares que a certeza da sua potência lhe proporciona. Com efeito, a política externa da França tem seguido uma directriz de intransigência em matéria de revisão dos tratados da paz em grande parte para poder contar com o concurso do exército yugoslavo no caso de conflito com a Alemanha. Por sua vez a Jugoslávia, fingindo gravitar em torno da França como um satélite, pretende que na prática as coisas se passem ao invés, forçando esta com geito e manha a servir os seus propósitos megalomânicos de domínio dos Bálcans.

Merecerá, porém, de facto o exército yugoslavo o conceito em que geralmente é tido pelas chancelarias europeias? Sob êste ponto de vista parece não haver possibilidade de equívoco. Os números que vamos apresentar afiguram-se-nos já de per si assaz elucidativos. Em tempo de paz o seu efectivo regula por 150.000 homens, com 8.200 oficiais, 9.400 oficiais inferiores, 2.000 metralhadoras ligeiras, 800 metralhadoras pesadas, 250 baterias de artilharia, 5 companhias de carros de assalto e 45 esquadrilhas de aviação. Em caso de mobilização, o exército contará em primeira linha 1.200.000 homens do activo e da reserva e em segunda linha 400.000 territoriais. Êstes números ainda, porém, nos não dizem tudo, por isso que nos não podem exprimir a perfeita disciplina das fôrças yugoslavas, o seu garbo militar, o espírito de agressividade que anima os seus elementos de origem sérvia, o grau de competência da sua oficialidade e o meticuloso cuidado pôsto pelo seu estado-maior na preparação da mobilização e no estudo dos planos de campanha.

Os ódios das populações constrangidas a fazer parte da Jugoslávia poderiam em todo o caso comprometer a eficiência do seu organismo militar. O caso não passou despercebido aos homens de Belgrado, que para o efeito tomaram medidas adequadas. Assim é que os croatas, doseados com 10 a 15 por cento de sérvios, foram colocados nas unidades que ocupam a Macedónia, com o objectivo de que o odioso da repressão feita nessas paragens recaia em grande parte sobre aqueles: deve, contudo, observar-se que, não obstante tão habilidosa medida, acabou por fechar-se um pacto de aliança entre os elementos revolucionários da Croácia e da Macedónia. As tropas recrutadas nesta última região, salpicadas a seu turno com elevada percentagem de sérvios, foram estabelecidas em guarnição na Sérvia em face da Roménia. As fôrças sérvias, essas estão espalhadas pela Slovénia, Croácia, Dalmácia e Banat.

Em tempo de paz estas precauções e a superioridade numérica dos sérvios dentro do exército são quanto basta para atabafar tôdas as veleidades de revolta da fôrça pública. E em caso de guerra? A êsse respeito ouçamos a opinião autorizada do próprio chefe da opposição croata, o dr. Trumbitch:

«Os nossos filhos bater-se-ão ao lado dos sérvios como se baterão ao lado dêles os búlgaros da Macedónia ou os húngaros do Banat, porque não podem proceder de outra maneira, porque estarão misturados com aqueles nos mesmos regimentos. Êles

farão o que fizeram em 1914 os habitantes da Alsácia e Lorena incorporados no exército alemão. Êles fá-lo-ão até ao fim, de tôdas as maneiras»...

A França, cuja opinião pública ignora tantas coisas que se passam na Yugoslávia, não desconhece o que vimos de dizer. Sobretudo estão plenamente ao facto disso o estado-maior do seu exército e a sua diplomacia. E, por isso, o Estado francês firmou com a Yugoslávia um tratado de aliança e, por isso ainda, a tem auxiliado generosamente com empréstimos que se cifram por alguns biliões de francos, em larga escala despendidos no armamento, municiação e apetrechamento do exército yugoslavo, na construção de linhas férreas de carácter nitidamente estratégico e nos esbanjamentos duma administração que, em boa verdade, não peca por demasias de escrúpulos.

7. O arrefecimento da amizade Franco-Yugoslava e o refôrço da «Petite-Entente»

Os três Estados beneficiários na partilha dos despojos austro-húngaros — a Yugoslávia, a Tchecoslováquia e a Roménia —, sentindo a necessidade de se unirem tanto para o cometimento de novas proezas imperialistas à custa da Hungria como para se oporem a quaisquer tentativas de reparação das injustiças em seu proveito cometidas, formaram a *Petite-Entente* — aliança político-militar que se enquadra dentro do sistema mais geral das alianças da França. Esta, em vez de contrariar esta idea, antes a acarinhou na esperança de que assim se desse maior eficiência ao conjunto dos três Estados. A França deve ter, porém, reconhecido no decurso dos acontecimentos que nem sempre a *Petite-Entente* tem sabido ou antes tem querido servir os seus pontos de vista e que, pelo contrário, a tem constrangido bastas vezes à adopção de atitudes em política internacional menos consentâneas com as suas concepções próprias e com os interêsses fundamentais da paz.

A tensão das relações italo-yugoslavas entrara em fase aguda por virtude de incidentes sobrevindos na Dalmácia e na Ístria em fins de 1932. Logo se reuniram em Belgrado os dirigentes da *Petite-Entente*, acompanhados dos chefes de estado-maior dos exércitos aliados. Com o propósito da manutenção da paz — oh ironia! —, a Conferência resolveu levar tão longe a solidariedade com a Yugoslávia que o generalíssimo do exército sérvio passou a ter sob o seu comando superior as organizações militares da Tchecoslováquia e da Roménia.

Mussolini — ou porque as suas fanfarronadas bélicas disfarcem um real desejo de paz ou porque a Itália se arriscasse a um desastre aceitando a luta em tais condições — parou o golpe com a proposta do «pacto dos quatro» apresentada a Macdonald por ocasião da sua visita a Roma. A confusão foi grande nos arraiais da *Petite-Entente* quando reconheceram que o govêrno radical-socialista de França não rejeitava *in limine* a proposta mussoliniana. Titulesco, ministro dos estrangeiros da Roménia, foi a Paris para tentar demover a democracia gaulesa da adesão ao pacto dos quatro. As suas manobras nos meios parlamentares e extra-parlamentares não foram,

porém, coroadas de êxito, e a *Petite-Entente* teve que resignar-se ao inevitável depois de obtidas da parte da França certas satisfações platónicas, traduzidas em ligeiras modificações na redacção inicial do pacto. Êste, se no futuro não teve outros efeitos práticos, teve em todo o caso, de momento, o grande mérito de acalmar a eferescência bélica de Belgrado.

Êste foi o primeiro grande atrito entre a França e a *Petite-Entente*, sobretudo entre aquela e a Yugoslávia. Ê de observar, porém, que, sendo tudo possível neste mundo, não se nos afigura provável uma reviravolta da *Petite-Entente* ou de qualquer dos seus membros a favor da Alemanha. Esta teme lógicamente que se consolidem e amplifiquem nos Bálcans e na Europa Central posições que no futuro redundem em séria ameaça para os seus interêsses mais vitais. A política imperialista do pan-servismo não encontra, pois, pela frente apenas a opposição formal de Roma, antes deve igualmente suscitar em Berlim as mais graves apreensões. O mesmo diremos do engrandecimento da Tchecoslováquia que Bénès, a mais privilegiada cabeça da *Petite-Entente*, pensa em promover à custa de novas amputações da Hungria, depois das quais ficariam em contacto os territórios daquele Estado e os da Yugoslávia.

A França e a *Petite-Entente* veem realizando desde 1933 uma série de manobras diplomáticas cuja explicação deriva sem esforço do que vimos de dizer. A primeira, no estado actual da Europa, não pode prescindir, para garantia da sua segurança, do concurso das fôrças militares da segunda e, em especial, do exército yugoslavo; mas não deseja que as ambições e impaciências dos Estados, seus aliados, a arrastem para becos cuja única saída seja a guerra. A seu turno, a *Petite-Entente* não pode atingir as finalidades da sua política externa se a França, em momento de conflito, lhe recusar o seu auxílio militar sob o pretexto de que se não trata duma guerra defensiva, mas duma guerra ofensiva. Ê, por conseguinte, natural que os homens públicos da França e da *Petite-Entente* empreguem todos os recursos da sua argúcia não para deixarem que os seus países se convertam em trunfos nas mãos dos seus aliados, mas sim para se servirem dos seus aliados como trunfos.

Um momento culminante dêste jogo dramático foi marcado pelo assassinato do chanceler Dollfuss. Recordam-se os nossos leitores de que, nas horas conturbadas que se lhe seguiram, a Itália fêz marchar para a fronteira austríaca umas tantas divisões com o objectivo duma rápida intervenção na Áustria, caso o movimento interno então esboçado entregasse o govêrno, com ou sem o concurso germânico, aos adversários de Dollfuss — partidários acérrimos do *Anschluss* como primeira fase da definitiva incorporação do seu país no corpo político da Alemanha. Esta atitude decidida da Itália quebrou as suas relações de cordealidade com o *Reich* e aproximou-a automaticamente da França, dada a comunhão dos seus pontos de vista e dos seus interêsses numa das questões basilares da Europa Central, trazida pela fatalidade para a ordem do dia. Ê claro que êste novo aspecto da política internacional não podia deixar de desagradar fundamente aos super-homens do pan-servismo que vêem na sua inimizade com os italianos uma consequência necessária dos seus projectos e que não desejam que a França venha interpor-se entre o seu país e a pátria de Mussolini à laia de tampão amortecedor.

8. A política de Barthou e o massacre de Marselha

Depois da guerra a política externa da França estava adstrita à da Polónia e à dos Estados que vieram a constituir a *Petite-Entente*. Desta maneira, a França ia navegando entre Sila e Caribdes : ou continha os ímpetos dos seus aliados e arriscava-se a ficar completamente desapojada em face duma Alemanha que não pensa noutra coisa que não seja na desforra ; ou não reprimia os exageros daquele dinamismo e poderia ver-se envolvida num cataclismo bélico de efeitos sempre problemáticos e provavelmente fatal para o regímen capitalista. Só haveria um meio audacioso para sair de tão crítica situação, meio que consistia em alargar o círculo das alianças francesas por forma tal que, sem quebra de amizades mais antigas e antes empregando os maiores esforços para a sua manutenção, em todo o caso a França não visse diminuído o seu coeficiente de segurança na hipótese provável do amuo da Polónia e Jugoslávia — os dois países mais afectados por essa orientação.

Barthou, homem velho cuja energia deveria servir de exemplo aos homens moços, abalçou-se a tal empreendimento com uma perseverança, uma audácia e uma maleabilidade que em breve lhe conquistaram um lugar de merecido relêvo na diplomacia europeia. Por um lado aproximou o seu país da Rússia, elaborando com Litvinov um projecto de pacto para a manutenção do *statu quo* territorial no oriente europeu, e fê-la ingressar consecutivamente na *Sociedade das Nações*, trazendo-a oficialmente para o convívio dos países capitalistas. Por outro lado entabulou negociações com a Itália para o efeito duma franca colaboração na solução dos muitos e complexos problemas do Velho Continente.

É claro que o mau humor da Polónia e da Jugoslávia não tardou em manifestar-se. Já por várias vezes temos exposto nesta revista — e neste mesmo artigo o fizemos a respeito da Jugoslávia — a opinião de que entre estas nações e a Alemanha há irredutibilidades que lhes não permitem aliar-se nem sequer sob o acicate do despeito. Barthou naturalmente tratou de montar as suas baterias para levar a Polónia a uma melhor compreensão da concomitância dos seus interesses com os da paz europeia.

Assim é que, antes de partir para Roma no prosseguimento da sua política de entendimento franco-italiano, manobrou no sentido de que o rei Alexandre da Jugoslávia viesse a França para, durante a sua visita, se proceder ao exame das dificuldades opostas pela gente de Belgrado às novas directrizes do *Quai d'Orsay*.

Ignoramos qual seria a natureza dos argumentos a que Barthou pensava recorrer para convencer o monarca duma Jugoslávia recalcitrante. Porventura tentaria demonstrar-lhe que a guerra é hoje um fenómeno inevitável e que convém deixar à Alemanha o papel de agressor, por isso que a reprovação universal recairá implacável sobre aquele ou aqueles que a desencadearem. Porventura, procuraria fazer-lhe ver que a Hungria está condenada à posição de satélite do planeta germânico, apesar-da sua aliança com a Itália, e que, sendo assim, a Jugoslávia poderia encontrar satisfação para o seu apetite devorador em novo desmembramento daquela infeliz nação. A fatalidade, sob a forma de um duplo assassinato, selou para todo o sempre

os lábios de Barthou e do rei Alexandre, estancando os argumentos de um em favor desta tese e as objecções do outro contra ela.

Foi um croata o homem escolhido pelo destino para escrever uma das muitas páginas sangüinolentas da história agitada da actualidade. Teria sido assassinado o rei Alexandre porque se verificasse em Marselha a primeira oportunidade favorável para a execução duma sentença de morte, motivada pelos conflitos internos da Yugoslávia, nesta época em que se respeita menos a vida de um homem do que a vida de um animal doméstico? Ou, pelo contrário, a sentença de morte teria sido ditada pelo desejo de evitar a acção medianeira da França na hostilidade latente entre a Itália e a Yugoslávia, por isso que a Croácia confie em que a sua libertação possa resultar da eclosão dum conflito bélico com fundamento naquela hostilidade? Não nos é possível formar um juízo seguro sobre o caso pelo que dêle conhecemos até à data em que estamos escrevendo estas palavras.

Aguardamos serenamente a evolução dos acontecimentos. Mais dia, menos dia, transpirará das chancelarias alguma coisa do que por lá se trama em segredo. E então ver-se-á quem tem probabilidades de sair vencedor na pugna que vem sendo travada entre aqueles que querem manter a paz a todo o transe e aqueles a quem já vão fazendo falta as hecatombes que enlutaram o mundo civilizado no período para sempre maldito de 1914-15.

Lisboa, 29-X-934.



**Este número foi visado
pela Comissão de Censura**

Noticiário Internacional

O acôrdo Laval-Mussolini

Encheram-se as colunas dos periódicos com o noticiário referente ao acôrdo celebrado em Roma entre o chefe da ditadura italiana e o ministro dos estrangeiros Laval.

Pelo coração dos pacifistas passou a doce esperança de que o espantinho sanguinolento da guerra se afundara, por largo tempo, e que, milagrosamente, surgira no horizonte da vida inter populos um clarão promissor de sólida e inviolável paz.

Não seremos nós, pacifistas árdusos, que iremos lançar a dúvida onde nasceu agora o enlévo duma crença.

Mas não nos fica mal dizer que, embora compartilhando dessa passageira ilusão, não nos convencem as boas palavras dum acôrdo protocolar onde há mais vontade de acautelar os interesses particularistas dos dois Estados do que a suprema e humanitária defesa dos interesses da comunidade geral.

O problema da paz não é problema que se solucione com recepções faustosas, com o bom humor dos diplomatas reflectido em laudas repletas de afirmações de concórdia.

Só uma alvorada de novos principios ou a reintegração de normas agora abafadas por prepotentes oligarquias poderão orientar a consciência internacional num sentido diverso.

Quando na super-estrutura das colectividades nascer e se robustecer o ideário da solidariedade sincera, unindo os homens pela educação e pelo respeito mútuo, congregando as unidades nacionais num amplexo forte de interdependência — enfim, quando sôbre a terra surgir a Inteligência servida pela Cultura — então sim, a Paz lançará, soberana, os seus braços congregando todos, sem distinções de credos e de opiniões.

Mas até lá acreditemos na eficácia do acôrdo Laval-Mussolini...

O plebiscito sarrense

O Sarre pertence à Alemanha.

A Sociedade das Nações, dirigente do plebiscito, entregou nas mãos avaras de Hitler a rica região mineira, onde as fábricas pacíficas de agora se transformarão, em breve, em potentes organizações de guerra, vomitando celeremente a multidão destruidora dos armamentos.

A solução do problema sarrense, longe de contribuir para aquela tranqüilidade, tão apregoada por Hitler e pelos seus ministros, que prometem enveredar as relações entre a França e a Alemanha por outros caminhos, transformar-se-á, em breve, em mais um motivo de latente discórdia.

A entrega desses territórios tem de ser vista por este lado: o fortalecimento de Hitler para as exigências futuras, o que traz por consequência um permanente espírito de intranqüilidade internacional.

É a própria Sociedade das Nações que oficializa um plebiscito de que, antecipadamente, sabia o resultado. A população do Sarre deixou-se contaminar também pela loucura nazista, empolgou-se com a mesma ideia de révanche.

Sabia a Sociedade das Nações que a mentalidade sarrense em nada diferia da restante mentalidade germânica.

Uma consulta feita a gente com esta triste conformação espiritual teria que ser fatalmente mais uma criação diabólica para evitar o estabelecimento definitivo da paz universal.

Não viu nada disso o organismo genebrino, agora tão propenso às boas regras jurídicas, ele que impassível tem presenciado os mais terríveis atropelos ao Direito, exuberantemente exemplificado no desvario nipónico em terras chinas.

Esta novidade que nos traz a Sociedade das Nações com o seu amor à ordem jurídica — só por irrisão se pode falar em ordem jurídica para um govêrno que nunca fez outra coisa senão espesinhá-la! — constituirá, sem dúvida, um dos mais bonacheiros acontecimentos da hora que passa.

Semeou mais um vento o organismo de Genebra. A tempestade não tardará.

O regresso de Loyd George à política

Quando nas esferas internacionais se

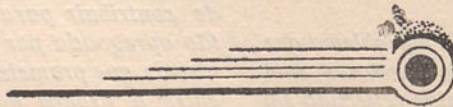
julgava Loyd George propenso ao remanso tranqüilizador do seu lar escrevendo memórias onde, depois de morto, insultaria gregos e troianos, escudado pelas tábuas do caixão, o eminente homem público inglês aparece nas primeiras linhas, voluntarioso, decidido a prestar ao seu país aqueles serviços que, outrora, já soubera prestar à Inglaterra em momentos bem difíceis para a vida do mundo.

Regressa Loyd George no firme propósito de trabalhar no único campo que qualquer pessoa inteligente escolheria.

Observador estudioso dos milhentos fenómenos que sacodem a mentalidade contemporânea, Loyd George integrou-se na corrente democrata-social que, neste momento, se apoderou da Grã Bretanha, manifestando, através das últimas vitórias trabalhistas, o seu desejo de impelir a tradicional fleugma dos insulares para os embates scudáveis da luta por uma sociedade melhor.

A Inglaterra em péso saudou a chegada desse respeitável ancião, remoçado pela cultura universalista que faz dele um homem do seu tempo.

Daqui também saudamos o sentimento democrata inglês, nascido, verdadeiramente, agora do confusionismo atordoador das reacções que julgavam e julgam o mundo eterno, para as suas tropelias, transformando o homem em sér escravo e as colectividades em dóceis e pacientes rebanhos.



BIBLIOGRAFIA

Recebemos as seguintes obras cujo envio muito reconhecidamente agradecemos aos seus autores ou editores:

EDUCAÇÃO SEXUAL DA MOCIDADE e EXORTAÇÕES EUGÊNICAS, por Almerindo Lessa.

No seu intenso labor de dar a conhecer aos estudiosos portugueses os mais interessantes problemas de eugenia e da sexualidade — duas questões verdadeiramente contemporâneas — publicou o sr. dr. Almerindo Lessa, nosso ilustre colaborador e notável figura da moderna geração democrata, um volume de mais de duzentas páginas sobre *Educação sexual da mocidade* e um folheto sobre *Exortações eugénicas*.

São duas obras dignas de leitura pelo arrojado espírito que as anima. Já vai longe o tempo em que a sexualidade e a eugenia eram assuntos impróprios para a especulação. Com Metchnicoff, Vachet, Freud, Marañon, etc., o horizonte desanuviou-se dessas estranhas preocupações.

O homem de hoje para ser *culto* precisa de estar a par do que se passa nesses domínios da inteligência humana.

Assim o compreendeu o dr. Almerindo Lessa proporcionando à juventude do nosso país dois volumes valiosos para consulta e estudo.

MOTIVOS DE TEATRO, por Augusto Ricardo.

Trata-se dumas bem compiladas notas colhidas pelo sr. Augusto Ricardo no decorrer da sua vida profissional.

Lêem-se com crescente agrado essas recordações interessantes que o ilustre jornalista ligou num livro para melhor interpretação dos tempos e das épocas.

Sem desdouro para os outros capítulos do livro, chamamos a atenção do leitor, amigo de boa prosa, para o estudo sobre *Robespierre, autor dramático*, pela originalidade que o reveste e que por si só basta para confirmar o sr. Augusto Ricardo como cultor apreciável das letras pátrias.

INVESTIDAS ALEMÃS AO SUL DE ANGOLA, por António Fernandes Varão.

Quis o ilustre militar sr. António Fernandes Varão resumir num volume as suas recordações de combatente denodado ao tempo da Grande Guerra que, ao contrário do que muita gente supõe, assumiu mais terríveis aspectos nas adustas paragens africanas do que na planura gelada de Flandres.

E' um feixe de dolorosas lembranças que o sr. Fernandes Varão alinda com o seu coração de patriota e de republicano.

São páginas para meditar, saídas da pena dum homem para quem o amor da Pátria é algo de muito superior às conveniências materialistas do tempo.

Com um grande abraço de saudade pelo valente soldado aqui fica a recomendação desta obra instrutiva e bela.

LEI DO DIVÓRCIO ACTUALIZADA, *por*
Virgílio Marinha de Campos e Carlos
Bana.

Os distintos advogados que subscrevem esta obra desempenharam na sua vida académica ainda recente papéis de combatentes intelectuais que neste momento se confirmam.

Colocando a pena e o coração ao servi-

ço da República, ambos, lado a lado, encetaram na *Liberdade*, com outros como êles, uma obra de culturização democrata que ficará marcando um logar proeminente na história republicana dêstes últimos tempos.

Integrados no seu papel de batalhadores, escolheram os distintos advogados uma obra de rasgada inspiração liberal, produto da privilegiada cerebração de Afonso Costa, — a Lei do Divórcio — actualizaram-na com diplomas que com ela se relacionam e colocaram-na assim sôbre as mesas daqueles que têm de lidar com a confusa legislação nacional.

Conseguiram o seu fim os dois advogados, um dêles, Carlos Bana, nosso ilustre colaborador.



Nós e a Imprensa

Vida Contemporânea nas relações que estabeleceu com parte da imprensa nacional tem recebido inequívocas provas de affecto e consideração.

O mesmo podemos dizer no que respeita à interessante revista franceza *Le Mois* que nos tem honrado, continuamente, com transcrições de artigos inseridos nesta revista.


É uma gentileza digna de registo da parte dum illustre confrade estrangeiro que assim considera os nossos pontos de vista merecedores de enfileirar ao lado de tantos outros, espalhados por revistas de todo o mundo, que, também, procuram, como nós, descortinar na nebulosa do presente as incertas formas do futuro.

Revista Portuguesa de Seguros, Arquivo Nacional, Revista Portuguesa de Comunicações, Distrito da Guarda, O Diabo, A Gleba, O Auto, República de Vila do Conde, Diário de Lisboa, República, Raio, Democracia do Sul, Povo de Penafiel, Labor, Revista de Contabilidade e Comércio, Boletim da Administração Militar, Gazeta de Ponta Delgada, Jornal de Noticias do Porto, têm-se sempre distinguido nas suas amabilidades para com esta revista, ou transcrevendo trabalhos nossos ou dedicando palavras de elogio à nossa orientação intelectual.

Com os nossos agradecimentos a todos, queremos, no entanto, endereçar neste momento, duas especiais saudações.

Uma à *Revista Portuguesa de Seguros* pelo seu primeiro aniversário comemorado num banquete a que tivemos o prazer de assistir.

A segunda à *Gleba* pelo seu aparecimento e pela notável desenvoltura mental que se descobre nas suas páginas modernas, reflexo da firme inteligência dos seus directores e colaboradores.



OS NOSSOS MORTOS

DR. NUNO CRUZ

A morte do dr. Nuno Cruz, ocorrida em Madrid onde fixara a sua residência, causou a mais profunda impressão em todos quantos trabalham nesta revista.

Advogado distinto, oficial do exército que se enchera de glória nos campos da Flandres, o dr. Nuno Cruz era um republicano de firmes princípios, honrado, alicerçando êsse seu republicanismo numa sólida e equilibrada cultura.

Vida Contemporânea curva-se perante a memória do ilustre cidadão.



Casa Francesa

Depósito de Relojoaria e Ferramentas
para Relojeiros e Ourives

Mais de UM MILHÃO de relógios, distribuídos em Portugal e Colónias, são a garantia absoluta do êxito conquistado por tão reputada marca

Exigir sempre **C Y M A**

À venda em tôdas as boas
relojoarias e ourivesarias

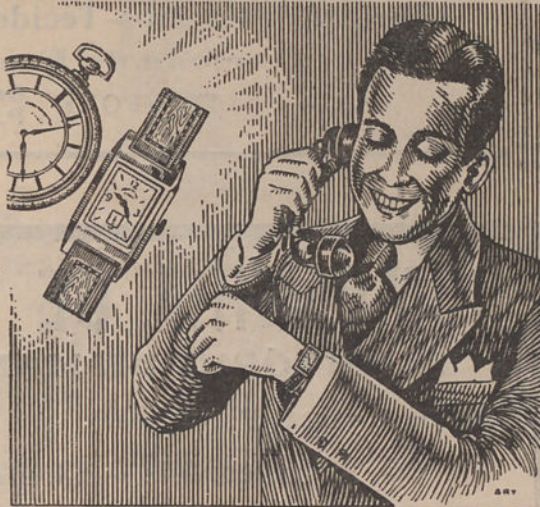
Manoel Teixeira da Rocha & C.
LIMITADA

-- Rua Sampaio Bruno, 33 --

Telefone 4493

PORTO — PORTUGAL

CYMA



Relógio sem igual

GRANDES ARMAZENS DE FERRO E AÇO

DE

ANTÓNIO AUGUSTO DA SILVA & C.^A

Escritorio

289, RUA DO ALMADA, 291

Principais armazens

N.º 1 — Rua do Almada, 56

N.º 4 — Rua do Monchique

O maior sortido

Preços sem competência

PORTO

Empreza da Fiação e Tecidos de Bemfica

S. A. R. L.

Fábricas de fiação — Tecidos e malhas de algodão

Av. Barjona de Freitas — LISBOA

TELEFONE | Bemfica | 320
| P. B. X. | 321

COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

TERRITÓRIO DE MANICA E SOFALA

(África Oriental Portuguesa)

Capital — BEIRA

Extensão : — 13.482.200 hectares

**Região extremamente fértil, sob o ponto
de vista agrícola, principalmente para a
cultura do açúcar, do milho e do algodão**

O pôrto da Beira é servido por magníficas linhas férreas, que o ligam
com a Rodésia e com a Niassalândia

PARA INFORMAÇÕES

EM LISBOA

Largo da Biblioteca Pública, 10

(SÉDE DA COMPANHIA)

NA BEIRA

Secretaria Geral do Governo
do Território

BANCO PINTO & SOTTO MAYOR

Séde LISBOA

Filiais : Porto, Braga, Coimbra, Chaves, Viana do Castelo, Vizeu

Correspondentes nas sédes de todos os concelhos do Continente, Ilhas e Açores

Representantes em Portugal :

Banco Portuguez do Brazil — British Bank of South America, Ltd.

Banco Nacional do Comércio — Banco Comercial do Rio de Janeiro, etc., etc.

Códigos Ribeiro A. B. C. 5.^a Ed. Petterson's Land

Telegramas SOTTOS

ADMIRE

ESTES

DENTES!



São tratados com a

PASTA BENAMÔR



CUSTA APENAS 3\$00

A que tem maior percentagem de elementos activos. Basta uma pequena porção para a perfeita limpeza e conservação dos dentes.

A mais poderosamente antiséptica.
A mais económica.

Royal Exchange Assurance Corporation

Fundada em Londres em 1720

Seguros de incêndios, grèves, assaltos, tumultos, responsabilidade civil, automóveis, contra todos os riscos, acidentes no trabalho e desastres individuais

British Traders Insurance, C.º

Fundada em 1865

Seguros de incêndios, marítimos, postais e agrícolas

AGÊNCIA CENTRAL

MANOEL CASAL, L.^{DA}

R. Áurea, 87, 1.º - LISBOA — Telef. 23116 e 23117 - P. B. X.

Porto Covo & C.^a BANQUEIROS

Correspondentes nas principais
praças do País e do Estrangeiro

Efectuam-se tôdas as operações bancárias

Rua do Ouro, 175 a 191 - LISBOA

TELEFONES 2 4161-2 4162



EUROPÊA COMPANHIA DE SEGUROS

FUNDADA EM 1922

Seguros de incêndio, Seguros marítimos, Seguros de cauções, Seguros de automóveis, Seguros de acidentes individuais, Seguros de acidentes de trabalho, Seguros de roubos e de tumultos, Seguros de responsabilidade civil, Seguros de mercadorias e bagagens em serviço combinado com os Caminhos de Ferro

Séde em Lisboa — R. Nova do Almada, 64, 1.º — Tel. 20911

Representada no Porto pelo :

Banco Comercial do Porto — Praça da Liberdade, 33

BARROS & SANTOS

RUA DO CARMO, 70

Gabardines e impermeáveis para homens, senhoras e crianças
Vendidos agora por preços de ocasião

Gabardines para homem, nas côres beje e cinza	130\$00
Gabardines para homem, com fôrro desmontável	150\$00
Gabardines para homem, com gola fechada, modelo da moda	150\$00
Gabardines para homem, com fôrro de sêda, desmontável	175\$00
Gabardines inglesas com gola fechada, modelo moderno	240\$00
Gabardines inglesas, de lã, com fôrro de lã	250\$00
Gabardines para menina, com fôrro desmontável	105\$00
Gabardines para rapaz, com fôrro desmontável	90\$00
Impermeáveis para menina, qualquer idade	45\$00

LUTÉCIA

ROCIO, 11 — Telefone 2 0506

— (Esquina da RUA DO OURO) —

Tecidos alta novidade em lãs, sedas, organdiz, étamines
Malhas, parures em sêda e opale para senhora

Camisaria para homem

Rideaux em filet manual, lindos desenhos

SAPATARIA CONTENTE, L.^{DA}

Calçado de grande luxo

Calçado de praia

Calçado de sport

R. do Carmo, 74. Tel. 24871 — Av. da Liberdade, 120. Tel. 24872

BORGES

(Marca registada)

é a grande marca dos melhores **Vinhos do Porto**
e dos melhores **Vinhos de Mesa**

Clarete Lello, tinto — Borgello, grande vinho adamado
Pérola, branco para peixe

Ermida, branco leve — Juncal, verde branco
Gatão, o melhor verde tinto, tipo regional gazoso

Sociedade dos Vinhos BORGES & IRMÃO, L.^{DA}

Vila Nova de Gaia — PORTO

Telef. P. B. X. 2418

End. Telegr. BORGELLO-PORTO

FILIAL EM LISBOA

Praça do Município, 1 a 3

Tel. 3582 C.

RIBEIRO & LOPES, L.^{DA}

CAMBISTAS

Telefone: 2.3818

Telegramas: APINO

Moédas e Notas Estrangeiras — Papéis de Crédito
Coupons Nacionais e Estrangeiros

103, Rua Áurea, 105 — LISBOA

COMPANHIA DE SEGUROS

«TAGUS»

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

FUNDADA EM 1877

CAPITAL SOCIAL ESC. 1:200.000\$00 — CAPITAL EMITIDO E PAGO ESC. 500.000\$00
FUNDOS DE RESERVA ESC. 3:700.000\$00

SEDE NO SEU PRÉDIO
48 Rua do Comércio-56-LISBOA

Telefone 2.2183

End. teleg. SEGUTAGUS — LISBOA

Efectua: SEGUROS TERRESTRES, MARÍTIMOS, AGRÍCOLAS, VIDA (em diversas modalidades), POSTAIS, GRÉVES, E TUMULTOS, etc.

Aos melhores prémios

Seguros em libras esterlinas e noutras moedas

Agentes e correspondentes nas principais terras do Continente, MADEIRA, AÇORES E ULTRAMAR

José F. Magalhães & C.^a, L.^{da}

Ferro — Aços

Arame zincado alemão

Máquinas de furar, Tornos,
Cavaletes e Foles

Ferro para cimento armado
e vigas de ferro para construções



Ferro T
Ferro U
Cantoneira

239, Rua do Almada, 241 — PORTO

Telefone ||| 5851 |||||

COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES
E CONTA PRÓPRIA —

**COUROS
E PELES**

Enderêço telegráfico:
DELFI-PÔRTO

Telefone, 946

Delgado, Filhos & Seixas, L.^{da}
EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO

RUA DA ESTAÇÃO, 8 — PÔRTO

OS ARMAZENS

— GRANDELA —

OS MAIS ANTIGOS — OS MAIS VASTOS

— OS MAIS IMPORTANTES —

OS MAIS LUXUOSOS DE TODO O PAÍS

Apresentam sempre

DISTRIBUIDOS **72** SECÇÕES
PELAS SUAS

Todos os artigos necessários à vida
desde o mais modesto e mais barato
até ao mais rico e mais dispendioso

LA NATIONAL

≡ **Société Anonyme d'Assurance Sur la Vie** ≡

— FUNDADA EM 1830 —

Delegado geral
em Portugal **Manoel Casal**

Rua Áurea, 87, 1.º e 2.º — LISBOA

Seguros de vida—Seguros na invalidez

Reservas e fundos de garantia (Francos Franceses) 1.500.000.000

Reservas constituídas em Portugal (Escudos) 12.370.943\$90

(À data de 31 de Dezembro de 1933)

ARMAZEM

— DE —

Ferro, aço para calçar e dito fundido para brocas, zinco, arcos e chapa de ferro e de metal, chumbo em barra, estanho, chapas e fundos de cobre, bacias de metal, limas, carvão e mós para ferreiros, panelas de ferro e outros artigos.

Augusto Ribeiro Pinto

87, RUA DO ALMADA, 89

Telefone, 387

PORTO

Armazem de batatas, castanhas, cebolas, nozes, figos, melões, banha de porco e chouriço

Povoas, Ferreiras & C.^a

R. da Estação, 150 — Telefone 2386

— PORTO — PORTUGAL —

Especialidades em batatas das melhores procedencias, tanto nacionais como estrangeiras

Temos para entrega imediata, as reputadas qualidades para semente em sacos de 50 kilos

Irlandeza, Up-to-date, Inglezas, Magestic, King Edward, Great Secott, Royal Kidney, Holandezas, Eigenheimer e Bintje

CONSULTEM OS NOSSOS PREÇOS

FIBRO-CIMENTO NACIONAL

“LUSALITE”

Tubos de 50 a 400^{mm} de diâmetro interior
resistência até 25 quilos por cm²

Chapas onduladas para telhados

Chapas lisas para divisórias, tectos, etc.

Agentes gerais

Corporação Mercantil Portuguesa, Limitada

— RUA DO ALECRIM, 10 — TELEF. 23948 e 28941 —

L I S B O A

TOME NOTA:

LACTO BANACÃO

O novo super-produto da Scipar

Lacto Banacão não é mais do que Banacão e leite em pó, dando um delicioso Banacão, pelo simples adicío-
— namento de água —

MANNHEIMER V. G.

Antes de fazer os seus seguros
peça as nossas condições



A economia obtida
compensar-lhe-á
o tempo que despendeu
com a sua consulta



Largo Barão de Quintela, 11, 2.º
Telefones 2 3533 e 2 4464

LISBOA

AERO-PORTUGUESA

TRANSPORTES-AÉREOS

CORREIO E PASSAGEIROS

Marrocos, África Ocidental
Francesa, América do Sul

Informações em Lisboa:

Aero-Portuguesa, L.da

Rua do Alecrim, 33, 2.º Telef. 2 3371

AGÊNCIA HAVAS | WAGONS-LITS/COOK
242, Rua do Ouro | 87, Rua do Carmo

Foi pôsto à venda em todo o país
o último livro de

— CUNHA LEAL —

ANÁLISE SUMÁRIA

DAS

CONTAS PÚBLICAS DE 1933-34

SUMÁRIO:

1. À laia de preâmbulo — 2. Receitas e despesas ordinárias e extraordinárias — 3. Despesas compensadas pelos saldos dos anos anteriores — 4. Rectificação das contas de 1931-32, 1932-33 e 1933-34 — 5. A progressão das receitas — 6. A progressão das despesas — 7. A evolução da dívida — 8. Ainda e sempre a questão da libra — 9. Para terminar

DEPOSITÁRIOS

LIVRARIA BERTRAND

73, RUA GARRETT, 75

Telefone 2 0535

L I S B O A

À venda em tôdas as livrarias as duas obras

DE

CUNHA LEAL

Ditadura, Democracia ou Comunismo?...

E

A técnica e as transformações sociais contemporâneas

Casa Editora Nunes de Carvalho

Colecção Contemporânea

BIBLIOTECA DE AUTORES

NACIONAIS E ESTRANGEIROS

- I — Uma Princesa em Itália, Abel Salazar
- II — Educação Sexual da Mocidade, Almerindo Lessa
- III — Em luta com o Spitzberg, Lars Hansen
- IV — Motivos de Teatro, Augusto Ricardo
- V — As Cartas da Freira Portuguesa, José de Vasconcelos
- VI — Uma Idade Nova, Jorge Valois

Rua dos Poiais de S. Bento, 56-1.º — LISBOA

G. VINHAS, L.^{DA}

Escritório e sede: R. dos Correeiros, 29, 2.º — Telegrama TE-LHEPA, Telefone 2 0600.

Armazém: R. do Açúcar, 105 — Telefone P. B. 32.

Vinhos para exportação das melhores procedências

CARDIAL FINE—Finíssima aguardente velha, rivalizando com os melhores conhaques estrangeiros

Condições de assinatura

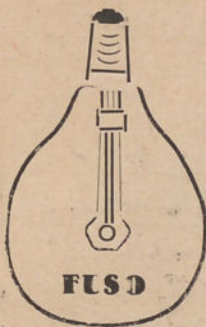
de

Vida Contemporânea

3 meses 15\$00

6 meses 30\$00

1 ano 60\$00



Uma boa luz incita ao trabalho

E' pela aparência que se conhece o valor duma lâmpada eléctrica ?

Não! mas tão somente na prática, usando-a.

Uma lâmpada eléctrica para ser boa deve reunir três qualidades essenciais :

Longa vida Boa luz Consumo diminuto

A LÂMPADA FUSO

Universalmente conhecida, acha-se detentora destas três qualidades e o fenomenal sucesso que tem obtido em todo o mundo desde a recente fundação da sua fábrica é a prova formal de que hoje se acha ao lado das de maior reputação mundial. O seu fabrico é feito por métodos moderníssimos e construídas de forma a evitar curtos-circuitos, derramamento da massa isoladora e deslocação das rosças. Não compre pois sem experimentar esta lâmpada que, além das qualidades já citadas, tem a grande vantagem de ser mais barata do que qualquer outra

Grandes descontos aos revendedores

À venda em tôdas as casas da especialidade ou nos depositários gerais

ADOLPHO HÖFLE & QUEIROZ

Rua Sá da Bandeira, 205, 2.º

PORTO

Agente em Lisboa : **ALVARO MAYER CARVALHO**

Rua D. Estefânia, 155, 2.º, direito

P A R A P I N T A R A R E D E S U S E M U R A L I N E

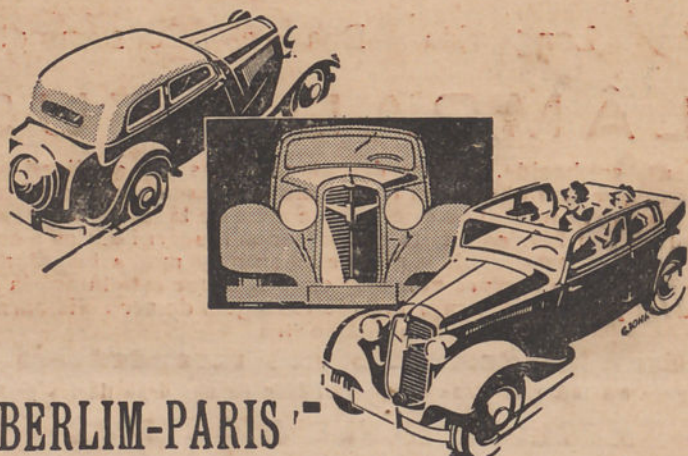
MÁRIO COSTA & C.^A L.^{DA}

RUA DO ALMADA, 30, 1.º e 2.º — Tel. 2571

PORTO

PREFIRA

ÊSTE CARRO...



BERLIM-PARIS

1095 Km. em 17 horas e 5 minutos

Conseguiram esta extraordinária proeza o sr. GUI-
LHERME e a sr.^a LOTTA BAHR num Adler Trumpf
Junior cujo preço é de Esc 25.950\$00

Adler

**TRUMPF
JUNIOR**



EM
EXPOSIÇÃO

50 - AV. DA LIBERDADE - 52

Representantes dos Automóveis ADLER

Livros
Borrão